

ANEXO B – RESUMOS DE RELATÓRIOS ESTADUAIS

1. POLÍTICAS AGRÁRIAS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Prof. Dr. Carlos Alberto Moraes Passos
Maria José Miranda de Souza Noguelli

1.1 Processo de ocupação da Amazônia

A ocupação da Amazônia seguiu a mesma estratégia da colonização do Brasil por Portugal, considerado a “Rica Posse” devido às riquezas madeireiras e minerais. Apesar de povos indígenas com estruturas social e econômica próprias, o território brasileiro era considerado um grande vazio. A exploração das terras brasileiras teve com o extrativismo do pau-brasil, abundante nas matas litorâneas, sendo enviado para mercado garantido europeu.

A ocupação definitiva da colônia, visando a consolidação do território brasileiro, e o estímulo ao seu desenvolvimento, se deram por meio das Capitânicas Hereditárias, que consistiam na doação de grandes faixas de terras aos fidalgos da Coroa Portuguesa. As atividades econômicas eram a madeireira e a monocultura agrícola para exportação, como a plantação da cana-de-açúcar em grandes extensões, que eram executadas pela mão-de-obra escrava. Posteriormente, foi implantado sistema de Sesmarias, que segundo Cajango (1992), não funcionou e serviu para a proliferação de latifúndios.

Do mesmo modo, a Amazônia era considerada um “enorme vazio demográfico”, apesar de ser habitado por inúmeras nações indígenas, com elevadas riquezas madeireiras, minerais e com potencial para a pecuária de corte. A sua ocupação foi estimulada com intuito de assegurar a região amazônica para os brasileiros, sendo feita por meio de incentivos fiscais que privilegiaram grandes empresas voltadas à extração de madeira, principalmente o mogno, para a exportação, a extração de minérios e a pecuária de corte extensiva, com mão-de-obra miserável proveniente da região Nordeste.

A importância dos recursos florestais neste processo de ocupação do Brasil Colônia e da Amazônia pode ser observada pela quase extinção do pau-brasil e, recentemente, do mogno. Pode-se considerar que a floresta teve uma alta contribuição no financiamento dessa ocupação, sendo substituída nesse processo por espécies agrícolas.

A ocupação recente da Amazônia foi baseada em políticas definidas pelo governo federal na década 70. Nessa época, as razões para a ocupação da Amazônia eram de ordem (INCRA, 1977):

Política internacional – considerada como o maior vazio demográfico do mundo, e devido às suas riquezas naturais e posição geográfica, atrairia a cobiça internacional, além da necessidade de dar segurança às fronteiras;

Política nacional – integração da Amazônia ao contexto político nacional.

Econômica – por meio do alargamento da fronteira agropecuária, exploração dos recursos naturais, como o estoque de 70 bilhões m³ de madeira com diâmetro maior que 25 cm, exploração animal, como zebuínos, peixes e camarão, e mineral, como estanho, ferro, diamante, cobre e petróleo.

Sociais – a crise da borracha, a emigração nordestina devido à seca, e sulista devido à escassez de terras.

Observa-se, assim que na visão do governo federal militar, a ocupação da Amazônia estava ligada, essencialmente, à estratégia de segurança das fronteiras internacionais e à conquista territorial desse espaço. Nota-se ainda, pressões políticas internas para fortalecimento das regiões Norte e Centro Oeste, além da necessidade de deslocamento do eixo migratório do Nordeste em direção ao Centro Sul para a Amazônia, aliviando as tensões sociais internas. O apelo econômico também foi forte, contando com resultados dos estudos do Projeto Radam Brasil, que identificou terras com solos férteis potenciais para a exploração agropecuária. Senna (1973), então Superintendente da SUDAM, deixa claro o objetivo desenvolvimentista e integralista e a falta de compromisso ambiental do governo “da revolução democrática de 1964”, quando afirmou que “a Amazônia como fábrica gratuita de oxigênio era um conceito falso, surgido quando o Brasil pensou em integrar e explorar economicamente essa região, e que isso não iria modificar as diretrizes, porque continuarão a ser abertas estradas na floresta, construídos aeroportos e campos de pouso, implantados projetos agropecuários e exploradas riquezas naturais, minerais e florestais; mas tudo de forma racional, planejada, sem omitir nessa vasta programação a preservação do meio ecológico”. Segundo a lógica militar, a ocupação de um território é o principal objetivo, independente das suas conseqüências sociais e ambientais, como foi observado em Hiroshima e Nagasaki, quando foram lançadas bombas atômicas, e no Vietnã, quando toneladas de arboricidas devastaram milhares de hectares de florestas e condenaram a população e suas futuras gerações a aberrações genéticas e doenças letais.

A estratégia de ocupação “do Brasil vazio” pautava-se na abertura de 14 mil km das estradas Cuiabá - Porto Velho – Rio Branco, Cuiabá – Santarém, Belém – Brasília, Transamazônica, Perimetral Norte, enquanto a SUDAM passou a financiar estudos especiais de prospecção de recursos naturais, projetos de infra-estrutura que favorecia grandes empresas nacionais e internacionais, em projetos de pecuária de corte em áreas de florestas da Amazônia e exploração madeireira.

Assim, o INCRA (1977) adota como critério para seleção de áreas para colonização, aquelas de construção dos eixos viários de penetração nacional, e as faixas de fronteiras, onde existem extensas áreas devolutas. Além disso, segundo o art. 43, IV, do Estatuto da Terra, “regiões ainda em fase de ocupação econômica, carentes de programas de desbravamento, povoamento e colonização de áreas pioneiras”, onde ocorrem obras de infra-estrutura como construção de grandes rodovias, obras de saneamento, drenagem e irrigação, barragens ou açudes, regularização de cursos d’água, planos integrados de desenvolvimento de bacias hidrográficas, financiadas pelo poder público, ou iniciativa privada, estas se tornam de alta prioridade para colonização.

O Decreto-Lei nº. 1.164, de 01 de abril de 1971, declara “indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacional, terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal”, construídas, em construção ou em projetos (INCRA, 1977). Estas terras foram foco para ocupação por grandes empresas e fazendeiros, assim como projetos de colonização e assentamento.

Desde a década de 70, devido ao processo de ocupação da Amazônia, já eram visíveis os efeitos da exploração predatória de madeira na Amazônia, com grande quantidade de madeira desperdiçada e parcela significativa das florestas exploradas comprometidas. Segundo (Senna, 1973) a SUDAM, “preocupada em preservar a riqueza florestal e a ecologia amazônica”, estava se mobilizando no sentido de estabelecer uma política de exploração florestal compatível com a realidade regional, baseada em métodos racionais de exploração madeireira e reflorestamento.

Nesse sentido, a SUDAM propunha a criação de um Conselho Florestal para a Amazônia dentro da instituição, que teria a finalidade de criar unidades de conservação em áreas amazônicas, o que poderia sobrepor às atividades de outros órgãos ambientais federais da época, como o IBDF. Propunha, ainda, a criação de colonização florestal semelhante à agrícola, porém baseada em produtos florestais, tanto provenientes da floresta natural quanto de reflorestamento, sob a orientação direta do órgão responsável. Ou seja, desde a década de 70 já eram visíveis os problemas ambientais e se levantavam alternativas para um uso racional e social dos recursos florestais da Amazônia, porém os incentivos fiscais foram direcionados para a grande empresa, tanto pecuária quanto florestal. É importante informar que nos países com maior desenvolvimento florestal, na atualidade, esse desenvolvimento se deve à pequena e média propriedade florestal.

O asfaltamento das rodovias Belém-Brasília, BR-163, e 364 até Cuiabá e a construção da Cuiabá-Santarém e da Transamazônica, proporcionou em maior integração do Centro-Sul ao Centro Oeste e Norte e facilitou a penetração de grandes fluxos migratórios provenientes do Sul, Sudeste e Nordeste na Amazônia. Posteriormente, o asfaltamento da BR-364 até Porto Velho e da Cuiabá – Santarém até Alta Floresta, consolidou a expansão da fronteira agrícola no norte do Mato Grosso e nos estados de Rondônia, Amazonas e Pará.

Em Rondônia, projetos de colonização financiados pelo Banco Mundial, no âmbito do POLONOROESTE, foram verdadeiros fracassos, com alta taxa de evasão de colonos, agravados pelos impactos ambientais e culturais às populações indígenas daquela região. O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi criado pelo Decreto-Lei nº. 91.766, de 10 de novembro de 1985, tinha entre as diretrizes: a desapropriação para fins de reforma agrária de terras ociosas e improdutivas; eliminação de focos de conflitos sociais; revisão da regularização fundiária no país; reestruturar os projetos de colonização existentes. Sua execução foi parcial limitado pela União Democrática Ruralista (UDR), que representava os interesses dos grandes latifundiários no Congresso Nacional.

O então Ministro Jader Barbalho, do MIRAD, extinguiu o INCRA, órgão executor do PNRA, pelo Decreto-Lei nº. 2.363, de outubro de 1987, sendo criado o Instituto Jurídico de Terras Rurais (INTER). Um mês depois, o Decreto-Lei nº. 2.375, de novembro de 1987, revogou o Decreto-Lei nº. 1.164, de 1 de abril de 1971, devolvendo aos Estados as terras devolutas nas faixas de 100 km das rodovias federais, construídas ou projetadas. Assim, como era de se esperar, a distribuição fundiária do Estado caracteriza-se pela concentração de terras, estando 8,7% da área distribuídos em 71,2% dos estabelecimentos, enquanto 12,2%, ocupam 76,8% da área (Tabela 1.1). As grandes propriedades têm como principal atividade a pecuária extensiva e a exploração florestal, baseada em PMFS aprovados pelo IBAMA, em que é feita apenas a extração seletiva de madeira, com práticas de alto impacto.

1.2. Processo de ocupação do estado de Mato Grosso

A efetiva ocupação do estado de Mato Grosso começou com a chegada, no século XVIII, dos primeiros exploradores e aventureiros, em busca de ouro e diamante, e de aumentar o domínio territorial português. A decadência da mineração levou uma desaceleração da ocupação do Estado, período em que o isolamento e a dificuldade de acesso e comunicação imprimiram um ritmo lento ao fluxo imigratório, sendo aumentado somente após a Segunda Guerra Mundial (Cajango, 1992).

O processo de colonização do estado de Mato Grosso teve início na década de 1910, quando foram criados os primeiros núcleos coloniais no município de Cuiabá. A partir da década de 40, o processo se acelerou com a preocupação do governo federal em ocupar adequadamente o solo, sendo criados núcleos de colonização estadual e federal. Na década de 50 começou a colonização particular em terras públicas, dando origem a diversos municípios, sendo estimulado na década de 70, com o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos a Agro-indústrias do Norte e Nordeste (PROTERRA) (CEPA/MT, 1978).

Na década de 60, o Governo Federal iniciou o processo de descentralização do Poder e deslocamento das áreas de produção do Sul e Sudeste para o Centro Oeste.

Tabela 1.1 – Distribuição fundiária do estado de Mato Grosso por Mesorregião e Microrregião Homogênea

	Área (%)			Quantidade (%)		
	< 100	100 a 1000	> 1000	< 100	100 a 1000	> 1000
ESTADO (*)	8,7	14,5	76,8	71,2	16,6	12,2
Mesorregião Homogênea (**)						
Microrregião Homogênea						
<i>1Norte Mato-grossense</i>						
1Aripuanã	3,0	12,5	84,5	48,5	37,5	14,0
2Alta Floresta	5,0	10,0	58,0	68,0	22,0	10,0
3Colider	14,0	19,0	67,0	78,0	17,0	5,0
4Parecis	0,5	15,5	84,0	15,5	48,5	36,0
5Arenópolis	3,0	15,0	82,0	55,0	31,0	14,0
6Alto Teles Pires	3,0	27,0	70,0	36,0	51,5	12,5
7Sinop	2,5	18,5	79,0	44,0	40,0	16,0
8Paratinga	1,0	13,0	86,0	22,5	46,5	31,0
<i>2Nordeste Mato-grossense</i>						
9Norte Araguaia	2,0	8,0	90,0	40,0	40,0	20,0
10Canarana	2,0	19,0	79,0	31,0	51,0	18,0
11Médio Araguaia	0,5	7,5	92,0	15,5	43,5	41,0
<i>3Sudoeste Mato-grossense</i>						
12Alto Guaporé	2,0	14,0	84,0	45,0	35,0	20,0
13Tangará da Serra	3,0	19,0	78,0	49,5	36,5	14,0
14Jauru	9,0	31,0	60,0	63,5	30,0	6,5
<i>4Centro Sul Mato-grossense</i>						
15Alto Paraguai	4,0	21,0	75,0	54,0	34,0	12,0
16Rosário Oeste	3,0	22,5	74,5	49,0	37,5	13,5
17Cuiabá	2,5	22,0	75,5	49,0	38,0	13,0
18Alto Pantanal	2,0	12,5	85,5	52,0	34,0	14,0
<i>5Sudeste Mato-grossense</i>						
19Primavera do Leste	3,0	22,5	74,5	49,0	37,5	13,5
20Tesouro	3,0	38,0	59,0	28,5	56,5	15,0
21Rondonópolis	4,0	30,0	66,0	52,0	37,0	11,0
22Alto Araguaia	1,0	31,0	68,0	20,5	62,0	17,5

(*) - Fonte: SEPLAN/SAAF (1995)

(**) – Fonte: IBGE – AAAM (1996), extraído de Miranda e Amorim (2001).

A política de ocupação da “fronteira aberta” do estado de Mato Grosso, ou seja quando ainda há terras a serem incorporadas ao processo produtivo (Preti, 1993), a partir da década de 70, foi dirigida para a sua região norte e baseou-se em políticas do governo brasileiro, para a

ocupação do espaço amazônico. Assim, foram elaborados os seguintes programas especiais e incentivos que contribuíram de forma decisiva para a ocupação território mato-grossense: Programa de Integração Nacional (PIN); Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (PRODOESTE); Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos a Agro-Indústrias do Norte e Nordeste (PROTERRA); Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN); Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PLOCENTRO); Programa de Desenvolvimento dos Pólos agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); Incentivos Fiscais da SUDAM e da SUDECO; Incentivos Fiscais ao Reflorestamento; Programa de Incentivo à Borracha Vegetal (PROBOR); Projetos de Colonização (oficial, privado e espontâneo) e Programa de Desenvolvimento Agro-ambiental do Estado do Mato Grosso (PRODEAGRO), financiado pelo BIRD, que na década de 90 deu continuidade aos projetos especiais, porém com características ambientais, devido às lições apreendidas os projetos anteriores, como o POLONOROESTE.

1.2.1. A questão fundiária

Na década de 60 o governo do Estado alienou a terceiros, grandes porções de terras, sendo a medição e demarcação realizadas de forma precária. A aceleração da ocupação gerou tensões sociais devido à ocupação de terras devolutas e a ocupação de terras adquiridas por posseiros. Esta situação foi agravada com o fechamento do Departamento de Terras e Colonização, em 1966, acusado de corrupção, permanecendo fechado por 12 anos, e a aceleração do processo de ocupação, ou seja, quando mais necessitava o Estado ficou desprovido de infra-estrutura e de técnicos capazes de conduzir o intenso processo de ocupação. Após a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1971, foi criado o Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (INTERMAT), por meio da Lei nº. 3.681, de 28/11/75 e através da Lei nº. 3.922, de 20/09/1977, o Estado ganha um novo Código de Terras, que baseada no Estatuto da Terra, modifica a legislação agrária estadual. A partir de então, teve início uma maior interação das políticas fundiárias federais e estaduais (Cajango, 1992).

Segundo Moreno (1996/97) nas décadas de 70/80 as ações fundiárias implementadas pelo INCRA e INTERMAT no estado de Mato Grosso, podem ser agrupadas em: regularização fundiária; colonização oficial e particular; e alienação de terras públicas.

De acordo com o mesmo autor, na década de 70 foram implantados seis Projetos Fundiários (PF): PF-01 Cuiabá; PF-02 Cáceres; PF-03 Vale do Araguaia; PF-04 Diamantino, PF-05 Vale do Guaporé, PF-06 Norte de Mato Grosso. Estes PF cobriam cerca de 56,5 milhões de há, ou 63% do território estadual. Desses, foram discriminados 13 milhões de há, sendo 7 milhões de há de terras devolutas que foram arrecadadas e incorporada ao patrimônio da União, entre 1970 e 1990. Das terras arrecadadas, o INCRA tituló cerca de 3,6 milhões de há, por meio de colonização, de assentamentos e de regularização fundiária. Das terras remanescente, cerca de 50% foram tituladas provisoriamente, por meio de Contratos de Promessa de Compra e Venda (CPCV), sendo alienadas no princípio da regularização de “ocupações de boa fé”, à chamada “colonização empresarial” e outros 402 mil há através de Licença de Ocupação (LO) e de Autorização de Ocupação (AO).

O INTERMAT teve importante papel na reorganização e sistematização das atividades fundiárias, como a implantação de protocolo e criação do “Mosaico de Localização”, que facilitou a localização de terras com delimitações deficientes. As principais ações desse Instituto nas décadas de 80/90 foram de regularização fundiária e venda de terras públicas, por meio de

discriminatórias e de arrecadação sumária, em que foram favorecidos grupos de poder econômico ou político.

A regularização fundiária empreendida pelo INTERMAT compreende as seguintes ações: legitimação de posses; regularização de ocupações de posse em terras devolutas ou em terras públicas; ulatimação de processos pendentes; retificação de limites; e permuta.

A regularização de ocupações e a retificação de limites estimularam a especulação de terras no Estado, e fraudes dentro do INTERMAT, com a venda de informações privilegiadas dos processos de concessão de títulos provisórios, e localização de áreas devolutas, por alguns funcionários do Instituto.

A permuta de terras, trata-se de uma liberdade do Poder Público para resolver conflitos criados em terras particulares, em que o Estado troca uma área pública por outra particular, sem envolver dinheiro. No entanto, na década de 80 foram permutadas 18 glebas, totalizando 502.413 do Estado trocados por 237.131 há de particulares. Alguns destes processos foram avaliados corretamente, porém a maioria foi por meio de avaliações tendenciosas, favorecendo determinados indivíduos ou grupos.

Em 1995 foi constituída uma “Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Terra” visando apurar as irregularidades nas operações com terras no Estado, envolvendo funcionários do INTERMAT, da CODEMAT e do INCRA/MT. Uma das permutas mais escandalosas apuradas pela CPI da Terra foi relativa a Gleba Divisa, quando o Estado arrecadou 336.900 há de terras no município de Guarantã do Norte e destinou 308.812 há a cinco proprietários, em troca de 21.525,5 há. O processo de permuta foi todo fraudolento e o processo jurídico nem se desenrolando desde essa época até recentemente, quando foi decretada uma unidade de conservação, o Parque Estadual do Cristalino, Decreto 1.471, de 09 de junho de 2000, envolvendo os municípios de Alta Floresta e Mundo Novo, e um assentamento do INTERMAT, Gleba Divisa, localizado no município de Mundo Novo, Portaria nº. 021/16.05.01, com código do SIPRA MT-0469000, com 336.987 há e capacidade para 1.852 famílias.

O processo de alienação de terras, por meio de contrato de compra e venda, não obedeceram ao planejamento para colonização ou assentamento, conforme a legislação. Essas ações eram atribuições da CODEMAT, sendo repassadas ao INTERMAT, após a extinção da CODEMAT, em 1992.

No primeiro ano de funcionamento do INTERMAT, em 1978, foram arrecadados 248.239 há de terras devolutas, sendo destinados à primeira fase do Projeto Juína, implantado pela CODEMAT. De 1979 a 1982 foram arrecadados 1.204.128 há, sendo a metade destinada à regularização de domínios particulares, parcela licitada por meio de loteamentos, e outra destinada à implantação da segunda fase do Projeto Juína. De 1983 a 1987, foram arrecadados 3.984.396 há de terras devolutas, sendo 15% destinados a CODEMAT para projetos de colonização e, o restante, para regularização fundiária, principalmente, para alienações duvidosas. De 1987 a 1990, foram arrecadados 317.000 há de terras devolutas, sendo cerca de 14% destinados a regularização de pequenas ocupações. No período entre 1990 e 1994, foram arrecadados 338.457 há de terras devolutas sem destinação conhecida (Moreno, 1996/97). No período de 1995 a 1999, foram discriminados 234 mil há de terras, demarcados 510.291 há, cadastrados 11,6 milhões de há e vistoriados 3.480 processos de regularização fundiária. Além dessas ações, o Estado retomou a Gleba Divisa, com área de 336.987,6 há e foram entregues 14.861 títulos de propriedade.

As ações fundiárias eram concentradas nas regiões norte e noroeste do estado, nos municípios de Aripuanã, Juína e Alta Floresta. Essas regiões tinham baixa densidade demográfica e terras devolutas, possibilitando a arrecadação de terras que foram destinadas a grandes grupos econômicos, como da COTRIGUASSU e INDECO, sendo área de implantação de projetos especiais (Cajango, 1992).

O INTERMAT realizou, com apoio da FEMA/MT, o levantamento ocupacional, demarcação e análise da situação jurídica de seis unidades de conservação (Tabela 1.2), totalizando mais de 1 milhão de há. Estas ações foram em cooperação técnica com o PNUD, dentro do PRODEAGRO (Fanzeres e Passos, 2000).

Tabela 1.2 – Área e município das unidades de conservação levantadas pelo INTERMAT no período de 1995 a 1999, no estado de Mato Grosso

Unidade de conservação	Município	Área (há)
Serra de Ricardo Franco	Vila Bela de santíssima Trindade	158.000
Serra de Santa Bárbara	Pontes e Lacerda e Porto Esperidião	156.000
Apiacás	Apiacás	100.000
Rio Madeirinha	Aripuanã	53.000
Rio Ronuro	Nova Ubiratã	131.000
Cabeceiras do Rio Cuiabá	Rosário Oeste e Nobres	473.000
Total		1.071.000

A cooperação técnica com o PNUD permitiu ao INTERMAT, além do levantamento fundiário de unidades de conservação, o desenvolvimento de metodologia para regularização fundiária, com base em projetos piloto, realizados nos municípios de Jangada e Lambari D'Oeste, sendo aplicada em outros municípios, baseada em: a transparência nos trabalhos de regularização; o envolvimento de órgãos públicos, entidades representativas e beneficiários; o uso de geoprocessamento; e a segurança jurídica.

Essa cooperação técnica foi responsável por viabilizar as condições de atuação do INTERMAT, fornecendo veículos, equipamentos topográficos, parte dos equipamentos de informática e apoio operacional. Os beneficiários diretos foram pequenos produtores rurais e comunidades indígenas, e indiretamente, toda a população, pela demarcação das unidades de conservação.

Desse modo, a cooperação técnica viabilizou a realização do cadastro fundiário em 4,36 milhões de hectares, correspondendo a 4.955 imóveis, como também instaurou processos discriminatórios de 232 mil hectares. Desenvolveu o sistema de informatização do Cadastro de Imóveis Rurais que serviu também de apoio para o estudo de implantação de unidades de conservação.

O INTERMAT com apoio do PNUD estabeleceu um sistema de monitoramento permanente dos processos mais significativos de transformação ambiental no Estado e criou mecanismos de atuação preventiva e corretiva nas Zonas 1 a 6, identificadas na Primeira Aproximação do Zoneamento (Sanchez, 1992).

Esse apoio também foi importante às atividades de demarcação de áreas indígenas, sendo estabelecida parceria entre o INTERMAT e a FUNAI, obtendo sucesso. Assim, foram demarcadas 17 Terras Indígenas, segundo a mesma metodologia adotada para as Unidades de Conservação.

O INTERMAT estabeleceu uma rede de marcos geodésicos de primeira ordem, de acordo com as diretrizes do IBGE, garantindo a amarração do geo-referenciamento das propriedades demarcadas. Esta rede de marcos geodésicos cobre todo o Estado do Mato Grosso, totalizando 29 pontos, distribuídos ao longo de faixas por todo o Estado e espaçados 100 km (Fanzeres e Passos, 2000).

1.2.2. A colonização

As atividades de colonização oficial em Mato Grosso tiveram início nas décadas de 40/50, com a criação da Comissão de Planejamento da Produção (CPP), pela Constituição Estadual de 1947, sendo regulamentada pelo Decreto-Lei 935, de 09/04/50. Em 1967, foi criada a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT), para a qual foram passadas as atribuições da CPP, passando a executar a política de colonização oficial do Estado (Cajango, 1992).

Na década de 70 o processo de colonização oficial do Estado foi impulsionado pelos grandes projetos como: Colônia de Rio Branco, Juina, Aripuanã e Castanheira. Até 1991, a CPP e a CODEMAT haviam regularizado e assentado cerca de 1,6 milhões de há em áreas rurais e 3.415 há em urbanas, referentes a 18.651 lotes rurais e 36.800 urbanos. A Companhia atuou modestamente até ser extinta em 1992 (CODEMAT, 1992).

O processo de colonização oficial do estado de Mato Grosso foi dirigido mas sem critérios técnicos. A ocupação das áreas antecipava a ação do governo e, portanto, na maioria das vezes, a infra-estrutura era precária ou inexistente, contrariando a legislação vigente.

A colonização agrícola do estado de Mato Grosso teve como prioridade o crescimento da oferta de alimentos e matérias-primas, sendo enfocada como instrumento adequado para ampliar a fronteira econômica do País, por meio da ocupação das terras ao longo de eixos viários e das áreas de influência dos programas especiais (CEPA/MT, 1978).

O programa de colonização particular promovido pelo INCRA/MT, dividia-se em “colonização empresarial”, destinado à implementação de projetos agropecuários, agroindustriais, e em “colonização de povoamento”, favorecendo o estabelecimento de grandes empresas nas áreas de fronteira. Noutra frente, o INCRA desenvolveu projetos em áreas de desbravamentos, com diferentes modalidades, como os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Ação Comunitária (PAC), Projeto especial de Assentamento (PEA) e Projetos de Assentamento (PA).

Os projetos de colonização empresarial consistiam na legalização de terras de até 3.000 há, beneficiando pessoas influentes de alto poder aquisitivo. Neste processo, o INCRA arrecadava terras devolutas, procedendo à discriminação, e realizava “licitação pública”, dando preferência ao ocupante (Moreno, 1996/97). Neste processo, foram legalizadas terras griladas por grandes empresas, ao longo dos 100 km das rodovias federais, sendo os títulos das terras divididos entre diversos “procuradores” (Moreno, 1996/97).

De acordo com este autor, a SUDAM implantou nas décadas de 70/80, 268 projetos de “colonização empresarial”, sendo 84,9% de projetos agropecuários, 6,8% industriais, 2,3% setoriais e serviços básicos e 1,9% agro-industriais, carreando 23% dos recursos de incentivos

fiscais da SUDAM, tendo a área média dos projetos agropecuários, 31,4 mil há, para a criação de bovinos.

Noutra frente, o INCRA desenvolveu projetos em áreas de desbravamentos, com diferentes modalidades, como os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Ação Comunitária (PAC), Projeto especial de Assentamento (PEA) e Projetos de Assentamento (PA). Os projetos de colonização, oficial, privado e espontâneo, tiveram papel fundamental no processo de ocupação do Estado, dando origem a diversos municípios e somente entre os anos 70 e 80, foram criados 61 novos municípios (Moreno, 1996/97).

1) Projeto de Assentamento Rápido (PAR)

Os PAR foram desenvolvidos em áreas que já possuíam uma infra-estrutura mínima, em parceria com Estado e município, em que o INCRA se responsabilizava pela regularização fundiária de lotes de 50 há, em média. No Estado foram implantados nove PAR, abrangendo 270 mil há, sendo assentadas 4.542 famílias (Tabela 1.3).

Tabela 1.3 – Município, área e número de famílias assentadas em Projetos de Assentamento Rápido (PAR) desenvolvidos pelo INCRA, no estado de Mato Grosso

PAR	Município	Grosso	
		Área (há)	Quant. família assentada (Nº.)
Cafezal	Colíder	20.000	749
Carapá	Colíder	14.400	326
Paraná	Colíder	9.520	318
Teles Pires	Colíder	97.000	1.160
Canaã	Nova Canaã	63.000	1.098
Cerro Azul	Pontes e Lacerda	29.977	448
Bocaina	Sto. Antônio de Leverger	9.021	189
Praia do Poço	Sto. Antônio de Leverger	990	46
Sete de Setembro	Aripuanã	26.000	208
Total		269.948	4.542

Fonte: INCRA/MT, 1996.

2) Projeto de Ação Conjunta (PAC)

Os Projetos de Ação Conjunta (PAC), eram uma parceria do INCRA com cooperativa, em que o primeiro se responsabilizava pela infra-estrutura básica e titulação e o segundo pela administração e manutenção do projeto, inclusive assistência técnica e financeira. No Estado foram desenvolvidos três PAC que ocuparam área de 350 mil há, assentando 5.350 famílias (Tabela 1.4). No PAC Carlinda ocorreram muitas desistências dos colonos provenientes do Sul, sendo ocupado por posseiros. Posteriormente, foi elevado à categoria de município. No PAC Peixoto de Azevedo, situado no entroncamento das BRs 080 com a 163, Cuiabá-Santarém, foi desenvolvido em área dos índios Kreem-Akarôre, os quais foram transferidos para o Parque Nacional do Xingu, 1974. Preti (1993^a) relata que esta nação de “gigantes” foi praticamente exterminada neste processo. Foi elevado à categoria de município em 1986. Na década de 80/90 a área foi alvo de intenso garimpo, distanciando dos objetivos do PAC.

Tabela 1.4 – Cooperativa, município, área e número de famílias assentadas em Projetos de Assentamento Comunitário (PAC) desenvolvidos pelo INCRA, no estado de Mato Grosso

PAC	Cooperativa	Município	Área (há)	Família assentada (Nº.)
Ranchão	COMAJUL	Nobres	23.931	120
Carlinda	COTIA	Alta Floresta	89.986	4.000
Peixoto de Azevedo	COTREL	Guarantã do Norte	235.750	1.230
Total			349.667	5.350

Fonte: INCRA/MT (1996)

3) *Projeto Especial de Assentamento (PEA)*

O PEA tinha o objetivo de assentar populações provenientes de áreas de conflitos sociais, ficando o INCRA com toda a responsabilidade de sua implantação. Foi implantado apenas um PEA Lucas do Rio Verde, às margens da BR 163, no município de Diamantino. Em 1981 foram transferidas 252 famílias do Rio Grande do Sul e após dois anos apenas 15 permaneciam na área. O principal desestímulo foi a política federal de incentivos para a agricultura na Amazônia. Após forte esquena de corrupção na distribuição das parcelas, quando muitos lotes foram vendidos a comerciantes e latifundiários, o projeto mudou de concepção, passando a ser desenvolvido em parceria com a COOPERLUCAS que ampliou para 972 lotes, atendendo aos cooperados e regularizando as áreas griladas no processo de implantação. Lucas do Rio Verde tornou-se município em 1988, sendo importante na produção agrícola (Moreno, 1996/97). No entanto, a COOPERLUCAS foi alvo inquéritos devido aos desvios de verbas dos cooperados pelos seus administradores.

4) *Projetos de Assentamento (PA)*

Os Projetos de Assentamento (PA) vinham sendo desenvolvidos em áreas de conflito já ocupadas por posseiros, tendo o INCRA a função de consolidar essas ocupações, dotando de infra-estrutura e regularizando as parcelas. Atualmente, o INCRA não desapropria mais as terras ocupadas e, com isso, mudou a estratégia dos trabalhadores rurais sem-terra.

O INCRA de 1986 até agosto de 2001 tinha criado 267 PA (Anexo), totalizando 3,3 milhões de há, com capacidade para assentar 55.836 famílias e beneficiando 53.874. Até o ano de 1994 o processo de assentamento no estado de Mato Grosso não era efetivo, tendo apenas 38 PA criados, que ocupavam a área total de 600 mil há e beneficiando apenas 7.959 famílias. A aceleração da criação dos PA se deu a partir de 1995, tendo neste ano um aumento significativo do número de PA criados em relação aos períodos anteriores, de um, em 1994, para 42 em 1995, mais do que os 38 totalizados até 1994, mantendo esta tendência até 1997, quando foram criados 44 PA, iniciando a redução do número de PA, atingindo 9 em 2001.

A área destinada a PA também seguiu a tendência do número de PA, aumentando de 3 mil há em 1994 para 753 mil há em 1995, ou seja, mais do que os 600 mil há acumulados até 1994, reduzindo, em seguida, até atingir cerca de 44 mil há em 2001.

A quantidade de famílias assentadas em PA do INCRA seguiu a tendência do número de PA criados, aumentando significativamente de 1994 para 1995, mantendo a tendência de aumento até 1997, reduzindo em seguida, até 2001. Em 1994 foram beneficiadas 300, enquanto

em 1995, 8.123 famílias, ou seja, quase o total de famílias beneficiadas até 1994, atingindo 9.708 famílias em 1997, reduzindo para 1.200, em 2001.

Os PA criados pelo INCRA até 2001, 50% foram em região de floresta, 34% em cerrado, 9% em área de transição e 7% em pantanal. Estes dados indicam a preferência na criação de PA em áreas de florestas pelas razões já discutidas anteriormente, como a disponibilidade de terras devolutas no Norte do Estado, onde se localizam as florestas, a intenção de ocupar o Estado, tendo como estratégia o deslocamento de pessoas para essas áreas, aliviando, temporariamente, os focos de tensão social nas grandes cidades.

A área dos PA criados pelo INCRA até 2001, 69% foram em região de floresta, 19% em cerrado, 10% em área de transição e 2% em pantanal. Estes dados seguiram a tendência da quantidade de PA criados, porém os valores indicam um aumento da área em relação ao número de PA em floresta. A área média dos lotes em floresta foi de 63,18 há, em cerrado de 49,88 há, em pantanal de 35,56 há e em transição 66,45 há. Portanto, os lotes em floresta e em transição foram maiores que os em áreas de cerrado e em pantanal.

Nos PA criados pelo INTERMAT, 64% das famílias beneficiadas foi em floresta, 23% em cerrado, 9% em transição e 4% em pantanal. seguindo a tendência da área destinada aos PA nessas regiões.

Os PA criados pelo governo estadual deveriam ser implementados pela CODEMAT, porém só a partir da extinção dessa e a transferência de suas funções para o INTERMAT, é que foram criados os primeiros PA pelo Estado. Assim, até 2001 o INTERMAT tinha criado 21 PA, sendo somente seis nos anos de 1996, 97 e 98, nenhum em 1999, cinco em 2000 e dez em 2001. Portanto, observa-se que nos dois últimos anos o Estado aumentou sua atuação de criação de PA.

Apesar de no ano de 2000 terem sido criados cinco PA e 10 em 2001, no primeiro a área destinada aos assentamentos foi maior, porém o número de famílias foi maior no último, indicando que no ano de 2000 foram destinados lotes com maiores áreas do que em 2001 .

Os PA criados pelo INTERMAT entre 1994 e 2001, 62% são em área de cerrado, 33% em floresta e 5% em transição. Esta tendência difere da observada nos PA criados pelo INCRA.

No entanto, a área destinada aos PA em floresta somam 92% do total, enquanto em cerrado 7% e em transição 1%. Estes valores indicam que apesar de ser maior a quantidade de PA em cerrado, em floresta a área dos PA é muito maior. A área média dos lotes em área de floresta é de 238,87 há, em transição 109,86 há e em cerrado 35,36 há. A grande área dos lotes em área de floresta deve-se à ARL de 80% e à destinação de áreas para unidades de conservação, como é o caso da Gleba Divisa. Do mesmo modo, 65% das famílias foram assentadas em florestas, 33% em cerrado e 2% em transição .

No processo de implantação e de estabelecimento o PA pode sofrer alterações profundas, que podem alterar seus objetivos iniciais de produção agrícola. Alguns PA como Braço Sul viraram garimpo,

5) *Projetos particulares de colonização*

Os projetos particulares de colonização foram executados por 33 empresas privadas, que implantaram 88 projetos entre as décadas de 70/80, com incentivos dos Programas Especiais do Governo Federal, abrangendo 3,25 milhões de há e beneficiando 19.550 famílias. Muito desses projetos foram implantados na região Norte do Estado, por na época existir grande abundância de terras devolutas e indígenas, que eram griladas com conhecimento dos órgãos oficiais (Moreno, 1996/97).

O governo estadual, por meio da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), licitou 2,0 milhões de hectares em lotes de 200 mil hectares, para grandes empresas, em Aripuanã, e para pequenos e médios lotes, em Juína, também nesse município. Além desse, outros municípios, na região norte do Estado, foram alvos das grandes colonizadoras, como Chapada dos Guimarães, pela Sociedade Colonizadora Norte do Paraná (SINOP), Aripuanã, pela Colonizadora Noroeste Mato-grossense S.A., entre outras. Em 1970 existiam apenas oito empresas particulares registradas no INCRA operando em colonização, em 1978 já existiam 18 particulares e uma governamental (CEPA/MT, 1978).

1.3. Conflitos de terra

Os conflitos de terra caracterizam a luta do campesinato pela terra, considerados por Oliveira (2000) “como um traço da modernidade do capitalismo no Brasil”. Para este autor, a raiz dos conflitos encontra-se na elevada concentração fundiária no Brasil. Essas grandes áreas encontra-se em mãos de grupos econômicos que as têm como reservas de valor ou patrimonial, sendo instrumentos de garantia de acesso ao setor financeiro ou ao sistema de políticas públicas. O governo FHC tem na sua base política os ruralistas, que são detentores de grandes extensões de terra, que em verdade são os beneficiários da política de repartição das terras devolutas durante os governos militares e de transição. Assim, os movimentos sociais buscam resgatar parcela do que foi privatizado para grupos específicos de interesse político e econômico. A contribuição social desses latifúndios tem sido pouco relevante, considerando além da maioria improdutiva, a sonegação do Imposto Territorial Rural (ITR), que segundo Oliveira (2000), em 1994 cerca de 59% dos proprietários de áreas entre 1.000 e 5.000 há no Brasil não pagaram o imposto, subindo para 87% entre as propriedades acima de 5.000 há.

No entanto, as respostas do governo federal têm sido a criminalização das lideranças dos movimentos sociais ligados à terra, principalmente do MST, e a violência policial, a exemplo do massacre de Corumbiara, em Rondônia, e do Eldorado do Carajás, no Pará.

Uma outra estratégia baseia-se nas mudanças nas leis e nas regras do Ministério do Desenvolvimento Agrário. As medidas econômicas envolvem por um lado a securitização das dívidas dos ruralistas, por outro o Projeto Cédula da Terra e o Banco da Terra, que segundo Oliveira (2000), visa implantar uma reforma agrária do mercado. As medidas coercitivas, como a MP 2.109, que proíbe a vistoria por dois anos em imóveis ocupados e a Portaria MDA/64, de 27/03/2001, que exclui os assentamentos da reforma agrária devido a “atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”. Entre as estratégias para desarticular e quebrar a força dos movimentos sociais rurais organizados como o MST, estão a inscrição de candidatos para assentamentos da reforma agrária via correio e o estímulo à criação de novos movimentos sociais rurais, baseados na negociação. Para Oliveira (2000), uma outra linha estratégica do

MDA seria o envolvimento dos intelectuais que estudam a reforma agrária, na elaboração de políticas e ações de governo, formando uma frente de ação intelectual de crítica aos movimentos sociais, materializada na criação do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), que é voltado a agricultura familiar. Além dessas, as ações massivas na mídia visando condicionar o público a repelir os movimentos sociais rurais organizados são tidas como golpes duros nessa grande parcela da população desprivilegiada.

Em verdade essa luta dos movimentos sociais tem objetivos maiores que ultrapassam o da posse da terra, que para o MST não é o mais importante e sim o direito ao uso da terra. Estes objetivos passam pela distribuição de renda, que atualmente é tão injusta quanto a distribuição fundiária, o acesso à educação, saúde, trabalho e renda, e a conservação os aspectos culturais e ambientais.

No estado de Mato Grosso, observa-se que os conflitos de terra foram intensos na segunda metade da década de 80, reduzindo ao final daquela década, voltando a aumentar na década de 90, tendendo a reduzir ao seu final e início de 2000, conforme. Estes dados podem ser melhor compreendidos quando relacionados à quantidade de PA criados pelo INCRA a cada ano, no Estado. Até 1994, a quantidade de conflitos de terra eram muito maiores do que o número de PA criados, tendo um efeito cumulativo de tensões sociais, além de ser uma época que elevada instabilidade econômica. A partir de 1994, a quantidade de PA criados pelo INCRA aumentou no Estado, e em 1995 o número de PA criados foi maior do que o de conflitos de terra, mantendo-se estáveis até 1997, quando começou a cair a quantidade dos conflitos e da criação de PA pelo INCRA. Estes valores tendem a reduzir a partir de 2000 em função das restrições a criação de PA em áreas ocupadas.

O MDA não tem uma política definida de reforma agrária e age de acordo com a demanda, ou seja, dos conflitos, que são indicadores das tensões sociais rurais. Assim, a partir de 1995 o INCRA criou uma quantidade de PA que foi capaz de suprir a demanda reprimida e, assim, aliviar os conflitos existentes. A partir de então, passou a criar novos PA a medida da demanda, que tende, daqui para frente, a ser menor devido às medidas coercitivas tomadas pelo governo federal para abafar as tensões sociais. Assim, o número de PA criados a partir de então, não refletirá a real demanda por terra, já que o indicador “ocupações” usado está viciado.

A área afetada por conflitos tendeu a aumentar na década de 80, reduzindo na de 90, alcançando o mínimo ao seu final e início de 2000 (Figura 15). Ao relacionar a área de conflitos com a de criação de PA, observa-se que a área de conflitos era muito maior quando a área de criação de PA era pequena (Figura 16). Quando, em 1995 foram criadas grandes áreas de PA, o número de conflitos de terra reduziu, mantendo a mesma tendência de redução e compatibilidade entre área de conflito e de criação de PA, na segunda metade dos anos 90.

De acordo com Preti (1993), os focos de tensão social, representados pela luta pela terra, e a regularização da terra, legal ou pela violência, são indicadores de “fronteira fechada”. No entanto, a fronteira não está esgotada mesmo quando titulada, pois a exemplo do Projeto Terra Nova do Norte, ao norte de Mato Grosso, onde foram assentadas 1.200 famílias de colonos, a sua ARL foi invadida por 2.000 famílias de posseiros. Do mesmo modo, no Projeto Peixoto de Azevedo, em Guarantã do Norte, também ao norte do Estado, há mais posseiros na ARL do projeto do que colonos. Ou seja, mesmo quando a terra está titulada, há um processo de ocupação que não segue o fechamento da fronteira.

A quantidade de famílias envolvidas em conflito não seguiu a tendência da área de conflitos e sim a quantidade de conflitos. Desse modo, o número de famílias afetadas por conflitos de terra reduziu na segunda metade da década de 80 e aumentou na década de 90, tendendo a reduzir ao seu final (Figura 15). Estes resultados podem ser melhor entendidos quando comparados à quantidade de famílias beneficiadas nos PA (Figura 17). Observa-se que a quantidade de famílias atendidas pelos PA segue à de famílias em conflitos, porém com uma defasagem temporal, correspondente ao tempo de reação do governo federal ao conflito. Estes dados vêm corroborar com a idéia do atendimento à demanda e não da adoção de uma política efetiva de reforma agrária. Desse modo, as áreas de tensão nem sempre são as mais adequadas para a criação de PA, sendo observadas ocupações em áreas de florestas, inclusive sob PMFS aprovados pelo IBAMA. Isto também não atesta a idoneidade do PMFS, já que são notórias as inúmeras liberações, por este órgão, de exploração madeireira em unidades de conservação estaduais, ferindo a legislação ambiental, que teria como princípio regulamentar e defender, e confrontando diferentes esferas de poder público. A adoção de uma política séria de reforma agrária passaria pelo planejamento participativo da distribuição de terras no país, envolvendo diretamente os interessados e não reprimindo sua manifestação, e a discussão e planejamento do parcelamento das áreas e das atividades sustentáveis a serem desenvolvidas nos PA criados. No entanto, o que observa-se é uma queda-de-braço política entre o governo federal e os movimentos sociais sem resultados efetivos para ambas as partes. Indicadores viciados dão a idéia de sucessos relativos em determinadas ações governamentais, mas não expressam a real tensão social rural, que é fruto das políticas de ocupação, econômica e social dos governos passados e atual.

1.4. A Questão indígena e o manejo florestal

Este tópico foi discutido com Ariovaldo José dos Santos, indigenista da FUNAI, em Mato Grosso, e com Itagiba Campos, indigenista consultor do PNUD, no PRODEAGRO. A utilização do recurso madeireiro pelo indígena é pequena, sendo apenas aquela do seu dia-a-dia. O que está acontecendo com o recurso madeireiro nas terras indígenas no estado do Mato Grosso, é o roubo e a exploração, ou seja, uma atividade madeireira ilegal que é feita pelo madeireiro e não propriamente pelo indígena. A atividade econômica madeireira está sendo estabelecida apenas do lado do não índio, pois este não conseguiu ter o conhecimento, o controle nem mesmo uma serraria ou negócio madeireiro autônomo, mesmo após 500 anos. Desde Cabral a exploração e o escambo continuam.

O projeto do manejo florestal indígena ainda não aconteceu até hoje por interesse de alguns que se beneficiam dessa situação. Em verdade, o que se comete não é apenas um crime ambiental contra o patrimônio florestal nacional, mas também um crime cultural, pois compromete toda a estrutura social dos povos indígenas diretamente envolvidos. Causam desagregações e desavenças internas graves nos povos indígenas, chegando ao ponto de ocorrer mortes entre índios pelo domínio de determinada área de floresta.

Algumas lideranças indígenas se apropriam do recurso florestal da comunidade e tiram vantagens dessa situação junto aos madeireiros. Enquanto isso, os madeireiros estimulam o consumo criando e acentuando uma dependência econômica do índio, sem que ele tenha um controle do poder aquisitivo, levando-o a ter que vender a madeira para eles. Culturalmente, o índio se relaciona através de trocas, e neste caso a madeira é trocada por mercadorias cujo valor de troca é dado pelo madeireiro, que sem dúvida se beneficia tanto da desvalorização da madeira quanto da supervalorização do seu produto de troca. Assim, o madeireiro troca um determinado volume de madeira, que ele mesmo superestimou, por uma camionete, criando a demanda por

combustível. Num outro momento, este madeireiro troca outro lote de madeira por combustível, alimento, tecido ou outro produto, dependendo da necessidade dos índios.

Por outro, o madeireiro passa também a ser agente protetor do índio, mantendo um contato constante e suprimindo suas necessidades imediatas. Passa a ocupar o papel do Estado e ser a referência como benfeitor, dificultando as ações de órgãos governamentais.

Em verdade, o velho sistema de aviamento é mantido, onde o índio é enganado desde a retirada da madeira até a troca por produtos ou serviços dos madeireiros. O desconhecimento do índio em relação ao negócio da madeira e ao mercado acentua esta desvantagem em relação aos madeireiros, sendo lesados.

Os madeireiros atribuem à madeira retirada da terra indígena um menor preço, pois alegam que têm um elevado risco para sua obtenção e, portanto, dão menos em troca ao índio. Assim, um sítio recebe mais por uma cerejeira do que o índio por esta mesma cerejeira, mesmo sendo ambas ilegais. A madeira de terras indígenas é legalizada com volumes extras dos PMFS superdimensionados de outras florestas.

Em geral, as madeiras retiradas das terras indígenas são as mais comerciais, como, mogno, cerejeira, ipê, castanheira, peroba, etc. Quando chegam à serraria ganham outra denominação e vão misturadas a outras na carga burlando a fiscalização. Um outro problema criado é que algumas espécies exploradas são de uso alimentar do índio, como a castanheira-do-Brasil e o pequi, comprometendo a disponibilidade de alimentos em curto e médio prazo. Desse modo, os índios passam a ter a necessidade de comprar alimento, acentuando a dependência desses em relação aos madeireiros.

O PMFS em terras indígenas pode ser uma alternativa para que se interrompa este processo e, desse modo, aumentando a oferta de madeira de origem em florestas manejadas e reduzindo a oferta de madeira ilegal, de baixo preço. Esta madeira ainda poderá ser certificada, dando um outro valor a esse produto.

A legislação prevê a retirada de madeira para uso interno ou para venda sob condições especiais, segundo PMFS. Por outro lado, deve ter uma ação para que os índios não sejam estimulados ao consumismo. Associada ao PMFS deve ser implantada uma serraria para que haja agregação de valor à madeira, sem isto os índios continuarão a ficar em desvantagem na comercialização.

Tradicionalmente, se diz que o índio não tem conhecimento da atividade madeireira, porém não há interesse em educar o índio para este processo, de modo a ser auto-suficiente. A exploração da madeira além de ilegal é predatória, comprometendo a sustentabilidade da floresta. Desse modo, dentro de pouco tempo os indígenas não terão mais madeira para a troca.

A atividade de exploração ilegal de madeira em terras indígenas é prejudicial ao índio, mas também ao madeireiro que tem PMFS, pois o custo de sua madeira é mais elevado daquele que explora as áreas indígenas, desestimulando o PMFS e, com isso, comprometendo a sustentabilidade da atividade madeireira no Estado.

A questão do recurso florestal em relação aos índios deve ser resolvida com ações em curto, médio e longo prazos, para que os índios possam ter satisfeito suas necessidades

imediatas, reduzindo as chances para que outros, como os madeireiros, garimpeiros ou outros, possam supri-las.

O índio percebe que eles têm a responsabilidade de conservar os recursos naturais, enquanto o entorno a atividade é predatória, criando uma desigualdade em relação ao compromisso com o ambiente e seguinte questionamento: por que o fazendeiro pode retirar a madeira e nós não? Por que só nós temos que conservar a floresta, enquanto o fazendeiro está andando de caminhonete?

A fiscalização do comércio de madeira deveria ser de forma integrada, com uma maior participação do município. Porém, a influência política local pode interferir nesse processo, com o pretexto de se assegurar no cargo na próxima eleição. No entanto, a evasão de recursos na atividade ilegal madeireira é muito grande, onde todos perdem, tanto o município, o estado e a federação. Em verdade, é uma forma de dividir os recursos florestais por uma pequena parcela da população e distribuir com a sociedade os prejuízos ambientais dessa atividade.

Atualmente, estima-se que mais de 50% da atividade madeireira é ilegal e, portanto, não geram receitas para as diversas esferas da administração. Desse modo, grandes volumes de recursos estão deixando de serem arrecadados e a função do município quanto à manutenção das estradas e demais infra-estruturas municipais, estaduais e federais.

Mantido esse quadro em que o índio tem sido lesado o seu patrimônio natural, este vai ser integrado à sociedade por baixo, na condição de mão-de-obra braçal, assim como veio sendo ao longo de 500 anos, perdendo sua cultura e dignidade humana. Ao contrário, o índio deveria ser integrado à sociedade do branco por cima, aproveitando seu conhecimento a respeito da floresta na evolução dos sistemas silviculturais. O índio não se adapta ao trabalho braçal ao longo de todo o ano, já que a sua rotina tradicional era totalmente diferente, e seguia o ciclo da natureza. O índio deve ser valorizado pelo conhecimento desse ritmo, o qual deve ser resgatado e usado para gerar uma economia adaptada a esse ritmo, prioritariamente, em seu favor.

Os principais pontos de retirada de madeira das terras indígenas são em Guarantã do Norte, Aripuanã, Colniza, Pontes e Lacerda, Espigão do Oeste. A madeira sai do estado e Mato Grosso, vai para Rondônia e volta legalizada ao Mato Grosso.

O ICMS ecológico é um dispositivo econômico que, em tese, permitiria uma melhor atuação do município no entorno das unidades de conservação, terras indígenas RPPN. No entanto, o entendimento de alguns prefeitos, políticos e empresários, é que o ICMS, na verdade, é um ressarcimento que está sendo pago pelo impedimento de não se poder substituir aquela vegetação natural ou de não explorá-la de forma predatória, como esses desejariam que fosse. Assim, muitas vezes o ICMS ecológico é aplicado para benefício dos madeireiros ou pecuaristas que atuam no município, “aqueles que são prejudicados”, degradando o entorno dessas unidades de conservação.

O extrativismo predatório do palmito é outra atividade que vem aumentando nas terras indígenas. Por vezes, agricultores que têm plantios recentes de pupunha, mas retiram palmito jussara das terras indígenas para comercialização. Assim, outra espécie de importância alimentar para os índios é retirada de suas terras, enquanto poderia ser devidamente manejada, segundo um conhecimento que os próprios indígenas já têm sobre essa espécie, só que numa visão mercantil. Um exemplo é a região de Juína e Castanheira em que uma fábrica de conserva de palmito se instalou, extraiu o estoque econômico de palmito e teve que se mudar para

Cotriguaçu. Como fez anteriormente, estimula o plantio de pupunha e extrai palmito das matas naturais, sem nenhum manejo. No PA Vale do Seringal, vários parceiros trabalhavam cortando palmito numa época do ano, porém essa atividade foi interrompida pela mudança da fábrica para outro município. O PA Vale do Seringal é separado da Terra Indígena de Erikbatsa pelo rio Juruena.

1.5. Zoneamento Econômico Ecológico

A Constituição Federal de 1988 delegou a União a competência da execução de Planos de Ordenamento Territorial (Zoneamento). No estado de Mato Grosso, a Constituição Estadual delegou ao Governo do Estado a competência da realização do Zoneamento Antrópico Ambiental.

O Zoneamento Econômico Ecológico do estado de Mato Grosso teve início em 1987, como condição do BIRD para que o Governo do Estado pudesse identificar e justificar estratégias, políticas e planos de ordenamento e desenvolvimento nas áreas agrícola, proteção e conservação da natureza e da cultura indígena. Assim, em 1988 foi concluído o mapa de Zoneamento Agroecológico Básico de Mato Grosso, sendo publicado em 1992, o documento Zoneamento Agroecológico do Estado de Mato Grosso (Sanches, 1992), constituindo sua primeira aproximação, editado sob a Lei 5993.

Cumprida esta condição, em 1995, o Estado implantou o projeto Zoneamento Sócio Econômico Ecológico - 2ª Aproximação - com base nos estudos do Diagnóstico Sócio Econômico Ecológico, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso (PRODEAGRO), que tem como uma de suas metas, a elaboração da segunda aproximação do zoneamento.

Para a equipe da SEPLAN/MT o ZEE é um “instrumento para racionalização da ocupação de espaços territoriais e redirecionamento de metas e diretrizes, além de fornecer subsídio para elaboração e execução de planos regionais em busca do desenvolvimento sustentável. A sua finalidade é dotar o Governo de bases técnicas para espacialização de políticas públicas, visando ordenação de territórios.

As principais vantagens do ZEE levantadas pela equipe da SEPLAN/MT são: como um instrumento técnico de informações sobre o território, apresenta informações integradas em base geográfica e classifica o território segundo suas potencialidade e vulnerabilidade; como instrumento político de regulação do uso do território, permite espacializar políticas públicas em base geográfica integrada, descartando o convencional tratamento setorializado e permite acelerar execução e ampliar escala de abrangência de ações governamentais; como instrumento de negociação entre as várias esferas de governo, o setor privado e a sociedade civil para construção de parcerias.

Os trabalhos do Diagnóstico Sócio Econômico Ecológico foram entregues a CNEC Engenheiros Consultores S.A, sendo a SEPLAN/MT responsável pelo acompanhamento do Diagnóstico e elaboração do Zoneamento. Esta empresa de consultoria vem trabalhando neste zoneamento desde 1996, sendo gastos elevadas somas de recursos para este fim. Atualmente, o zoneamento encontra-se na fase de apresentação de produtos, porém ainda não foram efetuadas discussões com a população para a consolidação do zoneamento.

A metodologia que vem sendo empregada é baseada nas recomendações do Governo Federal para o Zoneamento Ecológico Econômico. Desse modo, os sistemas ambientais são entendidos enfocando similaridades e contrastes e as relações de interdependências, por meio do conhecimento integrado das características do ambiente natural, da realidade sócio-econômica e do quadro jurídico institucional (SEPLAN/MT).

O Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do estado de Mato Grosso abrange todo o Estado, na escala de estudo de 1:250.000, sendo representado nas escalas de 1:250.000; 1.000.000 e 1:1.500.000.

Os produtos do Diagnóstico é composto por (SEPLAN/MT) :

1) *Dados primários:*

- 871 cartas de temas dos meios Físico, Biótico e Sócio-Econômico, na escala 1:250.000, com relatório técnico por carta;
- 50 mapas de temas dos meios Físico, Biótico e Sócio Econômico, na escala 1:1.500.000, com relatórios técnicos;
- 09 mapas sínteses na escala 1:1.500.000 de:
 - Unidades Naturais
 - Unidades Sócio Econômicas
 - Unidades Ambientais e do Zoneamento Sócio Econômico Ecológico; e
- 01 mapa na escala 1:1.000.000 do Zoneamento Sócio Econômico Ecológico com relatório técnico.

2) *Dados Secundários:*

- 24 volumes contendo mapas na escala 1:1.500.000 e menores, com relatórios técnicos de temas dos meios Físico, Biótico e Sócio Econômico.

O ZEE é um instrumento que pode ser conduzido politicamente de acordo com os interesses de grupos influentes economicamente ou politicamente. Assim, ao se delimitar uma zona ecológica-econômica, seu uso poderá ser definido de acordo com os interesses momentâneos desses grupos. A desorganização da sociedade e o desconhecimento técnico sobre os aspectos ecológicos e econômicos de grande parcela dessa sociedade, levam esta a não ter uma clara idéia sobre as projeções do uso daquele espaço num horizonte de médio e longo prazo. Portanto, decisões inadequadas sobre o uso dessas regiões poderão ser esperadas, e quem sabe, sejam a maioria.

O interesse sobre as áreas de florestas é muito grande, já que estas guardam recursos a cada dia mais escassos e, portanto, mais valiosos. Além desses, a especulação imobiliária é um ponto relevante, já que à medida em que ocorre a ocupação das áreas de florestas e constroem-se vias de acesso estabilizadas, as terras vão se valorizando e, com isso, o papel da terra para o especulador, passa ser cumprido. Estes atores, como os ruralistas, madeireiros e mineradores e outros com principal interesse no lucro elevado, já vêm influenciando politicamente e economicamente as decisões nessas regiões e vão exercer forte influência sobre o ZEE, forçando a liberação de atividades econômicas incompatíveis para aquela região ecológica-econômica, até então controladas pela legislação vigente.

2. POLÍTICAS AGRÁRIAS NO ESTADO DO TOCANTINS

2.1 Características gerais do Estado

2.1.1 Condições físicas favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária

O estado do Tocantins possui uma extensão territorial 278.420,70 km² e é dividido longitudinalmente por um divisor orientado no sentido sul-norte nos dois sistemas hidrográficos do Araguaia e Tocantins. Assim, abrange aproximadamente dois terços da área da bacia hidrográfica do rio Tocantins e um terço da do rio Araguaia, além de várias sub-bacias importantes (NAPIAm/SCA/MMA, 1999). Esta característica faz com que o Tocantins seja um dos estados brasileiros mais ricos em recursos hídricos, os quais vêm sendo aproveitados para irrigação, geração de energia, empreendimentos relacionados ao turismo ecológico e construção de hidrovias.

A regionalização climática do estado evidencia um gradiente de umidade no sentido oeste-leste, variando entre clima úmido com pouca deficiência hídrica na região da Ilha do Bananal, com precipitações de mais de 2.000 mm e clima sub-úmido seco com moderada deficiência hídrica na região limite dos estado de Goiás e Bahia, com precipitações inferiores a 1.300 mm. A região do Bico do Papagaio apresenta um clima próprio úmido/sub-úmido com pequena deficiência hídrica. As temperaturas médias anuais variam entre 24 e 28° C no período das chuvas (outubro-março) e 28 e 35° C na estação seca.

Em termos de relevo, o estado exibe uma variada gama de feições morfológicas, resultantes da evolução de fatores climáticos e/ou adaptações às diversidades litológicas e condicionantes estruturais, que foram compatimentalizados em quatro unidades geomorfológicas: planaltos da bacia sedimentar do rio São Francisco, depressões do Araguaia-Tocantins, planície do Bananal e planaltos residuais do interflúvio Araguaia-Tocantins. É importante remarcar que algumas destas classes oferecem condições naturais propícias para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, como é o caso da planície do Bananal que, estando coberta por pastagens naturais, favorece a pecuária extensiva. Além disto, esta mesma região, em virtude de suas características topográficas, pluvi e fluviométricas, conforma uma das regiões brasileiras mais aptas para o desenvolvimento da agricultura irrigada por gravidade (SEPLAN, 1998).

De acordo com levantamentos realizados pelo Projeto RADAMBRASIL e pelo Zoneamento Ecológico-Econômico os solos compreendidos no estado podem ser divididos em onze classes predominantes, conforme pode ser observado no Mapa de Solos (em anexo). Latossolos roxos, terras roxas estruturadas, latossolos vermelho-amarelo, vermelho-amarelo escuro e solos aluviais cobrem 35,4% do estado e apresentam as melhores alternativas para o uso agrícola intensivo. As demais classes apresentam restrições em vários níveis de aplicação de tecnologias, não respondendo satisfatoriamente à intensificação de capital. Solos Gley, lateritas hidromórficas e cambissolos (17%), embora não recomendáveis para a agricultura, são favoráveis para a implantação de pastagens cultivadas. Somente as areias quartzosas, que representam 13% do estado, apresentam maiores restrições em termos de atividades agropecuárias, sendo recomendadas para silvicultura ou aproveitamento de pastagens naturais (NAPIAm/SCA/MMA, 1999).

2.1.2 Crescimento populacional: dinamismo e desigualdades regionais

A uma taxa média de crescimento de 4% ao ano (o dobro da média nacional), a população do estado, estimada em 1950 em pouco mais de 200 mil habitantes, passa, em 1970, para 520 mil, chegando a quase 740 mil em 1980. É interessante notar que este crescimento não se deu de maneira uniforme. Até meados de 1950 a população era predominantemente rural. Todavia, após a construção da Belém-Brasília e a conseqüente expulsão dos posseiros de suas terras, o estado começa a apresentar taxas negativas de crescimento da população rural (-1,22 entre 1980 e 1991 e -4,67 entre 1991 e 1996), contra elevadas taxas de incremento urbano (5,53% e 7,03, respectivamente), configurando um processo importante de urbanização iniciado ainda na década de 1970: em 30 anos a concentração urbana passou de 25 para 75% (Tabela 2.1).

Tabela 2.1: População residente (urbana e rural), taxa de crescimento e densidade demográfica

Ano	Total	Taxa anual (%)	Urbana (%)	Taxa anual (%)	Rural (%)	Taxa anual (%)	Hab./km ²
1950	204.041		26.297 (12,90)		177.744 (87,10)		0,77
1960	328.486		57.935 (17,64)		270.551 (82,36)		1,18
1970	521.211		128.860 (24,72)		392.351 (75,28)		1,82
1980	738.884	4,20	293.442 (39,71)		445.442 (60,29)	1,28	2,58
1991	919.863	2,01	530.636 (57,69)	5,53	389.227 (42,31)	(-) 1,22	3,30
1996	1.048.642	2,70	741.009 (71,50)	7,03	307.633 (28,50)	(-) 4,67	3,77
2000	1.157.098		859.961 (74,32)		297.137 (25,68)		4,17

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE, 1998; Censo Demográfico IBGE, 2000

A despeito do forte investimento no assentamento de famílias de agricultores, este quadro reflete a ineficácia das políticas agrárias no que tange à manutenção destas mesmas famílias no campo. Soma-se a isto o processo de grilagem e concentração de terras, que acabou levando grande parte da população de camponeses a migrar para outros estados da região norte ou para os novos núcleos urbanos.

Muito embora a política agrária tenha forte influência sobre este processo, ela não é a única responsável por ele. Vários outros fatores também têm a sua participação relativa. Entre eles, poder-se-ia citar, por exemplo, o desenvolvimento das políticas agrícolas e a implantação de redes de infra-estrutura, temas que deverão ser tratados em estudos específicos contratados pelo Projeto, ainda dentro do Componente I.

A distribuição espacial da população também merece atenção, tendo em vista a diferenciação apresentada entre os diferentes municípios que compõem o estado. Municípios com densidade demográfica elevada se avizinham de outros cuja densidade ainda é baixa, como Araguaína, com 28,53 hab./km² e Muricilândia, com 2,57 hab./km². Casos extremos como os de Arixá, com mais de 90 hab./km² e Mateiros, com 0,29 hab./km², também são verificados no estado.

Outro fator que denota a desigualdade do crescimento populacional no estado é a taxa média anual de 29% em Palmas entre 1991 e 1996, contra apenas 2,7% quando consideramos o estado em sua totalidade.

Por fim, e como reflexo da intensificação das atividades produtivas e de ocupação do espaço, tem-se uma grande multiplicação das regiões administrativas. O estado, que em 1950 estava dividido em apenas 14 municípios, conta hoje com dez vezes mais municípios, ou seja, nada menos que 139 municípios, agrupados em nove áreas-programa e 18 regiões administrativas (SEPLAN, 1999).

2.1.3 Cobertura vegetal e desmatamento

O Tocantins representa uma zona de transição entre dois grandes biomas brasileiros: o Cerrado e a Amazônia. Assim sendo, o estado possui grande parte de seu território caracterizado por áreas de tensão ecológica (ecótonos) entre cerrado e floresta tropical úmida, que, dadas as condições geomorfológicas e climáticas, foram configurando diferentes tipos vegetacionais. Originalmente, sua cobertura vegetal era composta por terrenos com vegetação florestal e campestre, característicos das zonas fitoecológicas denominadas Floresta Ombrófila Densa (4,3%) e Aberta (5,4%), Floresta Estacional Decidual (0,6%) e Semidecidual (1,9%) e Cerrado (87,8%) – Mapa das Regiões Fitoecológicas (em anexo). A partir destes dados, tem-se que a cobertura florestal original do estado era de cerca de 12% de sua superfície total, ou cerca de 3,4 milhões de hectares. De acordo com dados apresentados pela SUDAM, entre os anos de 1990 e 1991 esta superfície já teria sido reduzida em quase dois terços, estando, naquela data, em aproximadamente 1,2 milhões de hectares¹. Estes dados podem ser confirmados através dos levantamentos realizados pelo INPE, segundo os quais até a referida data o Tocantins teria perdido cerca de 2,3 milhões de hectares de florestas primárias.

E esta redução dos agrupamentos florestais primários, bem como daqueles com pouca intervenção, ou secundários fragmentados e vegetação campestre natural encontram-se bastante reduzidos em função do avanço da fronteira agrícola, o que pode ser comprovado pelo aumento nas taxas de desflorestamento observadas no estado nas últimas décadas. Comparando os dados apresentados pela SUDAM com os levantamentos realizados pelo INPE, que referem-se apenas ao monitoramento das áreas de fisionomia florestal primária na Amazônia legal, chegamos a uma estimativa da cobertura florestal para o estado do Tocantins em 1999 de cerca de 800 mil hectares, ou menos de 3% da área total do estado!

2.2 Uso atual e distribuição das terras no estado

De acordo com dados apresentados no Atlas do Tocantins, o uso atual da terra pode ser classificado em formações florestais (que cobrem cerca de 13,1% da área total do estado); pastagens naturais ou plantadas (26,9%), terras agriculturadas (1%), vegetação de cerrado – campo, campo cerrado e cerradão (56,6%); rios, lagos, represas e açudes (2,3%); e outras formas de uso, tais que áreas destinadas à mineração ou comprometidas em uso urbano (0,1%) (SEPLAN, 1999).

Em termos de distribuição das terras, o estado apresenta cerca de 20% de sua superfície em áreas de uso restrito destinadas à conservação ambiental e à proteção de comunidades indígenas, as quais são administradas pelos governos federal e estadual. Outras áreas potenciais para preservação do meio ambiente já foram identificadas pela Secretaria de Planejamento e

¹ Dados obtidos em: http://www.sudam.gov.br/Amazonia_Legal/recursos_naturais/recursos_florestais

Meio Ambiente, representando outros 4,5% do estado a serem conservados, mas sua implementação ainda não foi efetivada.

Os projetos de assentamento criados pelo INCRA e as áreas regularizadas pelo INCRA e ITERTINS somam seis milhões de hectares, representando 25% da superfície total do estado, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 2.2: Projetos de assentamento e áreas de regularização fundiária no estado do Tocantins

Destinação da área	Superfície total (ha)	% com relação à área do estado
UC de Uso Sustentável (estaduais e federais)	2.227.154	7,98
UC de Proteção Integral (estaduais e federais)	1.447.611	5,16
Terras Indígenas	2.170.948	7,80
Projetos de Assentamento INCRA	812.000	2,92
Regularização Fundiária INCRA	3.688.000	13,25
Regularização Fundiária ITERTINS	2.500.000	8,98
Total	12.845.713	46,10

Fonte: JICA, 1998; SEPLAN, 2001

Quanto à propriedade da terra, 63% da extensão territorial do Tocantins encontra-se matriculada em nome de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo áreas ocupadas por invasores. Conforme pode ser observado na tabela abaixo, as propriedades privadas representam a maior parte, com uma área média de 435 hectares. A área média ocupada por invasores também é relativamente grande quando comparada às áreas de responsabilidade de entidades públicas: 152 hectares por família, contra 15,33 hectares por estabelecimento, em média.

Tabela 2.3: Situação da propriedade da terra no Tocantins

Categoria	Área Total em hectares	Número de Propriedades	Área/propriedade (ha)
Proprietários	15.882.000	36.522	434,9
Arrendatários	83.000	1.379	60,2
Parceiros	39.000	527	74,0
Ocupantes	1.350.000	8.892	151,8
Entidade pública	688.706	44.913	15,33
Total	18.042.706	47.320	366,7

Fonte: JICA, 1998

O INCRA e a criação de projetos de assentamento no Tocantins

Diferentemente dos outros estados amazônicos, a fase de colonização oficial iniciada pelo INCRA na década de 1970 não atingiu o Tocantins. Conforme já mencionado no relatório estadual, o referido órgão só começou o processo de assentamento de famílias em lotes rurais no final dos anos 1980, como resposta aos conflitos desencadeados ainda na década anterior. Esta atuação tardia pode ser explicada pelo controle militar exercido na região até recentemente.

Primeiramente a presença militar na região deveu-se à instalação de um grupo de guerrilheiros urbanos do Partido Comunista do Brasil nas margens do rio Araguaia, na região de Xambioá (o fato ficou conhecido como a *Guerrilha do Araguaia*). Este grupo, que vivia da agricultura, tinha como objetivo o estabelecimento de relações com os camponeses locais para conscientizá-los da necessidade da luta armada contra os latifundiários e o governo da burguesia. Embora os guerrilheiros nunca fossem mais do que uma centena, eles causaram uma agitação suficiente para mobilizar uma força de milhares de soldados durante mais de dois anos. Esta inesperada resistência nas fronteiras da civilização fez com que o governo federal decidisse tomar o controle da área e invocasse as Leis de Segurança Nacional, designando uma força-tarefa para monitorar a situação das terras na região: o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins).

A “militarização” da questão agrária na região até meados dos anos 1980 explica, talvez, a existência de apenas uma modalidade de projeto de reforma agrária: o Projeto de Assentamento (PA). Outros estados como Rondônia e Pará, onde a colonização oficial foi marcante na década de 1970, possuem outros tipos de projetos como os Projetos de Integração e Colonização (PIC), que recebiam assistência técnica e empréstimos em dinheiro por parte do INCRA; Projetos de Assentamento Rápido (PAR), que eram implantados em áreas de tensão social, mas que só existiram até 1986; Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), destinados a assentados com um maior grau de conhecimento das formas de produção e recursos financeiros próprios; Projeto Agroextrativista (PAE), que beneficia agricultores que também são extrativistas; etc.

Da mesma forma, a presença grupos militares no norte do estado também pode ter sido responsável pelo controle do fluxo migratório ocorrido na década de 1970. Mesmo com a construção da rodovia, as correntes migratórias foram muito menos intensas no Tocantins do que nas regiões da BR-364 (Rondônia) ou da Transamazônica (Pará). O INCRA e os serviços de terras estaduais (IDAGO e ITERPA), são nesta fase as instituições estatais de apoio para acelerar a articulação regional em nome da regularização das terras, e não necessariamente da justiça social. E neste processo, era comum o pequeno posseiro perder suas terras por não ter condições de informação e financeiras para regularizá-las (Becker, 1982).

Independente das explicações, o fato é que a partir de 1987 as famílias de posseiros do Tocantins que conseguiram resistir a este processo de apropriação indevida da terra começam a ter seus direitos de propriedade reconhecidos através da criação dos projetos de assentamento. E hoje o estado é possuidor de mais de 200 projetos de assentamento que estão sob a responsabilidade do INCRA, os quais possuem capacidade para acolher cerca de 18 mil famílias em uma superfície total de mais de 800 mil hectares (Tabela 5). Esta superfície, quando comparada com os demais estados amazônicos pode ser considerada pequena, representando apenas 2,35% da área destinada a todos os projetos de assentamento criados na Amazônia legal, e 3% do estado, que, conforme já discutido ainda é dominado por um cenário de concentração de terras. Neste contexto, é de se remarcar a importância da região do Bico do Papagaio, que

teve sua estrutura fundiária bastante alterada nos últimos anos, abrigando, atualmente, 60% dos projetos de assentamento existentes em todo o estado.

Tabela 2.4: Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA, Amazônia e estados

Estado	Capacidade de Famílias	Número de Projetos	Área (ha)
Acre	19.243 (4,57%)	63 (3,89%)	1.578.894,08 (4,57%)
Amapá	9.012 (2,14%)	27 (1,66%)	1.381.902,79 (4,00%)
Amazonas	24.448 (5,80%)	36 (2,22%)	2.176.660,91 (6,31%)
Maranhão	72.508 (17,21%)	438 (27,07%)	2.428.574,64 (7,04%)
Mato Grosso	67.210 (15,95%)	307 (18,97%)	4.437.293,28 (12,86%)
Pará	126.700 (30,07%)	397 (24,54%)	13.476.828,07 (39,05%)
Rondônia	57.363 (13,61%)	113 (6,98%)	4.614.991,86 (13,37%)
Roraima	27.063 (6,42%)	33 (2,04%)	3.607.686,00 (10,45%)
Tocantins	17.783 (4,22%)	204 (12,61%)	812.793,13 (2,35%)
Amazônia Legal	421.330 (100%)	1.618 (100%)	34.515.624,76 (100%)

Fonte: Diretoria de Assentamento/INCRA, 2001 (Junho de 2001)

Além da criação de projetos de assentamento, o INCRA também possui competência para regularização fundiária das áreas da União e cadastro de imóveis rurais. Todavia, com a meta federal de assentamento de famílias no campo – prioridade do governo FHC desde 1995, o INCRA passou a concentrar seus esforços nesta atividade, relegando as demais a segundo plano. Ciente desta situação e disposto a interferir no processo no sentido de dar encaminhamento aos trabalhos de regularização fundiária no estado, o Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS – firmou convênio com aquela instituição, ficando responsável pelas questões relativas à regularização, demarcação e emissão de títulos definitivos para imóveis e propriedades rurais incidentes em áreas anteriormente destinadas à União. A exemplo deste convênio, tem-se hoje a atuação do ITERTINS na faixa de 100 metros ao longo da Belém-Brasília.

Em outras palavras, pode-se dizer que a atuação do INCRA no estado do Tocantins tem se resumido à criação e implantação de projetos de assentamento, enquanto ao ITERTINS coube a missão, através de convênio INCRA/ITERTINS, de regularização fundiária dos imóveis rurais incidentes no estado.

3. POLÍTICAS AGRÁRIAS NO ESTADO DO ACRE

3.1. Aspectos Gerais

A situação fundiária do estado tem sido considerada uma das mais complexas do País, em diversos estudos². Isso se deve ao próprio processo de formação territorial³; difícil acesso pelos órgãos públicos devido a grandes áreas de florestas e característica dos rios; indefinições de origem e demarcação das propriedades e posse das terras decorrentes das primeiras ocupações⁴.

Destaca-se a indefinição de origem e demarcação das propriedades pela importância que denota para as nossas análises.

O Mapa da atual situação fundiária do Acre mostra as divisões das terras que deixam a figura transparecer um verdadeiro mosaico.

Mesmo que o Mapa não deixe visíveis os cursos dos rios que formam as duas bacias hidrográficas do Acre, uma rápida referência sobre este assunto se faz necessária pelo fato da origem dos povoados está associada à rede de drenagem do Estado, pois ao longo de suas margens se localiza a maioria das cidades, conforme mostra o estudo contido no Zoneamento Econômico Ecológico (2000:34-36). Isso guarda grande importância para o entendimento sobre o isolamento das grandes extensões de terras em que vivem os extrativistas.

No estudo acima referido, mostra que as duas bacias hidrográficas do Estado do Acre existentes no espaço físico de seu território são drenadas por extensos rios, todos pertencentes à rede hidrográfica do Rio Amazonas. Uma das características comuns dos rios é o paralelismo e as mudanças de direções dos seus cursos, resultantes de falhas e fraturas geológicas.

Diz ainda que, os rios apresentam forma meândrica, com pequenos trechos retilíneos. O caráter meândrico é o responsável pela formação de bancos de areia no leito aumentando as dificuldades e distância da navegação fluvial, o que causa implicações severas para o acesso, já que os rios se constituem no mais importante meio natural de transporte do Estado.

Já a problemática da terra relacionada à política de fortalecimento do extrativismo, poderá ser compreendida a partir de uma caracterização dos espaços físicos destinados ao seu uso agropecuário e florestal.

3.2. Tipologia das terras do Acre

² Veja por exemplo Zoneamento Ecológico – ZEE (2000), pg. 31; Relatório Final de Cooperação Técnica – ONF (2001), pg. 198.

³ A Extensão de terras do Acre anteriormente era pertencente à Bolívia. Foi incorporada ao Brasil em 1903, através da assinatura do Tratado de Petrópolis (ZEE, pg.10), *que pôs fim aos conflitos armados entre Brasil e Bolívia, pelas posse das terras hoje pertencentes ao Acre (grifo nosso)*.

⁴ Consta em MARTINELLO (1988), que as demarcações originais das terras empossadas pelos primeiros donos dos Seringais eram definidas mediante a existência da seringueira, árvore para a exploração do látex. O seringal, portanto, se definia pelos números de estradas para o corte da seringueira, o que geralmente se configurava grande extensão de terras pela abundância dessa espécie florestal.

A variada tipologia que compõe o quadro jurídico das terras do estado do Acre quanto a sua destinação e assentamentos, pode ser descrita resumidamente da seguinte forma:

PC – Projetos de Colonização

Áreas arrecadadas pelo INCRA, que foram destinadas para criação de pólos de produção agropecuária, voltadas para o assentamento de famílias de pequenos produtores rurais, sejam os remanescentes dos antigos seringais (ex-seringueiros) ou migrantes do centro-sul do país, na década de 70. O período de criação desse tipo de Projeto se deu entre 1979-1982. Nesta modalidade houve atuação dos Governos federal (através de linha de crédito) e estadual, quando foram criados os Núcleos de Apoio Rural Integrado (NARI's).

PA – Projetos de Assentamentos

São os assentamentos que correspondem ao modelo de loteamento tradicionalmente implementado pelo INCRA no restante do país, imóveis situados na faixa de 10 ha a 100 ha. Essa modalidade de assentamento foi a mais predominante na década de 80. Diferente do que ocorreu em outros estados da Amazônia, nestes projetos, a maior parte dos assentados era residente do território acreano (PAULA, 1999; pg. 243).

PAE – Projetos de assentamentos Agroextrativistas

Modalidade criada oficialmente pelo INCRA a partir de 1987, sob inspiração da concepção que deu surgimento a formação das Reservas Extrativistas⁵. Estes possibilitam a exploração de recursos naturais por parte dos seringueiros, principais demandantes deste tipo de assentamento. São áreas de domínio público, devem ser administradas pelas populações assentadas, às quais são concedidos os direitos de uso.

RESEX - Reservas Extrativistas (UC's de uso direto)

Unidade de conservação de domínio público com posse de concessão para uso direto das populações extrativistas, especialmente os seringueiros. Foram criadas com o objetivo de garantir os meios de vida e de cultura das populações “assentadas” nas áreas, através do uso sustentável de seus recursos naturais.

Pólos Agroflorestais

Criados pela Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento, nas proximidades da área urbana de Rio Branco, com o objetivo de criar alternativa de moradia, emprego e renda para uma parcela das famílias das periferias da cidade, na sua grande maioria, procedente do meio rural. Teve origem durante a gestão⁶ municipal de (1993-1996) em Rio Branco, capital do Estado do Acre e se estende hoje para o plano estadual sob a política da Secretaria de produção do Estado.

As terras destinadas aos pólos são de propriedade da prefeitura ou do estado. O regimento de uso foi normatizado através de um contrato de concessão de uso válido por 30

⁵ À época, os processos para a formalização das REXES encontravam-se em tramitação sob forte pressão do movimento extrativista para demarcação e reconhecimento quanto a legitimidade de uso.

⁶ Primeira administração pública petista no Estado.

anos para produção agroflorestal e de hortaliças. Os lotes dos primeiros pólos possuem dimensão de 3,5 a 4,0 ha (FONSECA, 1998).

Os Pólos agroflorestais pertencem a uma modalidade de assentamento alternativo, em áreas de transição entre o rural e o urbano. São criados em áreas já desmatadas, constituindo-se em lotes entre 3 a 5 ha, devendo ser realizados estudos básicos de levantamento do meio físico e da capacidade do uso do solo⁷.

Entre 1994 e 1999, foram criados 06(seis) Pólos Agroflorestais, onde estão assentadas 162 famílias. A meta do atual governo é de implementar 13 Pólos, ao todo, abrangendo uma área de 8.348.191,95 ha para atender 491 famílias, em diferentes municípios do Estado.

TI - Terras Indígenas

Áreas que passaram a ser reconhecidas, pelo Governo Federal a partir da década de 70, a legitimidade de posse para os índios nelas habitados. Os processos para reconhecimentos de novas áreas se estendem até os dias de hoje.

UC's - Unidades de Conservação

São áreas destinadas a Unidades de Conservação, que, por definição, são indicadas para manutenção da biodiversidade, por não permitir a presença de moradores na área, com restrição de atividades econômicas. Desta forma, nos Parques são permitidas apenas atividades turísticas e educacionais em áreas definidas por um Plano de Manejo. Já as Estações Ecológicas são de uso mais restrito: 10% da área podem ser usadas somente para atividades científicas e educativas, enquanto o restante deve ser mantido intocável⁸.

- **UC's de Uso Direto.** Neste tipo de unidade se insere as duas RESEX's, Floresta Nacional do Macaúã e Floresta Estadual do Antimary. Nestas terras, de domínio público, são permitidas, as permanências de comunidades locais ou populações indígenas estabelecidas anterior as suas formações.
- **UC's de Uso Indireto.** Compõe-se do Parque Nacional da Serra do Divisor e Estação Ecológica do Rio Acre.

Terras Públicas (áreas arrecadadas pelo INCRA, não destinadas)

Corresponde às áreas arrecadadas que ainda não foram destinadas para nenhum tipo de uso.

Áreas discriminadas e sem Estudo de Discriminação

São as áreas pertencentes a particulares. As discriminadas são as que foram realizados estudos para o reconhecimento da propriedade e distinção das terras públicas. As áreas sem discriminação, portanto, são as que ainda estão sujeitas as confirmações da propriedade efetiva.

⁷ ZEE pg. 36.

⁸ Idem, p. 250 – referindo-se a normas do IBAMA sobre Unidades de Conservação no Brasil.

3.2. Atual situação das terras do Acre : titularidade das terras, figuras jurídicas institucionais e relação de conflitos

A tabela a seguir mostra a distribuição das terras com respectivas áreas destinadas para seu uso, em relação à área total do estado.

Tabela 3.1: Destinação das terras do Acre

Denominação	Quant.	Área (ha)	% do Estado
PC – Projetos de Colonização	05	779.214	4,7
PA – Projetos de Assentamentos*	51	620.294	3,7
PAE – Projetos de assentamentos Agroextrativistas*	10	278.104	1,7
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável*	01	27.830	0,2
RESEX - Reservas Extrativistas (UC's de uso)	02	1.482.756	9,0
TI – Terras Indígenas	28	2.167.146	13,1
Florestas Nacionais e Estaduais (UC's de uso)	02	239.404	1,4
Unidades de Conservação de Uso Indireto	02	920.512	5,6
Terras Públicas (áreas arrecadadas pelo INCRA, não destinadas)	-	1.128.664	6,8
2.3 Subtotal 1		7.643.924	46,2
2.4 Áreas discriminadas pelo INCRA	-	3.847.519	23,3
2.5 Áreas sem estudo de discriminação	-	3.383.088	20,5
2.6 Subtotal 2	-	7.230.607	43,8
2.7 Total Geral	-	14.874.531	90,0
2.8 Outras: áreas urbanas, militares, estaduais etc.	-	447.659	2,7
2.9 Total de Terras do Estado do Acre	-	15.322.190	92,7
2.10 Linha Cunha Gomes	-	1.204.273	7,3
2.11 TOTAL (atualizado)	-	16.518.663	100

Fonte: INCRA, FUNAI e IBAMA. * Incluídos os dados cadastrados em 2001.

Conforme sistematização apresentada no Relatório Final da Consultoria ONF – Avaliação Florestal do Estado do Acre (TC-00-01-01-5BR – 2001), a caracterização das figuras jurídicas consideradas concorrentes nos processos de apropriação das terras rurais no estado do Acre, são as seguintes:

- **Posseiro** - é todo aquele que tenha se apossado de um imóvel rural, tomando-o como moradia habitual, independentemente do justo título ou boa fé. Torna o imóvel produtivo, através do próprio trabalho, de onde retira a subsistência da família e até mesmo alguns excedentes de produtos comercializáveis.
- **Proprietário** - é aquele que tem o direito de usar, dispor, gozar dos bens a que se deve ao direito real sobre o imóvel, do qual é senhor. Sua representação pode ser de ordem física ou jurídica, podendo reaver o objeto de sua propriedade de quem injustamente a possua.
- **Possuidor** - é o que está no exercício da posse direta do imóvel, sem ser dono da coisa e que, sobre ela tem poder de fato. O direito civil considera possuidor “todo aquele que tem de fato o exercício, pleno, ou não, de algum dos poderes inerentes ao domínio, ou

propriedade (art. 485, Código Civil). Pode retirar-lhe seus frutos, ou seja, usar e gozar da coisa. Não pode dispor do bem, o que é direito do proprietário. O possuidor é o que tem o pleno exercício de fato dos poderes constitutivos do domínio ou somente de alguns deles, como no caso dos direitos sobre a coisa alheia, como usufruto, a servidão etc.”.

- Ocupante - é o mesmo que posseiro, mas em terras públicas, impassíveis de aquisição originária, por não ter a possibilidade do direito de usucapião das mesmas, conforme art. 191, parágrafo único da Constituição Federal de 1988.
- Invasor - é aquele que invade a propriedade de outrem, com o intuito de adquirir a posse. Invasão, por sua vez, é todo o ingresso de forma violenta, clandestina, ou precária em imóvel alheio. O invasor visa a posse da terra em si.
- Grileiro - é aquele que invade a terra e falsifica seus títulos, dizendo-se ser proprietário há mais tempo. Tem a terra como mercadoria, não a usa para seu trabalho, mas para comercializá-la com terceiro, como objeto de especulação.

Os conflitos pela posse das terras do Acre decorrem das relações entre as figuras jurídicas acima apresentadas, que atuaram ou atuam nos processos para a devida apropriação.

A partir da metade da década de 70, com o declínio da borracha⁹ e a política de expansão da fronteira agropecuária, implementada pelo Governo Federal, emergiu os conflitos diante da real problemática fundiária do Acre, até então inerte.

PAULA (1999; pg. 240-243) mostra que, além da situação fundiária do Acre ser de alta concentração da terra, 72% da população do estado vivia na zona rural, onde a esmagadora maioria (85,%) das famílias ocupadas no setor primário não era proprietários das terras que trabalhavam.

Por outro lado os “donos” dos seringais falidos, sem outra saída, enquanto alguns abandonavam suas terras outros passaram a vendê-las para investidores do centro-sul, que se viam atraídos pelos baixos preços das terras e os incentivos fiscais, somado a possibilidade de se praticar a especulação com terras, conforme descrito pelo mesmo o autor acima mencionado.

Nascem daí inúmeros conflitos pela posse da terra entre, os seringueiros (considerados posseiros) e os novos proprietários. Estes últimos passaram a realizar desmate na floresta e expulsar os primeiros, que há dezenas de anos, moravam nos seringais¹⁰.

A década de 70, época em que ocorreram os maiores conflitos pela posse das terras, estando envolvido o movimento dos seringueiros e os pecuaristas, que além do movimento indígena pela demarcação de suas terras, assistia-se também forte migração do campo para cidade (ZEE, pg. 63)¹¹.

⁹ Que resultou na falência e endividamento dos seringalistas (“donos” dos seringais) com o Banco da Amazônia – BASA (PAULA, 1999).

¹⁰ Foi neste período que surgiu uma nova forma de luta sindical originária no meio das organizações dos trabalhadores rurais do Acre conhecida por empate. Este movimento era desenvolvido no meio da floresta, onde era mobilizado um determinado número de posseiros, envolvendo suas famílias, para impedir os desmatamentos e procurar garantir suas posses nas terras, contra os “novos” proprietários. Idem p. 241.

¹¹ Neste trabalho é mostrado que, no início da década 1970, a população rural era predominante no Estado, representando 72,5% da população total, enquanto a população urbana correspondia apenas 27,5%. Em 1980, a proporção da população rural reduziu-se para 56,1% do total e a urbana subiu para 43,9%.

As primeiras iniciativas tomadas pelos governos Federal e estadual, para conter os aumentos populacionais nas periferias das cidades, foram os processos de implementação de Projetos de Colonização, conforme pode ser observada na tabela a seguir.

Tabela 3.2 Projetos de Assentamento Agroextrativista, criados na década de 70

No. Ordem	Nome do Projeto	Acesso	Município (Sede)	Área (há)	Capac. Família	Ato de Criação Resolução/Portaria	Forma de Aquisição	Fase
01	PC. Pedro Peixoto	BR 364-Km 61	S. Guiomard	296.243	4.587	Resolução/176/31-1077	Desapropriação	4
02	PC. Boa Esperança	BR 364-Km 16	Sena Madureira	275.646	2.756	Resolução/177/31-10-77	Desapropriação	4
03	NARI's ¹²	Diversos	Entorno de Rio Branco	*	*	Terras Alienadas para o estado do Acre	Desapropriação	4
04	PAD Redenção	-		30.000	500	Terras Alienadas para o estado do Acre	Desapropriação	4
Total				601.889	507.343	-	-	-

Fonte: INCRA-AC e SEATER-AC
Legenda: 4 - emancipação.

- esta área possui 2.000 lotes agrícolas, variando de 10 a 100 ha,
- Ao governo Estadual coube a criação de 6 Núcleos de Apoio Rural – NARI's, e a criação do Projeto de Assentamento Dirigido – PAD – Redenção (PAULA, 1999: 242).

Os conflitos sociais pela posse das terras do Acre, na década de 70 fizeram surgir um novo cenário na década de 80, quando foi dada relativa evasão às pressões conflituosas pela posse da terra, através das desapropriações. Percebe-se isso quando comparado o número total de famílias assentadas e das áreas dos assentamentos entre as décadas de 70 e 80.

Para efeito de análise desse estudo na década de 80, destaca-se ainda a criação dos primeiros 5 PAE's – Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, enquanto tramitavam os processos para a criação das Reservas Extrativistas Chico Mendes e a do Alto Juruá, criadas em 12/03/1990 e 23/01/1990, respectivamente.

Tabela 3.3 Projetos de Assentamento Agroextrativista, criados na década de 80

No. Ordem	Nome do Projeto	Acesso	Município (Sede)	Área (há)	Capac. Família	Ato de Criação Resolução/Portaria	Forma de Aquisição	Fase
01	PC Quixadá	BR 317-KM 26	Brasiléia	76.447	952	Resolução/65/13-04-81	Desapropriação	4
02	PC Humaitá	AC 10-Km 30	Porto Acre	61.178	981	Resolução/65/13-04-81	Desapropriação	4
03	PC Santa Luzia	BR 364-Km 42	Cruzeiro do Sul	69.700	829	Resolução/242/30-08-82	Desapropriação	4
04	PA Espinhara	BR 364-Km 24	Bujari	1.700	31	Portaria/730 /23-09-86	Desapropriação	4
05	PA Figueira	AC 090-Km 60	Rio Branco	25.973	395	Portaria/083 /29-01-87	Desapropriação	4
06	PA Vista Alegre	BR 364-Km 25	Rio Branco	997	35	Portaria/167 /25-02-87	Desapropriação	4
subtotal (PC's + PA's)				1.231.998	3.223	-	-	-
07	PAE Remanso	BR 317-Km100	Capixaba	39.570	435	Portaria/472 /04-06-87	Desapropriação	4
08	PAE Sta. Quitéria	BR 317- Km 96	Brasiléia	44.205	223	Portaria/886 /24-06-88	Desapropriação	4
09	PAE Chico Mendes	BR 317-Km 70	Epitaciolândia	24.898	68	Portaria/15 8/08-03-89	Desapropriação	4
10	PAE Riozinho	BR 364-Km75	Sena Madureira	35.896	120	Resolução/39 /20-10-89	Desapropriação	4
11	PAE Porto Dias	BR 364-Km 15	Acrelândia	22.145	83	Resolução/40 /20-10-89	Desapropriação	4
Sub-total (PAE's)				116.714	929			
Total				1.348.712	932.223	-	-	-

Fonte: INCRA-AC, 19/10/2001.
Legenda: 4 - emancipação.

Significativos impactos se fez notar quanto as mudanças nas figuras e relações sociais de classes . “A figura do seringalista¹³ praticamente desapareceu e foi substituída por

¹²Núcleos de Apoio Rural Integrado.

¹³ Antigos “donos” dos seringais.

grandes e médios pecuaristas¹⁴. Com relação às classes subalternas, além dos seringueiros e demais “posseiros”, surge a figura do colono, como são chamados na região os trabalhadores rurais assentados nos Projetos de Assentado Dirigidos do INCRA ou nos projetos de assentamentos rurais de iniciativa do Governo Local”¹⁵.

Pelos dados Cadastrais de Imóveis do INCRA/1980, sintetizados no quadro abaixo, pode-se compreender a nova configuração social acima descrita: em 1980 houve um aumento de mais de 200% das áreas arrecadadas em relação à década anterior.

Ainda assim, apesar de ter ocorrido o crescimento de pequenas propriedades cadastradas, pelas ações de desapropriação, a estrutura fundiária permaneceu bastante concentrada: 10,86 % dos imóveis situados na faixa acima de 1.000 ha detinham 91,92% do total da área cadastrada, enquanto 68,89% dos imóveis ocupavam apenas 2,8%.

Já a explicação para o crescimento das propriedades situadas na faixa de 101 a 1.000 ha, consideradas médias na região, pode-se encontrar nos efeitos do mercado de terras da região que provocou significativo desmembramento de grandes propriedades, com os processos de vendas¹⁶.

Tabela 3.4 Quadro Dados Cadastrados dos Imóveis Rurais do Acre

Exercício de 1980	No. De Imóveis	Área total cadastrada	% do total da área cadastrada
De 1 a 100 ha	7.591	325.667,4	2,8
De 101 a 1.000 ha	2.229	630.372,2	5,3
De 1.001 a 9.999 ha	990	1.717.723,7	14,5
Acima de 10.000 ha	208	9.169.134,9	77,4
Total	11.018	11.842.898,2	100,0

Fonte: Cadastro de Imóveis do INCRA/1998. Percentual da área cadastrada = 77,6%. Percentual de evasão cadastral = 22,4%

A partir da década de 90, nas relações de conflitos dos posseiros aparece o madeireiro, que, enquanto figura jurídica, geralmente é identificada como proprietário ou possuidor. Os conflitos advindos entre esses dois atores surgem da incompatibilidade entre as atividades madeireira e não-madeireira existente em uma mesma região.

Os movimentos dos trabalhadores rurais e extrativistas dirigiram suas reivindicações para os órgãos responsáveis pela regularização de terras, como INCRA e INTERACRE, na busca de melhores condições de vida, sejam no campo social incluindo, saúde, educação, assistência técnica, infra-estruturas, de crédito ou financiamento para produção.

Estas sínteses conclusivas preliminares se devem às entrevistas realizadas junto às instituições públicas e as entidades sindicais e não-governamental, cujos comentários mais gerais sobre suas atuações serão apresentados nas análises preliminares.

¹⁴ Situação facilmente verificada no eixo da BR-317, que liga a capital do estado aos municípios de Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil, uma vez que esta região foi a mais cobiçada para implantação da agropecuária, devido ter melhores condições de acesso.

¹⁵ PAULA (1999) op. Cit.

¹⁶ Essa última afirmativa deve-se a PAULA(1999, pg. 244).

3.3. O Papel da SEFE para o cumprimento do fortalecimento do extrativismo



Outra iniciativa importante do governo do estado foi o incentivo, não tributário mas institucional¹⁷, para a formação de cooperativas de produção da castanha, com o objetivo de melhorar as condições de produção, tratamento, acesso a mercado e preço por parte dos produtores.

Em 2000, pode-se observar a evolução ocorrida na produção da castanha e seu valor na arrecadação do ICMS.

O resultado dessa iniciativa foi o impacto positivo sobre a geração de emprego e renda na região e o fortalecimento das organizações sociais, através do associativismo, mesmo com todos os seus limites apresentados por CIRAD (2001)¹⁸.

Dentro de todo o contexto de estratégia política para o fortalecimento do extrativismo, a SEFE não deve ser analisada de uma forma isolada, por quanto outras instituições e o movimento social desempenham papel importante junto às comunidades rurais extrativistas do Acre, conforme apresentados nos subitens a seguir.

3.3.1. Participação dos Órgãos Governamentais e Sociedade Civil organizada na gestão dos recursos florestais.

O esquema sobre a participação da sociedade civil na gestão dos recursos florestais no estado do Acre a seguir apresentado, faz parte do estudo realizado pela consultoria da ONF ao Governo do Estado. Sua utilização neste trabalho servirá para compor a análise com o enfoque a ser direcionado para os objetivos propostos.

Como se pode observar, a participação da sociedade civil na gestão dos recursos florestais se dão pela participação direta em projetos comunitários, ou pela participação indireta, através de mecanismos institucionais.

¹⁷ O incentivo se deu com o apoio para a formação, realizando reuniões com produtores e fornecendo máquinas para o tratamento da castanha.

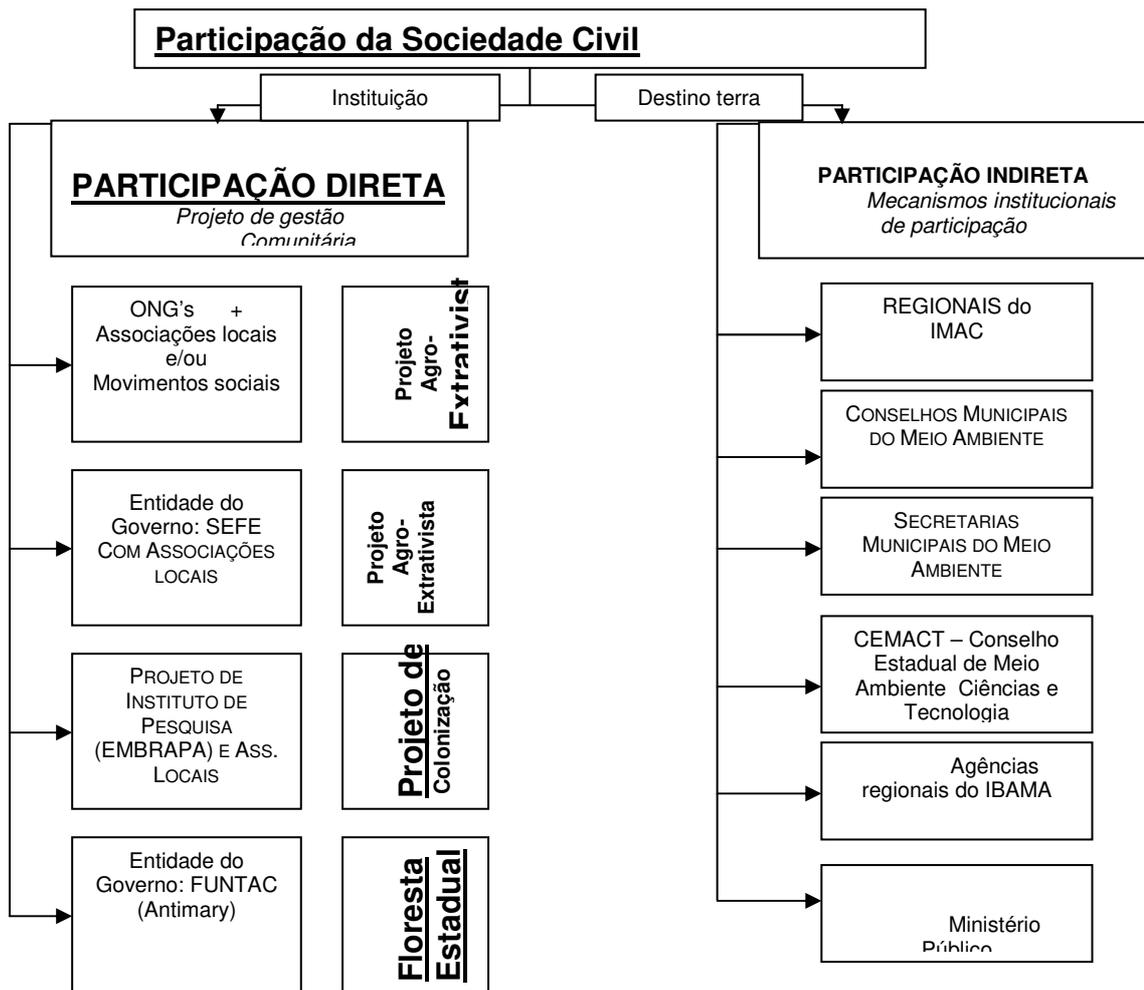
¹⁸ Neste trabalho o Valadares chama a atenção para um dos limites por ele observado nos propósitos do fortalecimento ao Cooperativismo. Para ele, "os treinamentos de organização social realizados foram, em sua totalidade, direcionados ao desenvolvimento de uma consciência política, e não de formação de uma consciência empresarial com conteúdos de ordem administrativa e operacional".

Segundo o trabalho acima mencionado, cita que “a participação nos projetos comunitários é mais direcionada para a gestão dos recursos florestais, enquanto a participação através dos mecanismos institucionais abrange todos os recursos naturais, o que é essencial para garantir uma gestão democrática dos recursos, inclusive financeiros”.

3.3.2. Programas de Capacitação/educação/formação

O atendimento das demandas de cursos, treinamentos, capacitação das comunidades, encontra-se no quadro a seguir, onde estão relacionados os órgãos e entidades envolvidas com as ações das comunidades rurais e extrativistas locais.

Quadro Canais de Participação da Sociedade Civil



Quadro Intervenção das Instituições e entidades locais

Área de Atuação	Tipo de População Assistida				
	Colonos e Assentados	Extrativistas Regularizados	Extrativistas Possesores regularizados e não	Populações Indígenas	Outros Proprietários
Manejo Sustentável	EMBRAPA COOPEAGRO SEATER UFAC	CTA SEFE FUNTAC EMBRAPA SEATER UFAC	FUNTAC UFAC SEATER	PESACRE UFAC	FETACRE EMBRAPA SEATER UFAC
Administração	CUT SEBRAE SESCOOP SEATER	CUT SEBRAE SESCOOP SEFE	CUT SEBRAE SESCOOP SEFE	SESCOOP SEATER SEFE	SESCOOP SEATER
Transformação da Madeira	SENAI SEBRAE	SENAI SEBRAE	SENAI SEBRAE	CPI (Peq. Objetos)	SENAI SEBRAE
Cooperativismo Associativismo	CUT FETACRE CPT PESACRE COOPEAGRO SEBRAE SEATER SESCOOP	CNS FETACRE CPT SEBRAE PESACRE FUNTAC SEFE SESCOOP SEATER	CNS FETACRE CPT SEFE	FETACRE SEATER	SEATER SESCOOP SEBRAE
Reforço Institucional	CUT PESACRE	CUT – CNS	CUT – CNS	CPI UNI	-
Comercialização	CUT, SEBRAE SEPRO/SEATER	CUT, SEBRAE SEPRO/SEATER	CUT, SEBRAE SEPRO/SEATER	CPI SEBRAE SEPRO	SEBRAE
Aspectos Jurídicos Legislação Ambiental	IBAMA – a convite das entidades responsáveis dos Projetos.				
Educação Ambiental	FETACRE – CNS – PESACRE – SEATER – IMAC - UFAC				

Fonte: Tabela sistematizada pela Consultoria ONF (2001:422).

3.3.3. Opiniões sobre a atual distribuição de terras do Acre e os diversos aspectos da política florestal do governo local.

As entrevistas realizadas, auxiliadas por informações oficiais e dados secundários, permitiram a obtenção de expectativas, preocupações e interesses de cada instituição sobre suas ações voltadas para as atividades agrária e florestal, a partir das opiniões dos entrevistados.

Quadro Entrevistas realizadas no período de 11/10 a 01/11/2001.

Instituições Governamentais	Entrevistado(a)s	Cargo Que Ocupa
INCRA/AC Superintendência Regional do Incria Acre Fone:224-6497	José Raimundo Sepêda Vicente Evangelista da Silva Mauro Heleodoro dos Santos Noel Matos de Araújo Chaves Rosemary S. Oliveira	Superintendente Regional Interino Técnico Agrícola - Setor de Assentamento Chefe do Setor de Cartografia Chefe da Obtenção - Div. Técnica S. Fundiário Procuradora Federal – Membro Port. 596/2001
IBAMA/AC Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Fone: 226-3212	Sebastião Silva santos Maria Cristina pinheiro da Silva	Assessor Técnico Chefe da Divisão Técnica do IBAMA/AC
IMAC Instituto do Meio Ambiente o Estado Acre – Fone: 223-3041	Ivan Pereira de Jesus Ivo Pércles dos Santos Sena	Gerente do Setor de Assentamento Humano Chefe da Gerência de Floresta
FUNTAC Fundação de Tecnologia do Acre Fone: 229-2304	Nésia Maria da Costa Moreno	Gerente do Projeto ITTO/Antimary
INTERACRE Instituto de Terras do Acre Fone: 229-6557	Raimundo de Araújo Lima	Gerente Geral
SEATER-GP Secretaria Executiva de Assistência Técn Fones: 226-4365	Vera Lúcia Lourenço Gurgel	Coordenadora Desenvolvimento de Sistema
Instituições Não Governamentais		
CTA Centro dos Trabalhadores da Amazônia Fone:223-2727	Pedro Bruzzi	Equipe Técnica – Eng. Florestal
GTA/AC Grupo de Trabalhadores da Amazônia Fone: 223-3773/1067/1089	Maria Jocicleide Lima de Aguiar	Secretária Executiva GTA-Regional Acre
PESACRE Fone: 223-3773	Myrian Jacqueline Villarreal	Coordenadora Geral PESACRE e GTA-AC
FETACRE Federação dos Trabalhadores Agricultura do Estado do Acre Fone/FAX 223-1527	Regina Rodrigues Freitas José Sidnir das Chagas José Nivardo Leite Mourão	Secretária de Formação Sindical e da Mulher Diretor de Política Agrícola e Extrativismo e Diretor para Assuntos de Reforma Agrária Assessor - Coordenador do MOVA

Das três perguntas dirigidas para os entrevistados, duas delas correspondem as perguntas básicas que se pretende analisar neste trabalho, quais sejam:

Qual o impacto que a política fundiária do Acre traz para a política de fortalecimento do extrativismo florestal que vem sendo desenvolvido pelo atual Governo do estado?

Qual tem sido a contribuição desta instituição/entidade que ora representas para esse propósito do governo? Em que medida a criação a SEFE pode ser considerada como primeiro passo para o fortalecimento do extrativismo? As respostas obtidas podem ser assim sintetizadas:

Resposta à primeira pergunta

No geral a resposta dos entrevistados para a primeira pergunta, com exceção do INCRA e INTERACRE, admitiram não ter elementos para omitir opinião que refletisse a posição de sua instituição. No entanto algumas opiniões pessoais acham importante a manifestação dos atores sociais que lidam com a produção rural, por findarem determinando uma ação do Incria em relação ao processo de regularização das terras.

INCRA – os entrevistados desse órgão, respondendo a primeira pergunta, acham que a política fundiária empregada pelo INCRA no Acre não traz nenhum prejuízo, pois realizam Projetos de Assentamento Agroextrativista, em grandes áreas, compatíveis para os objetivos da política do atual governo.

Foram ainda unânimes em dizer que, na realidade no Acre, não existem problemas com assentamento na medida em que não existe sem terra. “O Acre possui muitas terras. O trabalho que se tem é de regularização destas, que na maioria dos casos, existe a figura do posseiro”.

No entanto, duas situações específicas relativas a esse órgão sobrevieram nos relatos de seus entrevistados, quando o assunto tratado se referiu aos processos de regularização da terra.

Primeiro, “quando em análise dos documentos apresentados pelo suposto proprietário notificado, é comum verificar a questão da grilagem, que na maioria dos casos o tamanho do imóvel declarado na planta, difere do tamanho identificado pela vistoria¹⁹”. Isso tem causado conflito entre proprietário e INCRA, o que acaba sendo o processo encaminhado para ação judicial.

Segundo, quando o proprietário tem ganho de causa no processo de regularização da terra, os posseiros são assentados em lotes de terras arrecadadas pelo INCRA²⁰. Dependendo do tamanho do lote, isso desestimula o trabalho extrativista e estimula a pequena agropecuária.

INTERACRE - respondendo a primeira pergunta acha que com a norma estadual que possibilita o Governo do Estado trabalhar em cooperação com o INCRA, quanto ao procedimento de discriminação e destinação de terras, está se encaminhando para aceleração de impactos positivos junto aos propósitos da política fundiária e agrária. Haja vista a determinação do Zoneamento Econômico-Ecológico e, a própria criação do INTERACRE.

IBAMA – Vinham reclamando que o grande problema se encontrava no déficit de reserva florestal (passivo florestal) proveniente dos projetos de assentamentos e colonização do INCRA, que somam em torno de 1.8 milhões há, de conformidade com o código florestal. No entanto, essa situação começa a ser resolvida com o repasse de 992 mil hectares de terras que o INCRA/AC está realizando²¹.

Resposta à segunda pergunta

De uma forma ou de outra, cada qual em sua área específica, sentem-se comprometidos em ajudar o fortalecimento do extrativismo florestal. Mesmo o INCRA que segue a diretriz nacional do modelo tradicional de assentamentos, que é contraditória com as necessidades de um modelo de produção florestal, diz está fazendo a sua parte.

Resposta à terceira pergunta

Unanimemente, os entrevistados acham importante a criação e atuação da SEFE, enquanto órgão específico para tratar da política florestal do Estado. No entanto, as entidades não-governamentais e as instituições estaduais foram mais enfáticas nesta afirmativa, enquanto as instituições federais não dispunham de muitos elementos para omitir opiniões.

¹⁹ O INCRA trabalha com GPS para a verificação da situação do imóvel: demarcação da área, onde normalmente encontram áreas sobrepostas.

²⁰ Geralmente próximo a antiga terra. Isto é o caso de vários PA's na região do Juruá.

²¹ No jornal local intitulado A Tribuna (06/10/2001), a declaração do Superintendente do INCRA no Acre, considerando os 71 projetos de Assentamento localizados nesse Estado, que somam 1.979,703,63, diz que “desta área, 113.635,18 hectares são compostos por Projetos Agroextrativistas, os quais precisam de reserva, por já serem exatamente isso. Agora estamos repassando mais 992 mil hectares ... , deste modo ficamos devendo uns 600 mil...” quantia que pretende arrecadar e fechar o débito junto ao IBAMA, até o final do ano, diz a matéria.

3.4. Análises Preliminares

Pelos estudos aqui realizados, pode-se destacar três elementos que influenciaram na atual configuração fundiária do Acre que permite hoje uma proposta de governo voltada para o fortalecimento do extrativismo. Os dois primeiros são decorrentes da formação natural desse espaço territorial e o último de ordem econômico e sociocultural, quais sejam:

O primeiro elemento decorre da própria configuração natural de suas terras, cortadas por rios que constituem o principal meio de transporte para o escoamento dos produtos extrativistas. Na ausência de estradas vicinais (ramais) o limite natural para o desenvolvimento da agropecuária está posto.

O segundo reside na forma original de como foram definidos os tamanhos das áreas dos seringais. O critério de definição se dava pelos números de árvores de seringueira encontradas, que comporiam as “estradas” a serem exploradas para fins econômicos. Tal fato deu início a formação de grandes latifúndios mesmo que, à época, a terra em si não era o objeto de atração econômica, e sim a seringueira para a extração do látex.

Como terceiro elemento, podendo ser considerado o principal, atribui-se ao movimento sindical rural, oriundo dos conflitos pela posse da terra entre seringueiros e pecuaristas, na década de 70.

O reconhecimento dos seringueiros como posseiros, deu-lhes a legitimidade de permanecerem na terra, explorando seus recursos naturais e mantendo o equilíbrio da floresta. Desta forma, a reivindicação por uma nova forma de demarcação e uso da terra deu origem às RESEX's, que por sua vez influenciaram outras comunidades em conflitos, gerando novos movimentos, que deram origem aos PAE's.

O primeiro impacto decorrente da criação dos PAE's é o rompimento do modelo tradicional de módulo rural, até então implementados na região da Amazônia pelo INCRA/AC, que segue um planejamento nacional.

Desta forma, a configuração fundiária do estado do Acre, em primeira instância determinada pelas próprias condições ambiental, aliada a outros fatores político-econômico e sociocultural, tornou-se favorável à implantação de um novo modelo de modulo rural não só em sua extensão, mas na concepção do uso da terra.

Na década de 90, o grande desafio colocado para as comunidades extrativistas assentadas nas RESEX's e PAE's, eram a sobrevivência econômica e social. Ao lado disso surgem no cenário do movimento do Acre, ações de Programas de ONG's visando o desenvolvimento sustentável para as populações tradicionais.

A título de exemplo, cita-se o projeto de “Manejo florestal comunitário de uso múltiplo em Porto Dia, iniciado em 1996, pelo CTA, com financiamento externo (CTA 17 Anos, 2000:10)”.

As ONGS e as entidades que promovem o movimento social no Acre, apresentaram papel importante, passando ser agentes interlocutores entre o movimento e os órgãos de governo, inclusive junto às instituições financiadoras internacionais. Mesmo que enfrentando

diversas dificuldades, seja no campo financeiro, organizativo e qualitativo, em muito dos casos.

Diversas iniciativas foram iniciadas abrangendo desde o investimento em atividades técnicas, como manejo florestal, organização social, até educação ambiental. No entanto, as ações se tornavam pontuais, e em alguns casos sobrepostas com pequenas variações, o que ainda ocorre até hoje, devido alguns programas terem período grandes de duração.

Os resultados das ações realizadas por todas as ONG's e entidades sindicais, que representam o movimento social no Acre, é um tema para estudo que ainda necessita ser feito.

Dentro dessas condições, a criação da Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo – SEFE, fazendo parte de uma estratégia mais ampla do atual governo, pode-se considerar uma peça chave para o fortalecimento do extrativismo. O papel que lhe cabe de planejar e articular os interesses sócio-econômicos dos diversos setores envolvidos com a exploração dos produtos florestais, sobretudo dos agentes comunitários visando o desenvolvimento da produção de mercado, lhe conferirá esta posição.

O aumento de entrada de recursos de 2000 em relação a 1999 para realização de suas ações, se por um lado pode indicar fragilidade financeira, por outro pode demonstrar influência ou credibilidade institucional.

A determinação do governo Estadual em investir no fortalecimento do extrativismo tem modificado as ações de outros órgãos que antes não estavam diretamente envolvidos. O caso da SEATER é um exemplo disso: com reduzido corpo técnico, tem ampliado sua assistência ao homem do campo, assumindo a demanda do antigo Projeto LUMIAR, através do convênio firmado com o INCRA. Além disso, diversifica e cresce a demanda por assistência técnica, nos diversos tipos de assentamento.

Os limites e oportunidades desse órgão estão relacionados no quadro de sua própria auto-avaliação. Que pese seus limites, a lista de oportunidades apresenta aspectos que decorrem da estratégia que vem sendo empregada pela SEFE, dentro da estratégia política do Governo.

De modo similar, o movimento sindical que tem na FETACRE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura sua representação maior, tem modificado seu perfil de atuação. Suas ações não têm sido somente reivindicatórias, como as relacionadas no “Grito da Terra”, que nas décadas de 70, 80 e 90, a posse da terra era a principal pauta de reivindicação. Atualmente suas ações têm se voltado para a melhoria das condições de vida das comunidades rurais, integrando-se em projetos e programas que vem sendo desenvolvida por instituições e entidades locais.

4. POLÍTICAS AGRÁRIAS NO ESTADO DE RONDÔNIA

4.1. Processo de ocupação do estado

Nos fins do século XIX, o advento do ciclo da borracha vegetal e a seca no Nordeste, fez com que nordestinos, sobretudo cearenses, deixassem sua região de origem e viessem para a Amazônia, subindo os rios, através dos quais chegaram as terras do hoje Estado de Rondônia. Viviam de uma economia meramente extrativista, apoiada basicamente na exploração da borracha e da castanha do pará.

A exploração dos seringais nativos se deu através da penetração nos vales dos Rios Madeira, Guaporé e Ji-Paraná (Machado) e seus afluentes. Teve-se dois grandes ciclos de exploração da borracha em Rondônia: o primeiro se iniciou no fim do século XIX e entrou em crise posteriormente. Deflagrada a segunda guerra mundial teve início o segundo ciclo, decrescendo o interesse comercial pela borracha logo após o término da referida guerra.

Com base na atividade extrativista, o povoamento em terras rondonienses, finalmente, passou a adquirir caráter duradouro, porém, os ocupantes disseminaram-se em pequenos aglomerados, espalhados na vastidão da floresta. Em face a perda da importância econômica da borracha, houve redução da população da região em 9,6%, entre 1920 e 1940. (Lopes, 2001)

Em 1943 fora criado o Território Federal do Guaporé, fato que certamente contribuiu para não repetir-se o despovoamento da região ocorrido na primeira crise da borracha. Pelo contrário, houve forte migração de populações oriundas dos Estados do Amazonas e do Ceará, contribuindo para que a população crescesse em mais de 85% entre 1950 e 1960, passando de 36.935 em 1950 para 69.792 em 1960.

Em razão desse contingente atingido pela queda de preço da borracha e da migração que se acentuava, acumulava-se um expressivo contingente populacional a demandar por atividades rurais, razão pela qual o governo resolveu pela criação das colônias agrícolas.

Na segunda metade da década de 50, com a descoberta da cassiterita, iniciou-se o grande ciclo da mineração em Rondônia, proporcionando crescimento demográfico e transformando positivamente a economia regional, enquanto durou a referida atividade.

Em 1966, foi concluída pelo governo federal, em caráter precário, a abertura da BR 364. Em 1968, o exército brasileiro através do 5º Batalhão de Engenharia e Construção assumiu a manutenção e gradativa construção da referida rodovia, permitindo maior regularidade na trafegabilidade. Em consequência, tem-se a intensificação do fluxo migratório que se instala ao longo da rodovia em povoados existentes, o que promoveu uma grande revolução na estrutura fundiária, onde predominava o domínio e ou posse sobre grandes extensões de terras formadas por antigos seringais.

Conforme Lopes, entre 1961 e 1970 o Território Federal de Rondônia recebeu 30.775 migrantes. Desses, 6.808 migraram no período de 1961 a 1964, 11.122 no período de 1965 a 1968 e 12.454 o fizeram no período de 1969 a 1970.

4.2. Influência das políticas agrárias no processo de ocupação e formação do Estado de Rondônia

Com a promulgação do Estatuto da Terra em 1964 e a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, iniciou-se uma nova fase na política agrária no País.

A atuação do IBRA em Rondônia deu-se a partir de 1967 com a criação do Distrito de Terras ACRE-RONDÔNIA através da Portaria IBRA n.º 492 de 21/09/67, com sede na cidade de Porto Velho e jurisdição em todo o Território de Rondônia e Estado do Acre.

Em 1970 foi lançado o Programa de Integração Nacional (PIN), que previa o assentamento de cem mil famílias em projetos de colonização, transferindo agricultores do Nordeste para a Amazônia, sob responsabilidade do INCRA, antigo IBRA, que assumiu a responsabilidade de administrar as terras localizadas em faixas de 100 km a cada lado de rodovias federais e numa faixa de 150 km ao longo das fronteiras internacionais, conforme determinado no Decreto Federal nº 1.164/67.

O Governo do Território entre as tantas delegações de competência, recebeu a de ser representante do Serviço de Patrimônio da União (SPU), tendo orientado o seu trabalho de titulação de terras pelos termos do Decreto Lei n.º 9.760/46. Não expediu Títulos Definitivos, restringindo-se à emissão de Cartas de Aforamento e Licenças de Ocupação, em áreas nunca excedentes a 2.000,0000 (dois mil) hectares.

Conforme relatório de Lopes, ficou constatado que o INCRA identificou a seguinte situação fundiária em Rondônia, no que diz respeito à expedição de documentos de terras pelos Estados do Amazonas, Mato Grosso e Território Federal de Rondônia:

1) Estado do Amazonas:

1.1- *Títulos Definitivos*: 152 Títulos acobertando uma área de 880.287,2443 ha;

2) Estado do Mato Grosso:

2.1- *Títulos Definitivos*: 52 Títulos acobertando uma área de 538.159,4375 ha;

2.2- *Títulos Provisórios*: 193 Títulos acobertando uma área de 1.138.960,4441 ha;

3) Território Federal de Rondônia:

3.1- *Licenças de Ocupação*: 758 acobertando uma área de 646.746,0000 ha;

3.2- *Cartas de Aforamento* : 227 acobertando uma área de 187.508,0000 ha;

O Estado de Rondônia foi criado através da Lei Complementar n.º 41 de 22 de dezembro de 1981 e instalado em 04 de janeiro de 1982 em substituição ao Território Federal de Rondônia, oriundo do Território Federal do Guaporé criado pelo Decreto nº 5.812 de 13/09/1943, constituído de áreas desmembradas dos Estados do Mato Grosso e Amazonas.

O ordenamento agrário e fundiário do Estado de Rondônia ocorreu praticamente no decorrer desses 31 (trinta e um) anos, com maior expressividade nos 15 (quinze) primeiros anos. Até hoje, no Estado de Rondônia, os assentamentos promovidos pela Colonização Oficial durante o regime militar, são quantitativamente superiores, em termos de área e nº de

famílias beneficiadas, aos implementados a partir do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, instituído pela Nova República no governo do Presidente Sarney.

Quadro 4.1 - Colonização oficial e reforma agrária

Denominação	Ano/periodo	Nº de projetos	Área (há)	Nº famílias beneficiadas
Colonização Oficial, Assentamento Rápido e Reforma Agrária	1970 a 1984	12	3.781.714	41.997
	1985 a 1994	<u>24</u>	<u>439.355</u>	<u>10.304</u>
	Sub Total	36	4.221.069	52.301
Reforma Agrária e Projetos de Assentamento criados	1995 a 2000	74	765.069	12.073
	Sub Total	74	765.069	12.073
	TOTAL	110	4.986.138	64.374

FONTE: Lopes,2001. Retirado de *INF. GERAIS*; referência: 2000

Com o propósito de acelerar a ocupação dos grandes vazios da Região Amazônica, o governo federal baixou medidas e estabeleceu programas específicos, para integrar a Amazônia a conjuntura nacional. Dentre as medidas destaca-se o Decreto n.º 63.104 de 15/08/68.

O artigo 1º do Decreto n.º 63.104 estabelece como área prioritária de atuação o Estado de Rondônia, conforme a seguir:

a) Área Prioritária n.º 1 – “ o segmento da BR-364, entre as cidades de Ariquemes e Vila de Rondônia (atualmente Ji-Paraná), abrangendo uma faixa de 06 (seis) quilômetros de cada lado da citada rodovia”;

b) Área Prioritária n.º 2 – “ A região onde se localizam as cidades de Porto Velho e Abunã, tendo como centro a primeira”.

O artigo 2º do referido Decreto trata especialmente do desenvolvimento econômico e social nas “zonas de fronteira”, compreendendo em Rondônia a área de Guajará Mirim.

Dáí teve início o grande programa de Colonização Oficial em Rondônia através dos Projetos Integrados de Colonização (PIC's), iniciado em 1970 com a criação do PIC OURO PRETO, localizado à época no município de Porto Velho nas proximidades da antiga Vila de Rondônia (atual Ji-Paraná). Atualmente a área do referido PIC encontra-se dividida entre vários

Municípios criados a partir de 1977. Onde instalou-se a sede do INCRA formou-se um núcleo urbano, hoje, sede do Município de Ouro Preto D'Oeste. Os PIC's foram criados contemplando as duas áreas prioritárias de Rondônia estabelecidas no Decreto n.º 63.104.

Foram 12 os Projetos de Colonização Oficial implantados em Rondônia no período de 1970 a 1984 incluído o Projeto de Assentamento Rápido, numa área superior a 3,6 milhões de hectares, beneficiando em torno de 42.900 famílias. Tais Projetos tiveram as seguintes denominações: Projeto Integrado de Colonização – PIC; Projeto de Assentamento Dirigido – PAD; Projeto de Assentamento Rápido – PAR e Projeto de Assentamento – PA, ainda em uso atualmente.

Os Projetos de Colonização Oficial tiveram papel impar na absorção da população marginalizada na atividade extrativista vegetal e mineral, em razão dos baixos preços da borracha natural no mercado e do fechamento dos garimpos manuais após a concessão da atividade de lavra para empresas do ramo. Lopes, 2001

Também contribuiu para intensificação da migração para Rondônia as notícias da existência de vastas extensões de terras inexploradas e de boa qualidade.

Na metade da década de 70 o governo abandonou as metas do PIN e passou a priorizar os setores empresariais implementando no Estado a licitação de terras públicas com unidades agrícolas de aproximadamente 200 a 3.000 hectares, leiloando algo em torno de 1.580.000 (um milhão quinhentos e oitenta mil) hectares, destinado a implantação de médias e grandes empresas rurais, trazendo capital privado para a região.

Na modalidade de licitação pública nacional foram destinadas as áreas conhecidas como a do Baixo Candeias e Igarapé Três Casas, com aproximadamente 119.000 (cento e dezenove mil) hectares, objeto de concorrência pública ocorrida em 1982, com o propósito de implantação de projetos agropecuários. A presente área é parte dos imóveis que se apresentavam como de propriedade da empresa denominada AGRINCO Rio Candeias, cujo domínio não foi reconhecido pelo INCRA, que a incorporou ao patrimônio da união no ano de 1977 mediante Ação Judicial Anulatória de Registro;

A política de assentamento e regularização fundiária de pequenos agricultores continuou ocorrendo, de forma precária, no eixo da BR-364 em função das grandes pressões migratórias existentes na região.

Em 1970, Rondônia possuía uma população de aproximadamente cento e onze mil habitantes. Em 1980 já eram aproximadamente quatrocentos e noventa mil habitantes. Hoje estima-se uma população em torno de um milhão e quinhentos mil habitantes.

Outro destaque da integração do Governo do Território às ações de Colonização Oficial foi o Projeto de Assentamento Rápido implementado pelo INCRA no período de 1980 a 1982, com o propósito de atender 16.000 famílias que se encontravam cadastradas e selecionadas no INCRA, reivindicando acesso a terra.

O Projeto de Assentamento Rápido contemplou 12.315 famílias em todo o Estado de Rondônia em lotes de aproximadamente 50 hectares, destinando uma área total de 794.044 hectares. As famílias remanescentes das 16.000 cadastradas e selecionadas no INCRA, em

1980, foram assentadas a partir de 1983 nos Projetos de Assentamento Machadinho, Urupá e Cujubin.

A fase denominada de Colonização Oficial em Rondônia teve como último Projeto de Assentamento o PA Cujubin, criado em 03/07/84. Em seguida veio a fase de transição do regime militar para o civil. Somente em 1986 foi retomada a criação de Projetos de Assentamento, sobre o comando da Nova República mediante o programa denominado: “Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária”.

De 1970 até 2000 o INCRA implantou em Rondônia 110 (cento e dez) Projetos de Assentamento na modalidade de Colonização Oficial e ou Reforma Agrária, beneficiando 64.374 (sessenta e quatro mil trezentos e setenta e quatro) famílias, numa área de quase 5.000.000 (cinco milhões) de hectares, correspondendo há aproximadamente 20% do território Estadual.

Segundo Lopes apesar de estarem a separar a Colonização Oficial como se não fosse ação de Reforma Agrária no Estado de Rondônia, não se deve permitir esse divisor. Não se pode considerar como Reforma Agrária somente os Projetos de Assentamento implantados a partir da Nova República, na vigência do que foi denominado de Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, pois os projetos de colonização e regularização fundiária ocorridos no estado promoveram uma mudança em sua estrutura fundiária que hoje apresenta um índice de gini²² abaixo da média nacional, o quadro abaixo demonstra a distribuição dos imóveis por classes em função do seu tamanho, a nível de Brasil, Região Norte e Rondônia.

Quadro 4.2 - Resumo das classes de imóveis do Brasil, Região Norte e Estado de Rondônia

CLASSIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS CADASTRADOS	BRASIL				REGIÃO NORTE				RONDÔNIA			
	TOTAL DE IMÓVEIS	%	ÁREA TOTAL (HA)	%	TOTAL DE IMÓVEIS	%	ÁREA TOTAL (HA)	%	TOTAL DE IMÓVEIS	%	ÁREA TOTAL (HA)	%
MENOS DE 01 MÓDULO FISCAL (60 ha em RO)	2.664.065	62,91	40.111.287,3	9,99	164.091	55,46	6.898.559,8	10,23	30.095	52,51	1.219.138,7	16,75
PEQUENA PROPRIEDADE	1.118.637	26,42	71.711.295,8	17,87	95.753	32,37	11.854.456,3	17,57	22.919	39,99	2.392.016,5	32,86
MÉDIA PROPRIEDADE	332.811	7,86	94.625.919,4	23,58	23.739	8,02	13.104.973,5	19,43	3.128	5,46	1.200.379,0	16,49
GRANDE PROPRIEDADE	119.213	2,81	194.891.922,3	48,56	12.265	4,15	35.594.772,0	52,77	1.168	2,04	2.467.511,4	33,90
TOTAL GERAL	4.234.726	100	401.340.424,8	100	295.848	100	67.452.761,6	100	57.310	100	7.279.045,6	100

FONTE: Lopes, 2001 SNCR 02/02/2001. Disponível no site do incra em outro formato.

²² Mede a concentração fundiária, quanto mais próximo de 1 maior a concentração fundiária. Em Rondônia está em torno 0,67.

4.3. POLONOROESTE e PLANAFLORO – Atuação e dificuldades

A idealização dos Projetos Integrados de Colonização de Rondônia – PIC serviram de modelo para a idealização da construção e colonização da transamazônica com pequenos agricultores.

A diferença foi que a colonização de Rondônia contou com recursos do POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, que era vinculado à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), executado na década de 80, com recursos oriundos do Banco Mundial e do Governo Brasileiro, o programa teve três fases, na terceira se previu a criação de Projetos de Assentamentos como os de Urupá e Machadinho.

Os projetos criados na época do POLONOROESTE contavam com vultosos investimentos na consolidação da infra-estrutura, principalmente no meio rural proporcionando, dentre outros, o asfaltamento da BR 364, construção de Núcleos Urbanos de Apoio Rural – NUAR's, construção de rodovias estaduais, construção e reconstrução de estradas vicinais em áreas de assentamentos humanos, etc. Sem tais investimentos, podia ter-se repetido o insucesso que é atribuído à Colonização Oficial que se deu na Transamazônica.

Embora com a meta de promover a ocupação ordenada da fronteira e a utilização racional dos recursos naturais em Rondônia, como mostra os seus objetivos principais, listados abaixo, o POLONOROESTE teve a sua execução comprometida por sérios entraves.

- Contribuir para a maior integração nacional;
- Promover a adequada ocupação demográfica da região noroeste do Brasil, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando-lhes emprego;
- Aumentar a produção da região e a renda da sua população;
- Reduzir as disparidades de desenvolvimento intra e inter regionais;
- Assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas.

Já na década de 90, com a finalidade de reverter problemas sócio-ambientais que caracterizaram o POLONOROESTE, este foi substituído pelo PLANAFLORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia, que teve e tem como um dos maiores desafios a implantação de ações que assegurem um desenvolvimento sustentável para o Estado, possibilitando a conservação da rica biodiversidade de Rondônia. Para tanto considera fundamentais: o zoneamento sócio-econômico-ecológico, a implantação e manutenção de unidades estaduais de conservação, a implantação de sistemas agroflorestais entre pequenos produtores e as atividades de fortalecimento das áreas indígenas e suas populações. No entanto, os problemas sócio-ambientais existentes durante a execução do POLONOROESTE ainda continuam existindo, evidenciando a dificuldade de implementação que ocorre em função da persistência de contradições existentes na gestão das políticas públicas em Rondônia. (Millikan,1997).

4.4. Relação entre o processo de ocupação e a ocorrência de impactos ambientais em Rondônia

Em diferentes trabalhos realizados no estado na década de 80 e 90, que visavam contribuir com uma reflexão sobre o gerenciamento da situação sócio-econômica-ambiental em função do processo de ocupação e assentamento em RO, já se vislumbrava a dificuldade de gerenciamento de macro assentamentos, como Machadinho e Urupá, numa perspectiva de busca de equilíbrio agroecológico e sócio-econômico.

Já nos primeiros momentos após a criação dos PA, no coração da floresta amazônica, já havia a preocupação de como conduzir o processo de planejamento, implementação e avaliação das diferentes políticas públicas, de todas as esferas de governo, para se viabilizar uma agricultura familiar²³ neste cenário.

Ressalte-se que tratava-se da política de um determinado momento, cujo propósito básico, também, consistia em ocupar a Amazônia. Tais políticas também trouxeram aspectos positivos na área sócio econômica da região, a ponto de viabilizar a criação do Estado de Rondônia, bem como, 50 (cinquenta) novos municípios dos 52 (cinquenta e dois) atuais. Tudo isso ocorreu em menos de 30 (trinta) anos.

As questões ambientais foram menosprezadas nas políticas de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, em termos de sustentabilidade ambiental das atividades produtivas, minimização de impactos negativos sobre o meio ambiente, e conservação ambiental. Tipicamente, a atuação das instituições responsáveis pela proteção do meio ambiente era extremamente precária. Enquanto havia casos de omissão perante os danos ambientais provocados por grandes empreendimentos, a fiscalização tipicamente era excessivamente repressiva perante os pequenos produtores rurais. Além disso, as ações voltadas para criação de reservas eram baseadas numa visão ortodoxa de conservação ambiental, ignorando as possibilidades de colaboração com as populações tradicionais. Millikan, 1997

Ocorre que, naquela época, as atividades extrativistas vegetais e minerais estavam em crise. Vinham, ao longo daquele século, se comportando de forma instável. Criaram problemas sócios econômicos graves, principalmente, quando despencaram os preços internacionais da borracha natural, o que se comprova na análise histórica dos ciclos da borracha, do Estanho, etc..

O Código Florestal estabelecia que na Amazônia as propriedades rurais teriam de manter pelo menos 50% de sua área como Reserva Legal. Durante todo esse tempo, principalmente quando se iniciou a implementação da Colonização Oficial, pelas deficiências estruturais dos órgãos encarregados da questão ambiental (IBDF, atual IBAMA), inexistência de órgão ambiental Territorial e ou Estadual, falta de conhecimento e de educação ambiental da população rural, teve-se alterações nas áreas que deveriam ser de Reserva Legal e Preservação Permanente, fato que veio agravando-se até os dias atuais.

Ainda hoje, a Reforma Agrária vem sendo indicada como grande responsável pelo avanço no desmatamento das florestas nativas. O programa visa inserir os trabalhadores rurais nas atividades de domínio dos mesmos. Tradicionalmente, dominam o modelo tradicional da agricultura familiar, com sistema de exploração primitivo; não se tem internalizado ensinamentos das questões ecológicas àqueles que precisam compreender o assunto. Há que se educar efetivamente o homem do campo. A consciência ecológica no meio rural precisa sair dos domínios dos intelectuais. O assentado, em não possuindo a devida compreensão das questões ambientais, serve de instrumento dos inescrupulosos,

²³ Aqui entendida como atividade que absorva a mão-de-obra da família gerando renda suficiente para o seu sustento e progresso econômico.

que, patrocinam o avanço em novas fronteiras, a título de ocupação das florestas nativas para exploração do potencial natural, inicialmente, a extração de madeira.

Um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores de Rondônia é a deficiência de técnicas, que permitam que haja uma produção capaz de proporcionar condições dignas de vida ao ser humano, ao mesmo tempo em que o meio ambiente seja preservado e conservado, este tem sido e será um dos grandes desafios da sociedade moderna, a agricultura praticada em Rondônia, é tipicamente tradicional, onde o emprego de tecnologia moderna e assistência técnica é ainda insuficiente.

Esse modelo agrícola, quando praticado em regiões tropicais, as conseqüências são danosa ao Meio Ambiente, se não for empregadas algumas técnicas, de conservação do solo, após o desmatamento a última forma de limpar a área é o emprego de fogo, isto normalmente destruí os nutrientes e a matéria orgânica no solo, com a preocupação devemos investir no trabalho educacional Ambiental para evitar que tais fotos continuem, para isso é necessário implantação de sistemas agro-florestal que de suporte para ser evitado os desmatamentos em matas nativas, objetivando a criação de reservas legais perante os órgãos competente.

ASSOCIAÇÃO DOS SERINGUEIROS DE MACHADINHO - ASM, 2001

As áreas governamentais não tem disponibilizado os meios necessários para massificar a educação ambiental. As alternativas econômicas apresentadas na ótica de preservação ambiental não estão satisfatoriamente difundidas no meio rural. Falta demonstrar, por exemplo, que modelos agroflorestais, hoje, podem ser economicamente viáveis, e torná-los financiáveis, com o recurso do PRONAF que hoje se destina exclusivamente a investimentos voltados para a pecuária, em maior escala, e a agricultura tradicional.

Enquanto não ficar provado a viabilidade de novas alternativas econômicas para uso e exploração dos recursos naturais com sustentabilidade sócio econômica e ambiental e, o homem não receber a capacitação necessária nessas alternativas, vai permanecer a prática da agricultura primitiva e da pecuária extensiva. Lopes,2001.

Na década de 80 (oitenta), tem início à militância de técnicos preocupados com a preservação ambiental, razão pela qual, no ano de 1988, o Estado de Rondônia, por Decreto, estabelece a primeira aproximação do Zoneamento Sócio Econômico e Ecológico.

Em 2000, através de Lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, teve-se estabelecida a segunda aproximação do Zoneamento Sócio Econômico e Ecológico do Estado de Rondônia, destacando-se como pioneiro nesse instrumento de planejamento espacial de uso e ocupação dos recursos naturais. Por essa razão, milhões de hectares de terras públicas da União estão sendo transferidas para o Estado, para permanecerem como unidades de conservação de uso direto e indireto, pelo Estado de Rondônia, obedecendo-se o que se encontra estabelecido no supracitado Zoneamento. Também está se disponibilizando terras da União para o IBAMA, com vistas à criação de unidades de conservação federal.

Examinando a estrutura fundiária do Estado de Rondônia verifica-se que, próximo de 40% da sua superfície territorial encontra-se destinada a Unidades de Conservação, sendo estas de uso indireto como os Parques, as Reservas Biológicas e as Estações Ecológicas e de uso direto como as Floretas Estaduais de Rendimento Sustentado, Floretas Nacionais e Reservas Extrativistas, com unidades estaduais e federais, como mostrado abaixo.

Quadro 4.3: Destinação fundiária do Estado de Rondônia

Forma de Destinação	Área (em 1.000 há)	Nº famílias beneficiadas e nº U.C.
Colonização Oficial	2.987,67 (12,6%)	29.682
Assentamento Rápido	794,04 (3,3%)	12.315
Reforma Agrária	1.204,42 (5,0%)	22.377
Licitação Pública	1.580,00 (6,6%)	1.100
Regularização Fundiária	8.063,15 (33,8%)	40.000
Total Áreas reformadas -	14.629,28 (61,3%)	105.474
Terras Indígenas – Total	4.500,35 (18,9%)	6.673*
U.C. de Uso Indireto	2.569,65 (10,8%)	14
U.C. de Uso Direto	2.152,00 (9,0%)	35
Unidades de Conservação - Total	4.721,65 (19,8%)	49
TOTAL	23.851,28 (100%)	105.474

FONTE: LOPES, 2001.* - População estimada em 1998, não inclui todos os grupos existentes, alguns não contatados.

O Estado de Rondônia possui 22 Reservas Extrativistas, sendo uma federal, a do Rio Ouro Preto, no município de Guajará Mirim, e 21 estaduais. As RESEX são áreas destinadas ao uso auto-sustentável e conservação dos recursos naturais existentes por populações extrativistas. São reguladas por um contrato de concessão real de uso e geridas por associações, que são formadas pelos moradores da área segundo o Plano de Utilização aprovado pelos órgãos responsáveis pela política ambiental.

As RESEX estaduais possuem área total de 1.302.118,4464 hectares, previstas nos 21 decretos de criação. Entretanto, a área demarcada é de 985.670,8017 hectares. O ITERON considera que o processo de demarcação das RESEX'S está concluído, porém a Organização dos Seringueiros de Rondônia e as Associações de Moradores das Reservas, reclamam a não inclusão dos 316.447,6447 hectares, previstos nos decretos de criação, que ficaram de fora da demarcação, por consistirem em áreas tituladas.(OSR, 2001)

Atualmente a gestão das unidades de conservação estaduais vem se dando de maneira participativa, com o envolvimento das comunidades do entorno. No caso de quatro Parques Estaduais já se têm convênios assinados que possibilitam o processo de cogestão que envolve a elaboração de um programa de vigilância, de educação ambiental dentre outros, ficando a cargo do governo do estado, por intermédio da SEDAM, a fiscalização deste trabalho.

4.5. Zoneamento Sócioeconômico e Ecológico

O zoneamento de Rondônia foi concebido como um instrumento estratégico de planejamento regional visando reverter o processo de ocupação espacial desordenado. A primeira aproximação, numa escala de 1:1.000.000, dividiu o estado em seis zonas diferenciadas por suas características sociais, econômicas e ambientais. Teve um enfoque preservacionista, esquecendo de considerar a realidade de ocupação espacial e suas demandas sócioeconômicas, o que dificultou sua adoção como um instrumento para o gestor público, mesmo depois de ter sido institucionalizado por meio do dec. 3.782/88 e legislações posteriores que tratam o tema.

A segunda aproximação do zoneamento buscou adequar-se a realidade sócio-econômica, ficou estruturado em três grandes zonas:

Zona 1- Áreas de usos agropecuários, agroflorestais e florestais. Dividida em quatro subzonas;

Zona 2 – Áreas de usos especiais: áreas de conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob manejo sustentável. Dividida em duas subzonas;

Zona 3 – Áreas institucionais, constituídas pelas áreas protegidas de uso restrito e controlado, previstas em lei e instituídas pela União, Estados e Municípios. Dividida em três subzonas.

Acrescido as zonas e subzonas também fazem parte do zoneamento 80 unidades menores, com maior nível de detalhe, que melhor subsidiam o manejo, uso e melhor aproveitamento das terras rurais do Estado de Rondônia, em conformidade com sua localização zonal. Vale ressaltar que estas unidades ainda não foram regulamentadas.

O Fórum das Organizações não Governamentais que atuam no Estado de Rondônia ajuizou uma ação civil pública, com pedido de liminar, objetivando que o IBAMA e o Estado de Rondônia se abstenham de conceder qualquer autorização ou licenciamento para desmatamento, com base na Lei Complementar Estadual nº 233/2000, alegando que a segunda aproximação do zoneamento feriu a legislação federal ao ser menos restritiva que a legislação federal, em determinadas áreas (amplia o percentual de desmatamento de área florestal). A legislação federal referida é o Código Florestal (Lei nº 4.771/65), a medida provisória nº 2.080-59 e demais que tratam a matéria.

A citada ação foi deferida liminarmente pelo juiz, gerando um efeito suspensivo o que vem causando conflitos e o não cumprimento da legislação. Na prática o IBAMA fica impedido de conceder licenças de desmatamento para percentuais de área acima de 20% da área total do imóvel, e os desmates acontecem em áreas ainda maiores sob a alegação de que o processo é muito burocrático e lento.

4.6. Populações tradicionais

4.6.1. Questões organizativas e de comercialização da produção dos seringueiros

O processo de organização dos seringueiros em Rondônia teve início em 1983, com a criação da primeira associação dos seringueiros em Ariquemes, com extensão desse processo de mobilização social para os municípios de Jarú, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Porto Velho; envolvendo antigas e novas gerações de seringueiros.

Esta iniciativa de organização dos seringueiros tinha duas bandeiras de luta, claras e objetivas. Uma era a defesa das terras dos seringueiros frente ao esmagador processo de colonização imposto pelo governo federal, através do INCRA. A segunda bandeira era a reivindicação do direito de aposentadoria dos soldados da borracha, conforme o compromisso firmado pelo Ministério da Guerra com os nordestinos recrutados e trazidos para a Amazônia, para trabalharem como reforço de guerra.

Em levantamento recente efetuado na região do Vale Machado (1999), os seringueiros afirmaram que das seringueiras exploradas 41,86% possuem alta produtividade; 39,53% a classificam como de média produtividade, e 17,63% como baixa produtividade. Portanto, as perspectivas de continuidade da exploração de seringa não estariam ameaçadas pela qualidade de produção das árvores, se não fosse a intensificação da exploração que está sendo registrada nos últimos anos, pelos próprios seringueiros, que estão procedendo a cortes profundos comprometendo a reconstituição da madeira para produzir no próximo ano.

Os sistemas de produção e comercialização nas Reservas Extrativistas são muito complexos. Muitos são os obstáculos a serem enfrentados para que sejam alcançados melhoramentos reais das atividades econômicas, sobretudo diante da crise da borracha, que a cada dia perde capacidade de competitividade no mercado.

A inconsistência dos mercados para novos produtos, o baixo investimento tecnológico na produção extrativista, nos aspectos de colheita e pós-colheita; as deficiências gerenciais para uma produção de escala, inerentes a simplicidade de vida dos seringueiros; e as dificuldades de transporte para o escoamento da produção, constituem fatores limitantes ao desenvolvimento econômico das reservas extrativistas. As iniciativas no sentido de resolver esses fatores limitantes têm sido muito tímidas. Não se verifica em nenhuma das 22 reservas extrativistas, um plano de ação consistente, embora haja algumas experiências sendo desenvolvidas. A ausência de planos estratégicos e sistêmicos, a médio e longo prazo, comprometem a qualidade e os resultados já alcançados.

Atualmente a OSR, juntamente com as associações, executam suas ações através do “Projeto de Consolidação de Reservas Extrativista em Rondônia”, com o apoio da WWF (Fundo Mundial para a Natureza) com coordenação pela própria OSR em colaboração com a ONG ECOPORE, e através de outros recursos oriundos do PPG-7 do Ministério do Meio Ambiente, com intermediação do CNPT - Centro Nacional das Populações Tradicionais, IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis e Planaflo.

4.7. Conflitos de terras no estado

A expansão da fronteira agrícola produziu fenômenos não previstos pelos seus planejadores e analistas, como os que vem acontecendo nas últimas áreas de floresta do alto machado mais precisamente na região que fica entre a Reserva Biológica do Jarú e o projeto de assentamento do município de Machadinho, onde ainda residem comunidades que praticam o extrativismo florestal sustentável. Esta região vem sendo alvo de crescente especulação fundiária, desmatamentos indiscriminados e exploração ilegal de madeira. Também vem sendo ocupada por famílias de trabalhadores rurais, migrantes oriundos do centro sul do país e de outros municípios do estado de Rondônia em busca de terras, tendo algumas delas assimilado a exploração de látex, conjugando a atividade extrativista com a agrícola.

4.7.1. A grilagem de terras públicas em Rondônia

Compilação de relatório do INCRA

Trata-se de fato histórico, comum em todo o país, conseqüência do modelo de colonização do Brasil implementado pelos portugueses. Atualmente, se encontra em evidência na região norte. Segundo pode-se verificar, está mais presente nos Estados do Amazonas e Pará. Também ocorreu no Estado de Rondônia.

Como o governo federal teve forte atuação em Rondônia a partir de 1970, começava, naquela década, a conviver e combater esse problema, conforme relatos e registros existentes na Superintendência do INCRA do referido Estado.

Assim, as ações de combate a grilagem de terras públicas, implementadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, não se constituiu fato novo em Rondônia. Verifica-se, através do acervo documental da Superintendência Regional de Rondônia e pelo depoimento do seu Superintendente, que, naquela unidade da federação, o órgão federal de terras, há muito, vinha atento a essa questão, conforme demonstra-se a seguir.

Dentre os muitos documentos fornecidos pelo INCRA do Estado de Rondônia, destaca-se: um relatório elaborado em 1975, que dentre outros fatos e casos, aborda a grilagem de terras públicas nos idos dos anos 70 (setenta), dos quais, para exemplificar, citaremos apenas um, sob o patrocínio da Colonizadora Itaporanga, em área de aproximadamente 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) hectares, localizada atualmente nos municípios de Espigão do Oeste, Cacoal e outros, vendidas a centenas de pessoas, irregularidade, à época, prontamente combatida pelo INCRA.

Como exemplo tem-se a criação do PIC Gy Paraná em parte da área objeto da vergonhosa grilagem, no ano de 1973, cujo local onde se instalou a sede administrativa do INCRA, quatro anos depois, tornou-se sede do pujante Município de Cacoal, criado em 1977. Hoje, onde funcionou a sede do INCRA, após a emancipação do Projeto de Colonização e transferido o acervo patrimonial para a Prefeitura Municipal, foi instalada a primeira Faculdade privada do Estado, em funcionamento e franca expansão.

Também, em parte da referida área, o INCRA promoveu a regularização de posseiros. Regularizou, inclusive, ocupantes que haviam adquirido as terras públicas, indevidamente, da tal Colonizadora. Estes foram reconhecidos em porção de terras proporcional às benfeitorias já implantadas. A maioria, apesar de ter adquirido da Colonizadora áreas de 2.000 hectares, ficou com apenas 100 hectares, principalmente aqueles instalados no interior do PIC Gy Paraná.

Noutra parte do território público grilado, loteado e vendido pela Colonizadora Itaporanga, foi criada a Área Indígena Sete de Setembro, pois o INCRA já noticiava e realmente se tratava de terra de ocupação indígena.

Destaque-se, como o INCRA, na prática, atuou nesse caso de grilagem, fazendo valer o poder do Estado, defendendo o patrimônio público e optando pelos mais fracos, os trabalhadores rurais que se encontravam ou migravam para Rondônia a procura de uma porção de terra e reconhecendo o direito dos aborígenes. Essa linha de

conduta, sem demérito aos outros abnegados servidores do INCRA, tem-se notícia, foi na época comandada pelo Militar SILVIO GONÇALVES DE FARIAS, conhecido por Capitão Sílvio, combatendo a grilagem de terras públicas e as pretensões de grandes áreas, proporcionando a reformulação da estrutura fundiária vigente.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no Estado de Rondônia, continua atento e combatendo a grilagem de terras públicas, conforme verifica-se no depoimento do seu Superintendente Estadual em outubro de 2000, impetrando as Ações Judiciais competentes, relacionadas a seguir, no caso, a partir do ano de 1978:

1-Ação Discriminatória Judicial, peticionada em novembro de 1978 contra o Sr. ANTONIO LEITE DE OLIVEIRA, relativa ao imóvel denominado *Gleba Aliança*, com área de 85.900 hectares, obtendo decisão judicial favorável. O imóvel já se encontra matriculado em nome da união conforme R-002-02836, Livro 02, registrado no 1º Ofício do Cartório de Registro de Imóveis de Porto Velho, em 29/05/90;

2-Ação Declaratória com Efeito Condenatório, peticionada em outubro de 1984 contra o Sr. SEBASTIÃO CONTI NETO e OUTROS, relativa aos imóveis denominados *Seringais São Francisco, Janaiaco e Bom Futuro*, com área de 104.653,2258 hectares, obtendo decisão judicial favorável. O imóvel já se encontra matriculado em nome da união conforme R-014062, Livro 02, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Porto Velho, em 23/06/99;

3-Ação de Nulidade de Registro Imobiliário, peticionada em fevereiro de 1986 contra o Sr. CARMOSINO LISBOA ANDRADE e OUTROS, relativa ao imóvel denominado *Quatro Cachoeira* ou *Quarta Cachoeira*, com área de 21.600 hectares, aguardando julgamento de Recurso de Apelação;

4-Ação Declaratória de Nulidade de Processo Cumulada com Liminar de Sustação dos Efeitos da Sentença, peticionada em setembro de 1988 contra o Sr. ROBERTO DEMÁRIO CALDAS e OUTROS, relativa ao imóvel denominado *Fazenda Buriú*, com área de 31.992 hectares, aguardando sentença;

5-Ação Ordinária de Nulidade de Registro Imobiliário, peticionada em junho de 1998 contra a AGROPECUÁRIA COLONIZADORA ALIANÇA LTDA, relativa ao imóvel denominado *Alegria e Alto Rio Preto*, com área de 84.465 hectares, aguardando sentença;

6-Ação de Desconstituição de Registro de Contrato de Aforamento Cumulada com Declaração de Comisso, peticionada em agosto de 1998 contra GERSON DE MOURA BARROS, relativa ao imóvel denominado *Alegre*, com área de 1.226 hectares, aguardando citação;

7-Ação Ordinária de Nulidade de Registro Imobiliário, peticionada em outubro de 1999 contra o Sr. FRANCISCO FIDELIS GOMES BERGAMASCHI, relativa ao imóvel denominado *Providência*, com área de 6.088,5 hectares, em designação de audiência para oitiva de testemunhas.

4.7.2. Da Portaria INCRA/P/Nº558 de 15 de dezembro de 1999

Em razão do INCRA nacional em levantamento preliminar de documentação cartorária de registro de imóveis ter detectado um grande percentual de inconsistência, baixou o referido ato (Portaria n.º 558), cancelando no Sistema Nacional de Cadastro – SNCR, os cadastros de imóveis rurais declarados pelos proprietários, inicialmente, em áreas a partir de 10.000 hectares.

Para o Estado de Rondônia, conforme depoimento do Superintendente Regional do INCRA em outubro de 2000, foram listados 56 (cinquenta e seis) imóveis constantes do SNCR com área superior a 10.000 hectares.

Realizados estudos preliminares, ficou constatado, que, dos 56 (cinquenta e seis) imóveis listados apenas 47 (quarenta e sete) deveriam ser submetidos aos procedimentos estabelecidos pela Portaria n.º 558. Foram descartados 09 (nove) imóveis pelas seguintes razões: 02 (dois) imóveis correspondiam a 01 (um) só (tratava-se de bicadastramento); 01 (um) imóvel já se encontrava subdividido, com área de tamanho inferior ao limite estabelecido pela supramencionada Portaria; 06 (seis) imóveis já se encontravam desapropriados, ou seja, não pertenciam aos que se apresentavam como proprietários no SNCR, fato decorrente da falta de atualização cadastral dos referidos imóveis.

Encontram-se em andamento os procedimentos administrativos com vistas a diagnosticar a real situação dos 47 (quarenta e sete) imóveis no que diz respeito a legitimidade dominial. Quando do depoimento do Sr. Superintendente, 37 (trinta e sete) dos 47 (quarenta e sete) proprietários dos referidos imóveis atenderam a convocação do INCRA. A documentação apresentada se encontrava em análise na área técnica e jurídica da Superintendência.

Quanto aos 10 (dez) proprietários que deixaram de comparecer e ou apresentar a documentação, o INCRA, em setembro de 2000, já havia expedido comunicado sobre o fato às seguintes instituições atuantes no Estado: Bancos Oficiais (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S/A e Banco da Amazônia S/A); Órgãos Federais (IBAMA e Delegacia da Receita Federal); Ministério Público Federal; Ministério Público Estadual; Cartórios de Registro de Imóveis e Corregedoria.

Caso os 10 (dez) imóveis não tenham a legitimidade dominial privada comprovada, terão que ser adotadas as medidas judiciais cabíveis, a exemplo do que já vem fazendo a Superintendência Regional de Rondônia, devendo ser revertido para o domínio público uma área de aproximadamente 248.959,9 hectares.

5. POLÍTICAS AGRÁRIAS NO ESTADO DE PARÁ

Renata Roubach, geógrafa e economista, Marabá

Metodologia de trabalho

A metodologia de trabalho operou em três níveis:

- a. Entrevistas estaduais junto a órgãos como o INCRA, INCRA, SECTAM, ONGs ambientalistas, FETAGRI e BASA.
- b. Pesquisas bibliográficas
- c. Pesquisa de campo, incluindo entrevistas a assentados e Instituições (Estaduais, ONG's, STR's. Associações, Cooperativas, Madeireiros)

Condições materiais de realização do trabalho

Para o Estado do Pará, o trabalho foi feito em três etapas. A primeira foi a escolha dos assentamentos e locais diversos que pudessem representar a diversidade cultural e social do Pará. Para tanto, foram escolhidas três regiões: o nordeste paraense, sudeste paraense e oeste paraense. Tivemos algumas dificuldades nas entrevistas institucionais com as unidades de representação do Governo Federal, como IBAMA, INCRA, na demora e dificuldade de ter algumas informações mais detalhadas. Ao mesmo tempo, fez-se os levantamentos bibliográficos e as entrevistas estaduais durante o período de novembro e dezembro.

O tempo de trabalho para o trabalho de campo foi considerado curto para entender a dinâmica de um Estado tão grande e diversificado quanto o Estado do Para. Observou-se o seguinte roteiro do trabalho de campo:

11 a 18 de novembro: entrevistas no PA Cidapar, no município de Nova Esperança do Piriá;

19 a 24 de novembro: trabalho de campo no PA do Rio do Peixe em Uruará.

16 a 21 de dezembro: trabalho de campo no PA de Araras, região de Marabá

Diagnóstico do Estado do Pará

O número de assentamentos cresceu a um ritmo acelerado, principalmente na região sudeste paraense. As regiões Sul e sudeste paraense, têm atualmente 292 assentamentos. Nas outras duas regiões estudadas (Altamira e Nordeste paraense), não houve esse aumento tão importante quanto no sul e sudeste do Pará; os PAs ficaram dentro dos números previstos.

Este aumento do número de PA tem duas conseqüências imediatas:

O Incra a reboque das pressões

O Incra não consegue impor uma política para a região; fica sempre a reboque das diferentes pressões pela reforma agrária na região.

A região sudeste paraense representa atualmente 16% da capacidade de assentamento de todo o país. O mesmo percentual de verba deveria ser alocado para essa região, tanto para a infraestrutura, como crédito e capacitação, mais ainda esta longe desses dados. Por exemplo, em

termos de crédito de instalação, o sudeste paraense recebeu 10,38 % dos recursos do país; em assistência técnica e capacitação, recebeu 7,8 % (IICA, 2000).

É difícil de se pensar uma política ambiental e agrária para a região como um todo, visto que as desapropriações e ocupações ainda não se estabilizaram, e que a grande diversidade da região dos pontos de vista ecológico e do histórico de ocupação.

Falta de diretriz única de política agrária no estado do Pará

Das entrevistas nas três regiões notamos diferenças de formulação e de implantação de algumas políticas agrárias, do qual podemos dizer:

- na maneira como é pensada essa política para a região
- na maneira como é implementada a política agrária
- na articulação da região com o estadual ou o federal
- um posicionamento diferenciado das organizações ou dos agricultores no que diz respeito às políticas ambientais e agrárias
- na estrutura agrária de cada região
- nas estruturas diferenciadas entre as diversas formas de produção.

Em Marabá diferentemente de Altamira, não existe um representante único, mais sim um começo de organização para as associações discutirem as políticas para a região, o movimento está ainda se estruturando em relação a essas questões, pois foi em volta do embate pela terra que ele se estruturou, contrariamente a Altamira, aonde a terra foi ganha desde o início, havendo poucos conflitos, ao contrário de Marabá.

Em Marabá há três aspectos diferentes das outras regiões:

- a criação da Superintendência Regional do Inca, uma das maiores superintendências em termos de números de Pa;
- a forte atuação do MST na região
- a criação de Centrais e de Associações

Com a criação da Superintendência do INCRA em Marabá, o palco de negociações não é Belém mas Marabá e em segundo plano, Brasília; as principais reivindicações são o crédito vinculado ao Inca (PROCERA, num primeiro momento, e logo depois, PRONAF). Discute-se a prioridade de alocação dos recursos da Reforma Agrária em fóruns da Fetagri regional para então negocia-la com o INCRA local.

A negociação se dá em termos da alocação dos recursos do INCRA ao nível regional, ao qual se prevê diferentes níveis, desde a infra-estrutura, como estradas e escolas, até o financiamento da produção. Existe um maior espaço político na região a partir do momento que, por pressão política, o Inca presta conta a todos do dinheiro recebido e se tem uma maior clareza do orçamento, coisa que não acontecia antes.

Em Marabá, região de colonização oficial (os PICs de Marabá, Altamira e Itaituba) e colonização espontânea dos maranhenses e nordestinos, onde o embate pela terra foi e continua sendo de grande importância, onde o movimento surgiu do embate, existe uma

dificuldade de se conseguir realizar uma articulação entre os diferentes atores, onde o diálogo é mais difícil.

A política do meio ambiente ainda não se faz muito presente, mesmo que os principais dirigentes dos movimentos sindicais e ONGs sabem que o discurso sobre o meio ambiente veio para ficar. Assim em Marabá existem poucos fóruns onde vários atores possam negociar a aplicação das políticas agrárias.

Em Altamira, os PAs surgiram da colonização oficial, a terra foi dada aos colonos e os conflitos foram bem poucos. Logo, o movimento se estruturou em questões ligadas mais à produção e à comercialização do que aos conflitos pela terra. A mobilização da sociedade local, em torno do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), no final dos anos 80 / início dos anos 90, permitiu aumentar a oferta de créditos para os agricultores e pensar em políticas agrárias. Esse movimento, o sindicalismo de pequenos produtores da região, com boas relações com o sindicalismo nacional situado em Belém, com aliados no Congresso, conseguiu levar a cabo negociações para direcionar parte significativa do Fundo Constitucional da região Norte a um programa de crédito para pequenos agricultores (Programa FNO Especial). (Muchagata, 2001).

Na região de PA Cidapar, não encontramos nada comparável a Marabá ou Altamira; não existe uma mobilização por políticas agrárias; a população é ainda bem pouco estruturada sobre as questões ambientais e produtivas. A região depende de Belém, sem ter um interlocutor mais presente por parte da sociedade civil organizada, nem por parte do INCRA. Assim sendo, as políticas para a região são feitas a revelia das organizações e dos agricultores; aceitam o que vem de Belém e de Brasília, sem ter voz ativa.

Em relação às **políticas ambientais** no sudeste paraense, o IBAMA regional está mais vinculado à Brasília; no nosso conhecimento, não existe uma integração entre as duas políticas ao nível regional, ou melhor ainda não existe uma política ambiental por parte do INCRA regional, como não existe uma política ambiental diferenciada para os PAs por parte do IBAMA. No posto do IBAMA em Marabá, atuam apenas dois engenheiros florestais e seis fiscais. Dada a escassez de pessoal, quase nenhum trabalho é feito na fiscalização de queimadas ou desmatamento feito por agricultores, pequenos ou grandes.

Segundo Muchagata (2001, p. 8), a atividade de extração de madeira é importante nessa região, assim como em outras regiões do Pará. Há uma reação bem negativa em relação ao IBAMA e à fiscalização, algumas vezes com intensa violência, a exemplo do assassinato de uma fiscal em Marabá em 1999. Grandes proprietários e madeireiros exercem forte pressão sobre os fiscais. Dessa forma, o próprio órgão prefere delegar a funcionários de fora, principalmente de Brasília, a realização de operações especiais na época de concentração de queimadas e desmatamentos.

Dificuldades de articulação entre as instancias estaduais e federais

As unidades estaduais de representação do Governo Federal têm dificuldade em se coordenar em uma única política ao nível do estado. Por exemplo, o INCRA, para o sudeste paraense tem mais relação com Brasília do que com Belém; as várias regionais do IBAMA não coordenam entre si. Essas dificuldades enfraquecem as diferentes políticas públicas. Constata-se uma grande instabilidade na execução das políticas, que mudam com frequência e sem discussão. Exemplifica-se com a determinação do IBAMA em permitir o desmatamento

de só 20% dos lotes, enquanto o INCRA a desrespeita, dizendo, em dezembro de 2001, estar desinformado. Esta situação torna problemática uma compreensão pelo agricultor familiar de tantas normas e leis, dificultando uma contraproposta dos mesmos em relação à questão ambiental.

Falta de articulação entre as políticas agrárias e ambientais

Não existe uma política do INCRA, no Pará, em relação ao meio ambiente, como não existe por parte do IBAMA uma política para os PA, cada um faz sua política, sem coordenação entre elas é para os dois organismos pensarem juntos uma mesma política para a área rural, sendo o mesmo espaço, seria oportuno ter uma só legislação. A mais desses dois organismos federais tem a Sectam que trabalha o ambiental ao nível estadual, sem que os agricultores e seus representantes entendam muito bem o seu papel.

Dificuldade do agricultor familiar de acompanhar as mudanças nas Políticas Ambientais

Em entrevistas aos agricultores familiares nas três regiões e aos IBAMA locais, constata-se que para os pequenos o cumprimento da lei é coisa ainda bastante raro e complicado: a documentação necessária para pedir autorização de desmatamento e queimada ainda é muito complexa; as distâncias no Pará são grandes. Nota-se uma real preocupação dos STR sobre a questão ambiental, pois o sindicalismo já integrou esse fato e até mesmo o antecipou, através de várias iniciativas (Pró-Ambiente, Projeto Proteger, etc...). Em resumo, podemos constatar:

- Que somente a repressão policial, feita por Brasília, não ajuda á uma consciencialização;
- Que a tentativa de controle parece não ter um impacto significativo nos diferentes PA;
- Que o controle da exploração da madeira é mínimo sendo realizado principalmente onde existem planos de manejo já em andamento;
- Que a exploração ilegal de madeira (reserva indígena, áreas de pequenos agricultores) continua sendo efetuada sem maiores impedimentos, como é o caso para Cidapar, Uruará e Marabá.

Como dito no relatório de Muchagata (2001), “ a lei tem ficado no papel e apesar dos avanços, os usuários dos recursos naturais, tanto os grandes, mas principalmente os pequenos, tem pouco conhecimento dela e muitas vezes não podem respeitá-la sem colocar em risco seu sustento. Mesmo se o sindicalismo procura negociar com o IBAMA alguma integração de objetivos ambientais, não existe ainda a percepção que os programas de crédito e de regularização fundiária em todas as suas modalidades deveriam ser revistos no sentido de encontrar uma coerência maior entre o desenvolvimento da Agricultura Familiar e a conservação dos recursos naturais.”

Os efeitos da política agrária sobre a Agricultura Familiar dos PAs

Os impactos econômicos

No Pará, não existe acordo em relação à assistência agrícola nas diferentes regiões estudadas. Tudo fica sobre a responsabilidade do INCRA, dificultando e quase que inviabilizando a assistência técnica, pois os recursos liberados pelo INCRA não são contínuos. Das políticas analisadas, as que tiveram um impacto maior na vida dos agricultores e no meio ambiente, a mais importante está sendo a concessão de crédito. Os créditos modificaram ou tornaram

mais velozes as mudanças nos sistemas de produção nas três regiões estudadas, trazendo conseqüências econômicas, ecológicas, sociais e institucionais (Muchagata 2001).

Nas três regiões estudadas foram observadas:

- O processo de pecuarização foi intensificado em Uruará
- Foi intensificado a implantação de lavouras perenes, principalmente em Marabá
- A tendência da pecuarização foi também aumentada em Marabá
- Aumenta o plantio do pasto (mesmo sem gado, para valorização fundiária)
- Em Cidapar, aonde já existia gado, foi aumentado o rebanho bovino

Ao mesmo tempo que estas mudanças foram observadas não somente em entrevistas de campo, mas em vários outros trabalhos (Muchagata 2001, Costa, 2000), a maioria dos entrevistados apontam os pontos econômicos positivos do crédito. Os agricultores tem mais recursos para investir em produção, em qualidade de vida (créditos para habitação); e movimenta as economias regionais, com maior volume de vendas no comércio.

Constata-se também certas mudanças regionais nas condições estruturais. Em Cidapar, onde a região era desprovida de tudo, há uma melhora na qualidade de vida da população do PA, com casas construídas e maiores investimentos.

Em Marabá, com o apoio do crédito às culturas perenes e à pecuarização, tem aumentado o número de pequenas despoldadoras de fruto, principalmente cupuaçu, mais ainda bem informal e precário.

Os impactos ambientais do crédito

Nas regiões de Marabá e Altamira, existe uma percepção generalizada que os desmatamentos e as queimadas têm aumentado devido ao maior numero de PAs, e à falta de controle dos órgãos ambientais nessas regiões. Em Cidapar, como a área era fazenda, de pastos constituídos, a área desmatada aumentou nas áreas onde só existia floresta, mais ficou estável nas áreas de pastos.

O trabalho de Muchagata (2001) demonstra que na região de Marabá, onde a criação de gado já era expressiva, há evidencias indiretas da ligação entre créditos e aumento de desmatamento; existem transformações visíveis de reforço ao processo de pecuarização, que tem levado à conservação de áreas de floresta e capoeira. Não estão disponíveis dados mais concretos sobre o aumento do desmatamento nos PA mas, na percepção de todos os atores entrevistados, os processos de diminuição da área em mata comprovados para a região até o ano de 1996, devem ter se acelerado. Na região de Altamira/Uruará, as conseqüências ambientais também não deixam dúvidas. A agricultura regional ampliou os desmatamentos. Através do aumento do público atingido pelo crédito, através do volume de meios de produção (aumento do rebanho bovino), da priorização efetiva do crédito à pecuária de corte. Em Uruará, o ritmo de desmatamento se modifica em função dos sistemas de produção. As áreas com especialização em culturas perenes desmatam mais, relacionado com a capitalização dos agricultores. Com maiores rendas, são capazes de realizar mais investimentos, levando portanto ao desaparecimento mais rápido da cobertura vegetal. O desmatamento aumenta na medida em que o patrimônio das famílias aumenta. Existe uma correlação positiva entre acesso aos créditos e desmatamento, mesmo que este tenha apoiado outros processos que não a pecuarização. Baseada na tese de Ferreira (2001), em Uruará, 60% dos estabelecimentos estudados sofreram uma mudança fundamental em seu funcionamento

entre 1994 e 1997. A análise de trajetórias dos estabelecimentos agrícolas demonstrou que os sistemas de produção familiares não tendem a adotar um sistema especializado em pecuária; pelo contrário, esse estudo demonstrou que é a diversificação entre pecuária e culturas perenes que é mais atrativo, onde a performance é maior frente aos critérios de sustentabilidade.

A pecuária não é vista de maneira negativa. Mas como um dos componentes necessários à consolidação da agricultura familiar (Ferreira 2001). A pecuária promove desmatamentos, principalmente nas regiões mais novas; a maneira como os pastos são manejados e utilizados como reserva de valor, aumenta a incidência de fogo na paisagem. Em várias entrevistas agricultores contam que os fogos pegam nas culturas perenes, dificultando a diversificação dos sistemas de produção, às vezes mesmo desestimulam outras formas de utilização do espaço, quando a pecuária é dominante, como é o caso de Cidapar e algumas regiões de Marabá.

Os impactos sociais do crédito

O crédito foi, para a maioria dos entrevistados, a grande melhoria nesses últimos tempos. Os créditos e os investimentos em infra-estrutura, contribuíram para ter uma outra visão para se fixar: com a esperança da continuação dessa política, com o compromisso do pagamento da dívida, a possibilidade de melhorar a produção agrícola e aumentar a renda, melhoria de qualidade de vida graças à melhoria da habitação. Em todos os assentamentos visitados, há luz elétrica, promessa de telefone, e estradas melhoradas.

Se existem indicativos que o acesso ao crédito é um fator de estabilização das famílias, a distribuição desigual numa mesma localidade contribui para acelerar a diferenciação social. Os agricultores melhor posicionados, em geral sindicalizados (m torno de 5%) têm acesso aos créditos; os agricultores mais pobres tendem se atrasar em relação aos mais capitalizados, organizados e mais experientes (Muchagata, 2001). Nos assentamentos visitados, não se pode quantificar o quanto o crédito seja um motor de diferenciação; entretanto as associações criadas beneficiam primeiramente seus associados.

O crédito, requerendo o associativismo, fortaleceu as associações. As novas organizações surgidas contribuíram para a melhor organização da população local levando mais conhecimento das informações e acesso aos serviços públicos.

Um impacto negativo, constatado nos três assentamentos, é a grande inadimplência dos diferentes projetos financiados pelo FNO. Essa inadimplência, bem analisada por Solyno (2000), pode ser resumida em diferentes pontos:

- Não distribuição do crédito de forma egalitária;
- Falta de assistência técnica;
- Mudanças de variedades inadequadas e dadas fora do tempo de plantio;
- Adubo não necessário ou aplicado de forma errada;
- Pacotes tecnológicos impostos mas inadequados para agricultura familiar, etc.

Em resumo, baseado nas observações de campo e leitura de diversos autores (Muchagata, 2001, Costa, 2000, Tura, Costa, 2000), podemos dizer que o crédito aplicado representou, para todas as regiões estudadas, o maior volume investido na agricultura familiar nos últimos 30 anos. Tem trazido modificações importantes para as economias locais, o comércio de

insumos e equipamentos, a infra-estrutura de apoio para o processamento e comercialização da produção, mesmo que o crédito tenha apresentado problemas múltiplos.

Preço da terra

A terra tem um preço em cada região, diferenciado ainda em função do estado do lote, com ou sem mata, e sua localização em relação à estrada. Em Marabá, devido ao processo de pecuarização que requer sempre mais terras, a concentração fundiária e pressão demográfica, a terra é bem valorizada, não existindo abandono de lote. Estudos, feitos por De Reynal et al (1995), demonstram essa grande diferenciação para a região de Marabá; de uma região à outra, a variação pode ser de até 250%.

Para a região de Cidapar, constata-se onde existem áreas com acesso precário do mercado ou os lotes localizados em áreas muito secas, deu-se o abandono dos lotes por um certo número de famílias, indicando que o mercado de terras é bem mais limitado que em Marabá.

Em Uruará, a venda de lote também se dá de maneira intensa, visto que o assentamento tem muitos agricultores bem capitalizados que precisam de mais terras para suas famílias ou famílias que chegam; o lote varia entre R\$500,00 a R\$1.0000,00, variando em função da localização e benfeitorias realizadas.

Violência fundiária e grilagem

De acordo com relatório da CPT (2001), o Estado do Pará, principalmente suas regiões sul e sudeste, tem sido marcado e reconhecido nacional e internacionalmente pelos graves e violentos conflitos pela posse da terra, os quais vitimaram centenas de trabalhadores rurais, dirigentes sindicais, religiosos, advogados, parlamentares e diversos outros ativistas pela reforma agrária”. A violência no Estado do Pará, longe de diminuir, tem aumentado, demonstrando assim a persistência no tempo do padrão de violência existente na região e a incapacidade estadual e federal de lidar com essa violência ela. Os recursos destinados ao programa federal de reforma agrária no Pará têm, ano a ano, se reduzido, insuficientes para fazer frente a demanda, principalmente em termos de desapropriações.

Existem dezenas de ocupações, que se transformam em focos de conflitos, pela grande morosidade do INCRA e a ação do Governo do Estado, intensifica-se a repressão policial.

POLÍTICAS AGRÁRIAS NO ESTADO DE AMAPÁ

Sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, há alguns pontos positivos e também negativos das políticas agrárias e ambientais:

8.6.1 Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá

O PDSA é um programa de governo que dá um norte para todos os atores do desenvolvimento e da pesquisa do estado. Isso traz um fator de coerência das ações que se percebe quando se fala com os mais diversos atores encontrados. O PDSA é disseminado na sociedade e reinterpretado pelos atores. Os atores se reconhecem no PDSA.

No Amapá existem 26 PA com aproximadamente 5000 famílias, enquanto se pensava que havia cerca de 8000. Hoje, o INCRA e o Governo do Amapá têm um cadastro adequado dessa realidade.

8.6.2 Pontos positivos da política agrária e o meio ambiente

A política dos governos federal e estadual consiste em promover a implantação de estradas, pontes, cooperativas de beneficiamento dos produtos agro-extrativistas, depósitos de produtos agrícolas, escolas de ensino fundamental e médio, eletrificação, telefonia rural, transportes de bens agrícolas, crédito agrícola, etc. Foi assinado um convênio de extensão agrícola, passa a responsabilidade e coordenação estadual do INCRA ao Governo do Estado. Para cada real investido em desenvolvimento pelo MDA, o Estado do Amapá se comprometeu a investir também um real do RURAP, Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá. O RURAP conta com 100 pessoas trabalhando, sendo 85 técnicos agrícolas e agrônomos atuando no campo. Essa mudança vai trazer maior coerência interna entre as ações do corpo técnico do RURAP e o PDSA. A presença de várias cooperativas, organizadas com o apoio do governo estadual, é um dos pontos importantes, pois estabelecem a ligação entre o mercado e o produtor. Tudo isso está ajudando a agricultura familiar.

Nos PA do Amapá, a taxa de desmatamento parece ser baixa. Nos PA Agro-Extrativistas de Maracá e Cajari, as taxas de desmatamento são inferiores a 5% da área de mata (observação das imagens de satélite no IEPA). Nos PA do Cedro e de Pacuí as taxas são mais elevadas, mas parecem baixas. Aparentemente, isso não se deve tanto ao respeito pelo meio ambiente e mais pela falta de acesso a cadeias de comercialização, falta de infraestrutura e serviços de transportes pouco organizados.

Em resumo, quanto a alguns temas centrais:

Violência fundiária	O índice é muito baixo, quando comparado com a situação no sul do Pará
Preço da terra	Quase não tem preço, pois há poucas famílias nos PA
Pressão sobre recursos florestais	A taxa global de desmatamento é baixa

8.6.3 Pontos negativos das políticas agrária e ambiental

Parte do crédito agrícola e de doação dos lotes de terra não chegou às famílias agrícolas por motivos de desvios. A CPT diligencia processos que estão na justiça a esse respeito. Conteúdos tecnológicos inapropriados de crédito são muitas vezes impostos aos

agricultores. Existe produção significativa sem acesso ao mercado. Portanto, querer aumentar a produção, ou mesmo implantar sistemas agro-florestais, através do crédito, sem ter garantia de escoamento, pode ser considerado um erro. Mencionam-se cerca de 100.000 hectares de eucalipto plantados no Amapá, pertencentes à Champion, em áreas próximas a alguns PA.

PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS DA AMAZÔNIA

1. Óleos e graxas cosméticos – Cognis Brasil Ltda.

1.1 Descrição do projeto

Em parceria com sete cooperativas e associações de reservas extrativistas, a Cognis Brasil Ltda. Concebeu projeto para a extração de óleos e graxas naturais. Iniciou-se em 1999 e em 2001 foi expandido para mais cinco parceiras. O parceiro comercial fornece:

- garantia de compra, com exclusividade;
- implantação de equipamentos de extração;
- treinamento sobre a organização da produção, armazenamento, escoamento e comercialização;
- acompanhamento do escoamento e comercialização dos óleos;
- uma rede de óleos vegetais com informações sobre tecnologia e oportunidades comerciais;
- identificação de outros parceiros na área privado;
- registros oficiais e certificação de origem;
- monitoramento das atividades extrativistas;
- capital de giro para pagar ICMS.

1.2 Fatores Limitantes

- A exploração clandestina concorrente não paga ICMS e acarreta efeitos negativos, como a falta de controle das próprias práticas de extração e qualidade do produto.
- Falta definir os níveis permissíveis de extração no longo prazo que não reduziriam a produtividade

1.3 Resultados

Melhora a remuneração da mão de obra significativamente; abre uma perspectiva excelente de mercado para quantidades ainda limitadas de produtos novos.

1.4 Impactos

- A divulgação de produtos social e ambientalmente corretos através das empresas de cosméticos de ponta; portanto, um efeito de bola de neve para que outras empresas procurem também fontes parecidas. O efeito já está acontecendo; empresas como Croda, Naturscience, Chama e outras já estão copiando o modelo e estão investindo na Amazônia, porém não com a mesma filosofia como a da Cognis, de fazer parcerias com os pequenos produtores;
- A introdução do conceito “produto sustentável” no mercado brasileiro, pelo menos na área de cosméticos;

²⁴ Esta é uma síntese dos documentos consultados. Também se dispõe de apêndices específicos com informação detalhada, em inglês ou português.

- A divulgação das necessidades de registro de origem de produtos extrativistas, para diminuir a clandestinidade na Amazônia, e
- Uma redução da burocracia para os pequenos produtores; eventualmente, conseguir a isenção do ICMS para óleos vegetais extrativistas.
- Portanto, espera-se que esta parceria seja não apenas uma cooperação comercial entre as organizações extrativistas e a empresa mas também com impactos macro-políticos, com desdobramentos positivos sobre a competitividade do produto sustentável. Fonte: adaptado do BIRD, Brasília.

2 Projeto RESEX - Reservas Extrativistas - Borracha e Castanha

2.1 Descrição

O objetivo do projeto foi de testar, em quatro reservas extrativistas na Amazônia Brasileira, “modelos apropriados de gerenciamento econômico, social e ambiental, aperfeiçoando os métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais na administração dos recursos naturais renováveis das florestas tropicais, por meio da co-gestão entre governo e sociedade”. A partir deste objetivo geral eram esperados os seguintes resultados:

- assegurado o direito de acesso aos recursos naturais, por parte dos moradores das reservas, mediante a regularização fundiária das mesmas;
- fortalecida a organização social dos moradores e instalada infra-estrutura social e comunitária nas reservas;
- desenvolvidas, testadas e divulgadas tecnologias apropriadas para melhorar as atividades produtivas de subsistência e comercialização, priorizando produtos florestais não madeiráveis;
- aprimorado o manejo e conservação dos recursos naturais das reservas extrativistas, e;
- promovido um método participativo de gestão e participação do projeto.

As principais linhas de atuação foram:

- organização da associação, do conselho deliberativo e fiscal e especialmente através dos núcleos de base;
- elaboração participativa do Plano de Utilização das reservas e aprovação pelos usuários;
- implantação do sistema de monitoramento e fiscalização, mediante comissões de proteção, fiscais colaboradores e agentes auxiliares do monitoramento, atuantes nas próprias comunidades.

Os projetos de agricultura foram instalados em terras já desmatadas e compreenderam dois vertentes: Alternativas de Renda e Produção de Alimentos: 75 viveiros foram mantidos com uma produção aproximada de 350.000 mudas. As espécies mais plantadas foram pupunha, seringueira, castanheira, açaí, cupuaçu, graviola, maracujá, guaraná, cerejeira, mogno, itaúba e espécies madeireiras regionais.

2.2 Estratégia

- (i) Formação das Equipes de Coordenação e Execução do Projeto
- (ii) Negociação de Parcerias
- (iii) Estruturação e Criação de Associações
- (iv) Motivação dos Beneficiários do Projeto.

Dentro da estratégia, foram planejados três processos de intervenção:

- (i) Explicar a reserva e o projeto RESEX em reuniões;
- (ii) Visitar todas as famílias para cadastrar sua produção;
- (iii) Elaborar de forma participativa o Plano de Utilização.

O Plano Operativo Anual (POA) foi elaborado em base do Plano de Utilização aprovado em assembléia. Os Núcleos de Base formaram a base democrática da gestão nas comunidades. As comunidades escolheram seus fiscais colaboradores e elegeram as comissões de proteção da reserva,

2.3 Fatores Limitantes

O primeiro obstáculo foi de superar as desvantagens comparativas para investimento público: a localização das reservas, seu difícil acesso, sua falta de infra-estrutura e a situação de abandono em que se encontravam seus moradores, e o aumento das despesas operacionais do projeto. Um limitante inicial foi a total falta de experiência das diretorias das associações, sendo pessoas semi-analfabetas.

Foi necessário um trabalho árduo para engendrar os princípios de auto-gestão nas associações. Nas 147 assembléias regionais realizadas participaram 3.769 pessoas. Foi necessário dar especial atenção à participação das mulheres.

Foi necessário prestar contas bimensalmente; foi necessário superar a burocracia do IBAMA e BIRD com um novo conceito de projeto.

Foi necessário realizar uma série de estudos visando a análise do mercado uma melhor compreensão do processo de comercialização, examinando a viabilidade econômica de projetos novos.

Diante da crise da borracha e castanha, os extrativistas precisavam sobreviver e a lei da sobrevivência fez com que eles procurassem alternativas imediatas na agricultura. A orientação principal do projeto sempre foi o extrativismo. É, portanto, indispensável continuar investindo na profissionalização dos extrativistas, cujo conhecimento de técnicas modernas de produção e administração estão muito rudimentares.

2.4 Resultados

A capacitação dos moradores, a execução dos convênios, elaboração do Plano de Desenvolvimento, a operacionalização do crédito Prodex, a comercialização e a construção de parcerias estão entre os passos executados.

Foi significativo o valor da produção obtida pelas 2.900 famílias em 05 anos (1995 a 1999): R\$ 2.784,97 por família/ano ou R\$ 232,00 por família/mês. Isto é superior à renda de 70% da população urbana residente na Região Norte, que, segundo o último censo, ganha até um salário mínimo, embora o fruto do seu trabalho não seja totalmente monetarizado.

A lição mais clara que nos deixa o Projeto Resex é sobre a experiência concreta de conservação da biodiversidade mediante a participação da própria comunidade; parece até,

que na Amazônia este é o único caminho, devido à imensidão da área, devido à impossibilidade de utilizar transportes modernos e especialmente devido aos custos elevadíssimos para manter equipes de vigilância; o método mais correto é fazê-lo por meio da própria comunidade.

2.5 Impactos

Quanto vale, para o meio ambiente e para a humanidade, um hectare de floresta conservado ? E quanto custa conservá-lo? Não temos ainda instrumentos suficientes para traduzir estes bens comuns em valores monetários. No projeto Resex sabemos que foram conservados 2.144.996 hectares durante 4 anos, aplicando 9 milhões de dólares, ou seja foi gasto US \$ 1.03 por hectare/ano, incluídos aqui todos os gastos do projeto, com organização, capacitação, legalização fundiária, gerenciamento, saúde, educação, estímulo à produção. etc. Analisando apenas os gastos com fiscalização e monitoramento ambiental, este custo não chega a 20 centavos de dólar por hectare/ano.

Quando foi iniciado o Projeto, em 1995, muitas pessoas pensavam que as reservas seriam invadidas e seus recursos depredados. Após 4 anos temos a prova material e concreta de que as comunidades foram capazes de manter a integridade física das áreas, não só impedindo a invasão de pessoas que pretendessem ali morar, como também daqueles que procurassem apenas a utilização dos seus recursos. O roubo de madeira praticamente desapareceu, assim como também a caça e a pesca predatórias.

O projeto Resex confirmou a hipótese da sustentabilidade de áreas de uso comum, desde que sejam cumpridas três condições principais:

- os usuários tenham organização e laços de coesão,
- exista um regulamento para uso dos recursos, e
- seja implantado um sistema de monitoramento e fiscalização.

Fonte IBRD, Brasília, Relatório Final RESEX (período 1995 -1999).

3. Manejo de capoeiras e regeneração de espécies madeireiras com pequenos agricultores

3.1 Descrição

Na região de Amapá, onde as seis espécies nobres para exportação foram extraídas no "boom" da indústria madeireira, serrarias locais têm estimulado a extração de 40 espécies madeireiras, por manejo de regeneração em áreas de produção agrícola (Piñedo-Vasquez et al, 2001). As espécies nobres anteriormente extraídas são de regeneração muito lenta, o que não dá continuidade de renda.

3.2 Resultados

O ingresso líquido anual (excetuando mão-de-obra fora da propriedade) foi calculado em US\$ 6.240/família. Isto parece alto e seria em função da proximidade ao mercado. Mesmo descontando para 10% o valor de varas e lenhas vendidas, o ingresso líquido (incluindo remuneração à mão-de-obra a US\$ 4/dia) é de US\$ 748/família/ano, bastante significativo para uma atividade extrativa que absorve apenas 72 dias/homem/ano.

3.3 Fatores de sucesso

CONTRIBUEM AO SUCESSO DO PROJETO:

1. A depressão de mercados para produtos agrícolas (doenças em bananas, e custos altos de produção de grãos básicos) forçou a busca de alternativas.
2. A população era de caboclos com apreciação para a floresta e capacidade de observação natural, acostumado à extração de madeira.
3. Os madeireiros locais abriram um mercado para madeiras antes não extraídas, alguma das quais de fácil regeneração e rápido crescimento.
4. A tecnologia foi auto-gerada, não precisando de assistência técnica.
5. A existência natural de espécies de rápido crescimento (esp. *Calycophyllum spruceanum*, espécie primeira, de madeira dura, porém de rápido crescimento)

4. A Exportação de Urucum pelos Índios Yawawaná

4.1 Descrição

Uma empresa cosmética dos EUA do grupo Estée Lauder investiu US\$50.000 em máquinas de beneficiamento de urucum (bixa) para exportação. A empresa também financiou a plantação do urucum, pupunha, guaraná e castanha, deduzindo 20% do preço até pagar o investimento. A empresa teve uma visão de longo prazo e o progresso inicial foi bastante lento, de modo a fazer desistir empresas de visão curta.

4.2 Resultados

Proporcionou um incremento crucial nos rendimentos líquidos dos índios numa época quando seu produto tradicional, a borracha, estava com preço deprimido; e um aprendizado da comunidade indígena de como se integrara ao mundo comercial.

4.3 Pontos cruciais

- Havia consistência no apoio externo que gerou confiança;
- Os beneficiários eram donos dos meios de beneficiamento;
- Houve financiamento total dos investimentos, exceto contribuições em espécie e em trabalho pelos beneficiários.
- Houve um horizonte de planejamento de longo prazo
- Houve garantia de mercado em troca do uso do nome da comunidade
- Foi necessário investir em infra-estrutura social (posto de saúde)
- A tecnologia de produção da matéria prima era conhecida, somente agregando-se treinamento de especialização em processamento (2 pessoas).

5. A Produção de Mel na Amazônia

5.1 Descrição

Várias comunidades na região têm encontrado uma atividade lucrativa na extração de mel de abelhas criadas. É uma exploração com zero interferência com o meio ambiente. Requer um investimento moderado em equipamento de beneficiamento, de fácil operação, e um investimento individual nas caixas para as abelhas produzirem seu mel. É um produto comum, de boa demanda no mercado, suscetível de marketing diferenciado. As exigências técnicas podem ser adquiridas através de capacitação simples. Aqui se desenvolveu um modelo generalizado, com as seguintes características:

Demanda de capital de investimento – médio	
Dependência de insumos – médio	Dependência de capacitação e ass. Tec. – alta
Retorno a mão de obra – alto	Fatores ambientais – nota 10
Benefício: custo – alto	Demais fatores sociais – favoráveis
Demanda de capital de giro – médio	Demanda para terra – mínima
Resiliência – baixa	

5.2 Resultados

Incremento significativo na renda familiar e retorno incremental à mão de obra em função de usar tempo ocioso a baixo custo de oportunidade.

5.3 Impactos

Zero ou positivo impacto sobre o meio ambiente. Fortalecimento do associativismo em torno do beneficiamento em comum.

6. Extração Sustentável de Madeira com Baixo Impacto

O manejo florestal é novo em assentamentos e não tem tempo suficiente para completar um ciclo para avaliação. Por outro lado, levando em conta uma longa experiência fora de assentamentos, a Embrapa/CPAO acha que tem mais confiança em suas recomendações nessa área que em sistemas agro-florestais e em reflorestamento. Também, no nível comercial, a Fundação Floresta Tropical tem estudos que mostram as vantagens monetárias e tem ministrado cursos de treinamento em extração de madeira com impacto mínimo nos últimos cinco anos. Com os dados do estudo comparativo entre o novo sistema de extração de baixo impacto e o sistema convencional, convenceu e está assessorando duas

serrarias comerciais certificadas neste sistema. Estas serrarias têm adquirido grandes blocos de floresta para assim manejar e garantir o fornecimento às suas indústrias. Com uma área suficientemente grande para permitir um período de retorno de mais de 245 anos, o sistema é considerado sustentável.

6.1 Pontos cruciais para o sucesso

1. Treinamento de pessoal de todos os níveis;
2. Ser dono da floresta;
3. Obter maior preço por produto sustentável.

6.2 Impactos

Os principais benefícios são:

1. Menor custo por m³ extraído (US\$5,75 vs. US\$6,18/m³);
2. Menor impacto, o que reduz o prazo até o segundo corte para, digamos, 25 vs. 50 anos, aproximadamente (5,18 ha vs. 10,18 ha num bloco de 100ha - referentes a operação com skidders).
3. Porém, custos e retornos por operação variam segundo a distância ao mercado e a espécie; portanto, cada região/situação precisa do estudo específico.

No sul do Pará, a possibilidade de vender espécies de menor valor ao Nordeste aumenta a lucratividade.

7. O Programa Castanha-do-Brasil na Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru, AP [COMARU]

7.1 Localização

Unidade de Conservação Estadual, denominada Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do rio Iratapuru, sudoeste do Amapá.

7.2 Objetivos

Entre os macro-objetivos traçados para o programa castanha-do-brasil na região sul do Amapá, de maneira resumida, destacam-se: a contenção do êxodo rural; a geração de emprego e renda por meio de agroindústrias; a valorização comercial dos produtos da floresta; a conservação, manutenção e valorização da biodiversidade; a promoção da sustentabilidade social, econômica e ambiental no setor rural.

7.3 Descrição

A RDS do Rio Iratapuru é gerenciada por um **Conselho de Gestão**, de composição *bipartite*, com representantes de órgãos governamentais e de Organizações Não-Governamentais de extrativistas do sul do Estado, a COMARU. Compreende 806.184 há, situadas nos Municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Amapari, com o objetivo de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. A RDS é a primeira Reserva Extrativista – RESEX, constituída no Brasil que visa o aproveitamento sócio-ambiental de maneira a conservar a riqueza natural. Na reserva são cultivadas seringueiras e a castanha a copaíba, entre outras espécies florestais.

7.4 Pontos Cruciais

Um contrato de exclusividade do fornecimento de biscoitos de castanha para as merendas escolares de cinco municípios do Estado de Amapá e a concessão de crédito para a aquisição de maquinaria para processamento de biscoitos e de óleos naturais (castanha e copaíba), obtidos pela COMARU.

7.5 Resultados

Análise econômica: 37 famílias com contrato de fornecimento de R\$ 399.913,92 por dois anos, ou seja um ingresso bruto de R\$21.617 /família/ano. Se o projeto tiver uma B/C de 2, representaria R\$10.808 líquido/ano, ou seja, cinco salários/família/mês. O investimento por família é de R\$5.401, ou 4% do total; o restante provém do estado (76%) e de parceiros privados. Assume-se 200 hd/ano/membro ativo da família, 2 membros ativos /família e 50% do seu tempo na atividade de castanha.

O projeto gerou forte esquema de apoio na comercialização com governo de estado e ONGs internacionais e isenção do ICMS dentro do estado.

8. A Produção de Frutas de Açaí: Projeto Açaí 1 - Venda de frutas em natura

8.1 Descrição

No estuário amazônico, o aproveitamento da extensa vegetação da palmeira açaí cobre mais de 40% dos 25.000 km² da região, gera aproximadamente 30.000 empregos e uma renda bruta estimada em US\$ 300 milhões por ano, originário da indústria de palmito, extraído dessa planta nativa (Rogez, 2000). O sistema é limitado a várzeas ribeirinhas de água branca (barrenta), porque depende de renovação de fertilidade pelo silte trazido nas enchentes do rio. A venda de fruta fresca é também importante, sendo transportado por via fluvial de noite, para venda em Belém (e outras cidades) antes de clarear o dia, porque os frutos colhidos não resistem o calor do sol.

8.2 Resultados

Nas áreas de várzea perto de grandes cidades, como Belém, a extração de frutas e palmito de açaí está passando para um cultivo racional, com uma razoável estabilidade (Rogez, 2000). Os caboclos ribeirinhos têm adaptado seu sistema ao mercado, comprando alimentos com as vendas de frutas e palmito de açaí. Havia pressão neste sentido devido à queda na produção de alimentos em terra firme. Em função do esgotamento da fertilidade da terra firme, os produtores desenvolveram sua própria tecnologia de poda, colheita e transporte do açaí de várzea, adaptada às condições locais. A estabilidade permite uma pequena melhoria na situação do ribeirinho, mas ele é sujeito ao preço do intermediário, no caso da fruta fresca, e do processamento, para palmito. Esta evolução é exemplo da criatividade e adaptabilidade do produtor. Presume-se que o resultado líquido das vendas de açaí e compras de comida seria não mais de 0,5 salário/mês/família, representando um ingresso líquido incremental ao sistema.

9. Projeto Açaí 2. Cooperativa de processamento de polpa de açaí.

9.1 Descrição

A atividade agrícola corresponde a um projeto de venda de frutas em natura. A diferença é que os frutos são vendidos a uma cooperativa composta da união de 17 associações no sentido de financiar uma fábrica. Isto torna ao empreendimento altamente dependente de gerenciamento especializado, do mercado e do empréstimo de capital de investimento e de giro. Por outro lado os preços recebidos seriam aproximadamente o dobro.

9.1 Resultados

É interessante analisar o que aconteceu com a percepção de maior preço via processamento cooperativo. Este projeto, de grandes esforços de integração de 17 comunidades no estuário do Rio Guamá, esbarrou com problemas típicas de comercialização e marketing (Projeto POEMA, Comunicação Pessoal, 2001). Embora neste projeto tem sido instalada uma fabrica-modelo de processamento, esta iniciativa é típica dos problemas de marketing encontrados quando um novo ator entra no mercado. Porém, o projeto havia esgotado seu capital de giro inicial para encher a câmara fria com polpa de açaí, sem gerar vendas. Um ponto problemático: a limitação das suas vendas a embalagens de 10 kilos, para

uso do comércio de bebidas frescas, não preparando um produto imediatamente vendável ao público. Por isto ficou na mão de grandes compradores. Possivelmente, recusar a compra deste produto visava a falência da cooperativa para posterior aquisição da massa falida.

Presume-se, se houverem as vendas programadas, que o produtor, ao receber o dobro do preço da fruta da cooperativa, teria um incremento líquido incremental de até um salário/família/mês sobre a venda fresca dos frutos. Este ganho deveria ser comparado com o custo total do investimento assumindo para que a fábrica cubra seus custos operacionais.

9.3 Sustentabilidade

A sustentabilidade do sistema foi fragilizada pela introdução dos riscos de comercialização, via processamento, visando ganhos reais em ingressos líquidos. O produtor ficou dependente do desempenho de uma ONG, sobre a qual não tinha efetivo controle. Esta situação representa um passo crucial a superar na vida de um projeto de processamento, chegando à maturidade gerencial. Seria, provavelmente um processo de 5 a 10 anos. Como eliminar este risco? A parceria com um fabricante de polpa reduziria o potencial incremento de renda, porém também reduziria o risco ao mínimo.

9.4 Potencial

O projeto teria potencial para expansão para o processamento de polpa de outras frutas da região dependendo de um investimento incremental pequeno na fábrica. Isto utilizaria melhor a mão de obra do produtor e as instalações da fábrica, distribuindo o trabalho através do ano. Também, dependendo de definição da tecnologia, pode iniciar produção de açaí em terras altas, produzindo frutas fora de época. Até aproximadamente 60 kms de Belém, provavelmente não haveria necessidade de irrigação nas terras altas (comunicação pessoal – Hans Mueller, Embrapa - CPATU). Precisa de estudo de demanda mensal de mão de obra para otimizar as atividades com culturas de subsistência. Sistema passível de melhorar para técnicas melhoradas de produção de culturas de subsistência na terra alta (Mulching, leguminosas de cobertura ou emprego de adubo onde factível).

PROJETOS DE REFLORESTAMENTO E DE CULTURAS PERENES

10. Reflorestamento com Teca

10.1 Informação disponível

Não foi encontrado documento publicado sobre o tema. Dada a importância e êxito de reflorestamento com esta espécie, foram colhidas informações técnicas de depoimentos de Luis Weit, pioneiro com teca, da Serraria Cáceres, MT (30 anos de experiência) e do engenheiro florestal, aposentado da FAO e da Pro-Natura, Jean Dubois.

A Teca se adapta à mesma faixa de clima que a “zona de escape” da seringueira, com período seco de quatro meses, no sudeste da Amazônia. Teca madura vale hoje até US\$50.000/hectare (mesmo a um terço do preço seria bom negócio) e sua plantação pode constituir o fundo de aposentadoria do pequeno agricultor. A madeira de primeira qualidade está sendo atualmente exportada a China, Índia e Europa. Existem muitos usos locais para a madeira de segunda (menos de 30 cm diam.) – móveis, postes etc. A plantação madura produz madeira de primeira em 15 a 20 anos. Porém, é plantado no espaçamento adensado de 2 x 3 metros e desbastado a 3 e 6 anos, retirando-se 50% do número de árvores cada vez, de modo a não criar condições de competição entre árvores, porém sempre manter o sub-bosque sombreado. Nos primeiros dois anos podem ser cultivadas culturas anuais no meio das fileiras de árvores. Teca não vai bem em solos argilosos. Porém tem a vantagem de certa resistência a fogo intermitente.

Existe uma linha especial de crédito em MT para reflorestamento, mas os pequenos normalmente não têm as garantias requeridas pelo Banco do Brasil, que prima mais pela segurança do empréstimo que pelo sucesso da plantação. Precisava uma campanha de conscientização para os pecuaristas e agricultores entender a plantação da teca como um bom negócio. Uma medida possível seria a permissão da regeneração da metade das reservas (por excesso de desmatamento) com espécies comerciais para produção de madeira. Outras espécies que comprovadas em MT são o pinho cuiabano (chamado paricá em Pará) com crescimento do DAP de 10cm/ano, caroba e freijó (para solos argilosos).

O acesso de pequenos agricultores ao reflorestamento seria possível através de um programa de fomento, onde as sementes seriam fornecidas pela EMATER, junto com assistência técnica. O agricultor plantaria pequenas áreas cada ano, proporcionando, no futuro uma renda constante e alta. A presença de espécies madeireiras valoriza a terra. Também, há cooperativas que têm demanda por parcerias no plantio de teca com seus associados, com a garantia de compra pela serraria. O deputado Gilvani Queiroz está organizando uma frente para formar lobby a favor de reflorestamento.

10.2. Resumo do depoimento de Jean Dubois (Eng. Florestal com 30 anos de experiência em Amazônia)

Pré-requisitos para sucesso:

Adequação da espécie ao solo/clima - precisa de solos profundos bem drenados que não fiquem com o perfil saturado - a teca precisa de raízes bem oxigenadas. Exige época seca mínima de quatro meses.

1. crédito de longo prazo (20 anos);
2. disponibilidade de extensionistas treinados e manuais técnicos
3. programa de fomento;
4. mudança na lei permitindo o plantio e a extração de espécies madeireiras em 50% nas reservas legais.

Fatores positivos:

1. existem experiências positivas, com madeira já sendo serrada;
2. existem plantações comerciais em Cotriguaçu e Cáceres, MT e vários outros locais;
3. não é tão exigente em nutrientes - uma excelente característica porém, adubação deve ser rentável;
4. parcerias com serrarias poderiam fornecer o crédito e ass. técnica;
5. mercado franco;
6. fator de mitigação de desmatamento por substituir espécies nativas no mercado;
7. serve para consórcio com pupunha (com açaí foi menos exitoso).

Empresas privadas com experiência com teca:

- Serraria Alfran. Cotriguaçu, MT
- Serraria Cáceres, MT
- PRO-NATURA, Cotriguaçu, MT.

11. Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA), Região de Nova Califórnia-RO.

1.1

11.1 Pontos Cruciais

1. Os produtores do RECA pertencem à agricultura familiar e somente 13 % empregam mão de obra externa.. Entretanto, estão inseridos totalmente no mercado, através da comercialização de seus produtos.
2. Adotam um sistema de uso da terra que se adapta às condições ecológicas da região, utilizam quantidades mínimas de insumos no sistema e praticam uma agricultura de subsistência e comercial, fato que os leva à sustentabilidade econômica, ambiental e social.
3. Os produtores são todos migrantes de outros estados de baixa escolaridade (87%) e analfabetos (13%). A maioria tem terra titulada.
4. Os produtos que foram escolhidos para compor os SAFs, até o momento apresentam rentabilidade razoável, com incremento bruto anual de R\$ 1.750 sobre os agricultores fora da RECA, fazendo com que os produtores permaneçam nos seus lotes e façam novos investimentos. O projeto agrega valor pelo beneficiamento dos produtos; apenas 16,67% dos produtos são vendidos in natura.
5. O RECA adota um processo de organização comunitária que busca cooperação, solidariedade; compartilha entre seus membros as diferentes atividades. Este aspecto é um dos fatores de sucesso do projeto.
6. Foi-se observado um processo embrionário de concentração de terra e pecuarização das propriedades, provocado principalmente pelo baixo nível de tecnologia utilizada no sistema de exploração das lavouras anuais.
7. Um dos maiores problemas constatados neste estudo foi o ataque da broca do fruto (*Conotrachelus* sp) que está trazendo grandes prejuízos econômicos aos agricultores.
8. Existem 13 associações, cada um elege um membro da Coordenação Geral da RECA e a esta apresenta sugestões para os cargos de diretoria da RECA à assembléia geral representativa , com quatro representantes de cada grupo.
9. A RECA presta serviços comerciais, técnicos e sociais aos produtores. Mais de 95% dos produtores estão satisfeitos com os benefícios recebidos pela entidade.

11.2 Análise da Organização Social do RECA

O Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA) é uma Associação de Agrossilvicultores com 274 associados. A sua constituição como Associação é feita através de 12 pequenos grupos situados nos diferentes ramais de Nova Califórnia. Esses grupos têm autonomia própria e se reúnem mensalmente para discutir vários assuntos tais como: repasse de informações, difusão de tecnologias, participação em cursos e treinamentos, organização de mutirões, troca de dias para limpeza da área dos associados, e tarefas comunitárias como: consertos de pontes e ramais. Cada grupo escolhe um líder para desenvolver o trabalho de base no grupo e um coordenador, que representa o grupo na Coordenação Geral do RECA. Portanto, a coordenação do RECA é constituída de 12 coordenadores.

Os cargos de Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro e os 3 membros do Conselho Fiscal, para um mandato de 2 anos, são propostos pela própria coordenação, que apresenta os nomes à Assembléia para serem homologados ou não. Esta Coordenação se reúne mensalmente para discutir os problemas do RECA, planejar

e redirecionar atividades e buscar soluções conjuntas para os mesmos, bem como representar o RECA politicamente nos eventos.

Para auxiliar os trabalhos da coordenação, existe a equipe de execução e a equipe de assessoria (organização comunitária, implantação das culturas, saúde e educação e a equipe de comercialização e industrialização).

A equipe de execução tem por objetivo executar atividades definidas nas assembleias gerais representativas e pela coordenação do RECA. Já as equipes de assessoria têm a função de auxiliar tanto a coordenação como a equipe de execução. Seus membros são escolhidos por afinidade nos trabalhos. A equipe de organização tem como objetivo principal desenvolver o processo de conscientização dos trabalhadores, para fortalecer o aspecto comunitário e coletivo nos grupos. A equipe de implantação tem a finalidade de coordenar e avaliar a implantação das culturas componentes dos SAFs; a equipe de saúde e educação, de acompanhar e executar atividades voltadas para o atendimento médico e educacional dos famílias; e a equipe de comercialização e industrialização tem o papel de acompanhar, propor e executar juntamente com a equipe de execução, o processo de beneficiamento e comercialização dos produtos.

A Assembleia Geral Representativa se constitui no poder maior das tomadas de decisões do RECA. Nas assembleias, são definidas as principais linhas de ação e metas a serem cumpridas pela coordenação, equipes de execução e de assessorias. Ela é composta por quatro representantes de cada grupo: o coordenador, o líder e mais duas pessoas escolhidas pelo grupo, totalizando 48 representantes.

A estrutura de organização social do RECA em forma de grupos, coordenação, execução, equipes de trabalho e assembleias gerais representativas, possibilita ao RECA uma solidificação no seu processo de organização comunitária, melhoria na condução dos trabalhos, maior dinamismo nas tomadas de decisões, bem como proporciona maior participação, produtividade e organicidade nos trabalhos.

A figura C.1 ilustra perfeitamente o organograma de funcionamento do RECA.

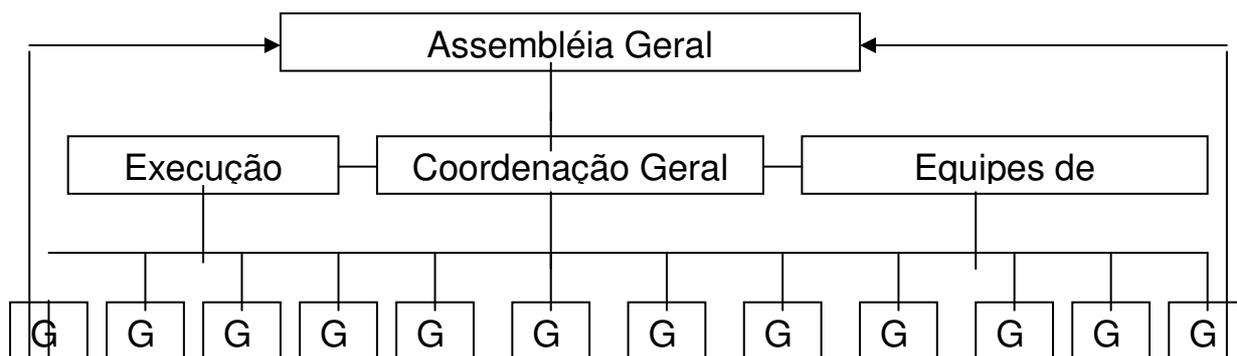


Figura C.1 Organograma do projeto RECA.

11.3 Análise Comparativa de Renda dos Sócios e não Sócios

A Figura C.2 representa a Renda Bruta Anual dos produtores de Nova Califórnia que participam do RECA de 1989 e 1992, como também daqueles que não se associaram. Referindo-se a renda, observa-se que os produtores que estão associados desde 1989 apresentaram o melhor desempenho, com uma renda média anual bruta de aproximadamente de R\$ 6.500,00, o equivalente a 4,5 salários mínimos mensais. Enquanto que os produtores não associados, obtiveram uma renda média anual bruta de R\$ 4.750,00, o equivalente a 3,3 salários mínimos mensais. Ressalta-se que os produtores que estão associados desde 1992, apresentaram o menor desempenho com uma renda média anual de apenas R\$ 2.957,00, o equivalente a 2,0 salários mínimos mensais. Neste aspecto, observa-se que a renda média anual dos produtores com mais tempo no RECA representa o dobro do valor da renda dos produtores que se associaram recentemente.

Referindo-se aos produtores não associados, estes apresentam uma renda superior aos que se associaram em 1992 em 60 %. Entretanto inferior aos mais antigos, associados desde 1989, em aproximadamente 40 %. Com esses dados, pode-se concluir que atualmente os produtores que procuram o RECA para se associar apresentam baixo nível de renda, sendo movidos pelo desejo de melhorar sua condição de vida e de sua família.

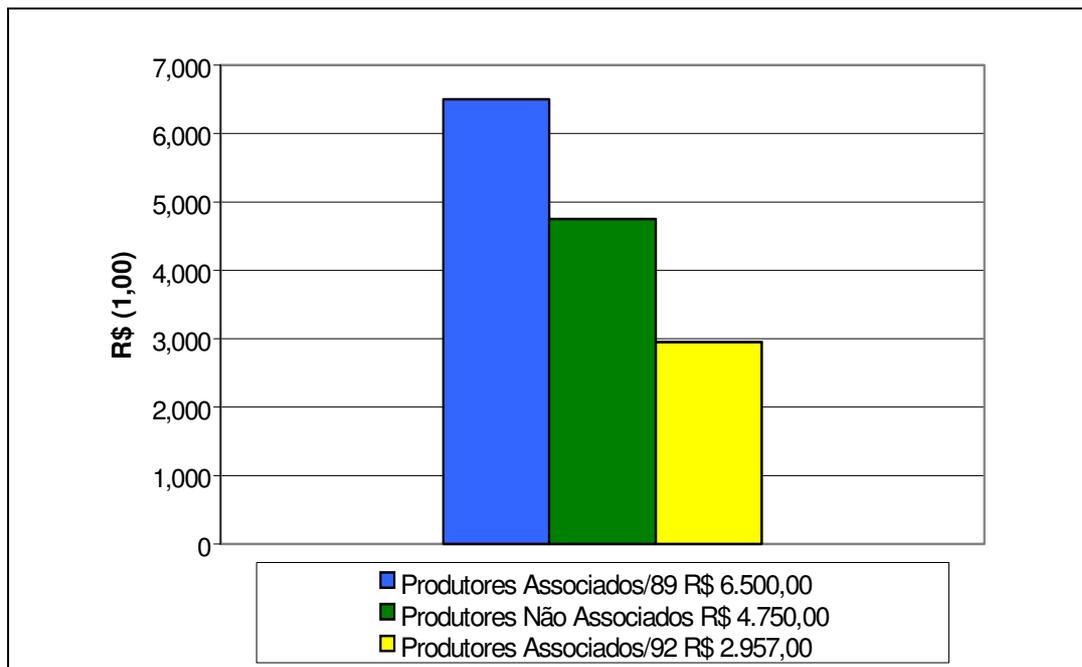


Figura C.2. Renda Bruta Anual dos produtores de Nova Califórnia, segundo sua participação e não participação no RECA desde 1989 e 1992.

12. Espécies Madeireiras em Pimenta do reino (e Café, Cacau)

Em Paragominas existe uma plantação de 400 hectares de pimenta do reino com plantação entremeada de mogno, cerejeira e jatobá. Este sistema é muito sustentável porque as espécies madeireiras estão aproveitando os resíduos da adubação pesada da pimenta do reino, com crescimento inicial rápida. Não foi possível avaliar os impactos no longo prazo que o emprego de pesticidas na pimenta possa causar. Portanto, foram dadas notas de apenas 5 sobre impactos fora da propriedade e nota 3 de manejo de solo, devido aos possíveis impactos das pesticidas e a baixa cobertura do solo durante a fase de pimenta. Seria perfeitamente aplicável para um pequeno plantador de pimenta do reino.

PROJETOS ONDE PREDOMINAM CULTURAS PERENES E/OU PASTAGENS

13. Sistema Tipitamba

Localização: Zona Bragantina, região de colonização de mais de 50 anos com maior parte da área em capoeira incorporada em sistema rotacional de derrubada e queimada com plantio de culturas anuais e mandioca (para subsistência e mercado). Isto é sustentável enquanto haja período de pousio longo e a não destruição das espécies de repovoamento natural.

O projeto evita o emprego do fogo para plantio de culturas anuais. O emprego de um triturador pesado para converter capoeira em mulch implica no alto custo de aquisição da máquina por uma associação ou cooperativa, ou alugada por privados ou governos. A não queima implica na necessidade de alta dosagem de fertilizante para compensar a não liberação de nutrientes que ocorre com a queimada (Kato et al, 1999).

Uma capoeira de 10 anos demanda 8 horas-trator de 80 hp, portanto relativamente caro. Pousios de períodos menores não seriam sustentáveis sem a adição de fertilizantes (Kato et al., 1999).

Tabela C. 1 Estimativas de custo e desempenho de equipamentos na trituração de capoeira

Tritucap 2ª geração + trator John Deere 100CV	Trituradeira AHWI FM 600 + trator John Deere 166CV
Tempo médio para preparar 1ha de capoeira (4 anos) = 4,0 horas	Tempo médio para preparar 1ha de capoeira (8 anos) = 5,3 horas
Duração média estimada: Trator = 6.000 horas de serviço Tritucap = 2.500 horas de serviço	Duração média estimada: Trator = 6.000 horas de serviço AHWI FM 600 = R\$6.000 horas de serviço
Custo médio estimado: Trator = R\$ 100.000,00 Tritucap = R\$ 30.000,00	Custo médio estimado: Trator = R\$ 160.000,00 AHWI = R\$ 40.000,00
Custos fixos: Trator = R\$29.000,00 Tritucap = R\$ 28.140,00 Total = R\$ 57.140,00	Custos fixos: Trator = R\$ 46.400,00 AHWI = R\$ 8.900,00 Total = R\$ 55.300,00
Custos variáveis - R\$ 35.296,65	Custos variáveis = R\$ 39.466,62
Custo total = R\$ 92.436,65	Custo total = R\$ 94.766,62
Área preparada por ano = 37,5ha	Área preparada por ano = 283ha
Custo por hectare = R\$ 175,00	Custo por hectare = R\$ 334,84

14.A instabilidade dos projetos de assentamentos como indutora de desmatamentos no sudeste paraense²⁵

Alfredo Kingo Oyama Homma², D.Sc.; Rui de Amorim Carvalho², M.Sc.; Sandra Maria Neiva Sampaio², M.Sc.; Benedito Nelson Rodrigues da Silva², M.Sc.; Luiz Guilherme Teixeira Silva², M.Sc.; Myriam Cyntia Cesar de Oliveira³, M.Sc.

14.1 Tipos de atividades agrícolas e sustentabilidade

A estabilidade dos assentados está diretamente relacionada com o tipo de atividade desenvolvida e a capacidade de gerenciamento da dotação de recursos naturais, criando diferentes graus de sustentabilidade. É regra geral iniciar com atividades de venda de madeira, derrubada da floresta para plantar arroz, milho, feijão e mandioca e, quando possível, repetir pela segunda vez, dependendo do nível de infestação de ervas daninhas. Se estiver localizada próxima a uma área de pastagens, a entrada de capins é acelerada, reduzindo as possibilidades de plantio em anos consecutivos. Outros podem tomar o caminho pela transformação em pastagens ou do plantio de cultivos perenes como cupuaçu ou banana, ou deixar em pousio para posterior derrubada. Os recursos liberados pelo Incra para a construção de habitações e os financiamentos

²⁵ Esta pesquisa contou com a colaboração dos recursos do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodetab).

² Pesquisadores da Embrapa Amazônia Oriental, Caixa Postal, 48, CEP 66095-100, Belém, Pará. E-mails: homma@cpatu.embrapa.br; rcarv@cpatu.embrapa.br; sandra@cpatu.embrapa.br; nelson@cpatu.embrapa.br; lugui@cpatu.embrapa.br.

³ Pesquisadora do Laboratório Agro-ambiental do Tocantins (LASAT), Universidade Federal do Pará, Marabá, Pará. E-mail: mamy@skorpionet.com.br

do Fundo Constitucional de Financiamento Norte (FNO) para atividades de lavouras proporcionam remuneração da mão-de-obra quando são executadas por membros da família. A qualidade das lideranças nos Projetos de Assentamentos apresenta diferenças marcantes que refletem nas melhorias coletivas em bens públicos obtidas mediante constante pressão e peregrinação nos órgãos públicos.

O ciclo dos cultivos anuais vai depender da área de floresta disponível que, quando esgotados, encerra-se a Primeira Sustentabilidade para uma grande categoria de produtores. Para este conjunto de produtores resta a alternativa de vender o lote para outros produtores interessados na expansão das pastagens e procurar novas áreas. O conjunto representando pelos plantadores de cultivos perenes e àqueles interessados na pecuária, inicia-se a Segunda Sustentabilidade, com possibilidade de permanência, dependendo do manejo do rebanho e das pastagens, pelos próximos dez anos.

Considerando o Projeto de Assentamento São Francisco, no período 1984 a 1999, verificou-se uma contínua drenagem dos recursos florestais (Tabela 5). Durante o período 1984 a 1997 (13 anos), os proprietários da fazenda reduziram a área florestal em 11,08%. Com a ocupação pelos posseiros, somente no período 1997 a 1999, a área florestal foi reduzida em 24,60% no período de três anos (Figura 1). Muitos dos colonos que se estabeleceram nas áreas que já eram pastagens (com diversos gradientes de degradação), por ocasião da ocupação encontram-se em grandes dificuldades, tentando vender o lote e mudar para locais mais distantes.

Já considerando o Projeto de Assentamento Lago do Deserto, com uma área total de 3.253,94 hectares e com 86 assentados, uma ocupação iniciada na segunda metade da década de 1980, a subtração dos recursos florestais pode evidenciar o destino para a maioria dos assentamentos no Sudeste Paraense. Enquanto em 1984, apresentava 85,05% da superfície coberta pela floresta original, semelhante a do Projeto de Assentamento São Francisco por ocasião da ocupação, treze anos depois, a cobertura florestal original era de apenas 6,91% e em 1999 foi reduzida para 3,14% (Figura 2). Ressalta-se que a existência de floresta não significa que estão intactas, pois todas já sofreram pesado processo de extração madeireira.

As categorias de pastos sujos e limpos são praticamente semelhantes nos dois Projetos de Assentamentos, em contraposição com a área de floresta original no Projeto São Francisco (49,65%) e os estoques de vegetação secundária no Projeto de Assentamento Lago do Deserto (53,95%).

Tabela C.2 – Formas de uso da terra no Projeto de Assentamento São Francisco e no Projeto de Assentamento Lago do Deserto – 1984-1999 (%)

Uso da Terra	PA São Francisco			PA Lago do Deserto		
	1984	1997	1999	1984	1997	1999
Floresta	85,33	74,25	49,65	85,05	6,91	3,14
Floresta explorada	0,76	1,36	0,00	-	-	-
Capoeira alta	6,00	5,77	6,21	3,17	52,40	53,59
Capoeira baixa	0,39	3,04	0,06	0,17	1,71	0,00
Pasto limpo	3,91	2,79	7,90	4,91	21,95	5,59
Pasto Sujos	1,80	11,29	31,86	4,01	13,21	32,18
Solo exposto	0,85	0,04	0,56	0,00	0,30	0,00
Queimada	0,37	0,96	3,25	0,00	0,59	2,54
Água	0,58	0,51	0,52	2,70	2,93	2,96
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

15. A tecnologia de Plantio Direto (PD) na Integração Lavoura x Pecuária (ILP)

O Plantio Direto imita o sistema fechado e sustentável da floresta Amazônica, de reciclagem de nutrientes, protegendo o solo e incrementando a matéria orgânica no solo (seqüestrando carbono) e favorecendo a biodiversidade e controles biológicos (Landers, 1998). O PD praticamente elimina a erosão e suas seqüelas para o meio ambiente e, ainda, melhora a produtividade. A tecnologia é apta para plantio manual, por tração animal e mecanizado; para culturas temporárias ou perenes. Por ser sustentável, esta técnica tende a manter o agricultor sobre a mesma terra e a nova tecnologia, de rotação Lavoura PD x Pastagem, permite a expansão da produção de grãos e carne dentro da fronteira agrícola atual, sem desmatar. O sistema PD muda a cabeça do agricultor a favor do meio-ambiente. Isto permite viabilizar o agricultor no rol de guardião dos recursos naturais. O sistema de produção de soja, arroz pluvial, milho com Plantio Direto, em terras do meio norte de Mato Grosso, pode ser considerado sustentável, já que elimina a erosão e tende a aumentar a matéria orgânica do solo. A sustentabilidade em MA e PI ainda é incerto, devido às dificuldades de gerar biomassa suficiente com a pluviosidade menor. Porém, o sistema de integração da Lavoura PD x Pecuária de Corte (IL x P) tem amplas provas de sustentabilidade e tem a grande vantagem de poder acomodar todo o crescimento brasileiro de grãos e da pecuária de corte a uma taxa de 2% ao ano por mais de 25 anos sem desmatar (Landers e Freitas, 2001), vide Apêndice XI. O Plantio Direto com a Integração Lavoura x Pecuária (PD x ILP) é uma tecnologia nova, potencializada pelo Plantio Direto de culturas econômicas em pastagens artificiais degradadas. É também possível fazer a ILP em plantio convencional (sistema Barreirão), mas o preparo do solo provoca perdas da matéria orgânica que, aliadas às altas taxas de erosão do solo (média de 26,3 t/ha/ano – DeMaria et al., 2000), comprometem a sustentabilidade do sistema convencional de lavouras (Lara-Cabezas e Freitas, 2000).

Do conhecimento dos autores existem, atualmente na região tropical, seis sistemas de PD x ILP já testados e prontos para disseminação, que incluem culturas de soja, milho, feijão e arroz de sequeiro em rotação com *Brachiaria spp* e cultivares de *P. maximum*.

Entre a Amazônia e o Cerrado existem aproximadamente 80 milhões de ha de pastagens quase todas degradadas, ou em fase de degradação podendo ser aproveitadas pelo PD X ILP (Sano et al., 1999):

- A PD x ILP pode até quadruplicar a capacidade de carga das pastagens por 2 ou 3 anos (Broch et al., 1977).
- O custo de produção de grãos e de carne é reduzido em PD X ILP e com tendências crescentes de produtividade, contribuindo para reduzir o custo da cesta básica e melhorar a competitividade das exportações brasileiras.
- O sistema absorve, concomitantemente, o crescimento do rebanho bovino e a expansão das áreas agrícolas sem a necessidade de novos desmatamentos da vegetação nativa, com reflexos positivos para com os compromissos internacionais do Brasil frente à Agenda 21.

Apêndice I Produtos Florestais Não Madeireiros da Amazônia **Óleos e graxas cosméticos – Cognis Brasil Ltda.**

Descrição do projeto

Em parceria com 7 cooperativas e associações de reservas extrativista a Cognis Brasil Ltda para a extração de óleos e graxas naturais iniciou-se em 1999 e em 2001 foi expandido para mais 5 parcerais. O parceiro comercial fornece:

- garantia de compra, com exclusividade;
- implantação de equipamentos de extração;
- treinamento sobre a organização da produção, armazenamento, escoamento e comercialização;
- acompanhamento do escoamento e comercialização dos óleos
- uma rede de óleos vegetais com informações sobre tecnologia e oportunidades comerciais
- identificação de outros parceiros na área privado
- registros oficiais e certificação de origem
- monitoramento das atividades extrativistas;
- capital de giro para pagar ICMS

Fatores Limitantes

- A exploração clandestina concorrente não paga ICMS e acarreta efeitos negativos, como a falta de controle das próprias práticas de extração e qualidade do produto.
- Falta definir os níveis permissíveis de extração a longo prazo que não reduziram a produtividade

Resultados

????

Impactos

- Divulgação de produtos social e ambientalmente corretos através das empresas de cosméticos de ponta e portanto um efeito de bola de neve, para que outras empresas procurem também fontes parecidas. O efeito já está acontecendo, empresas como Croda, Natuscience, Chamma e outras já estão copiando o modelo e estão investindo na Amazônia, porém não com a mesma filosofia como a da Cognis, fazendo parcerias com os pequenos produtores;
- A introdução do conceito “produto sustentável” no mercado brasileiro, pelo menos na área de cosméticos;
- Divulgação das necessidades de registro das movimentações de produtos extrativistas, para diminuir a clandestinidade na Amazônia, e
- Diminuir a burocracia para os pequenos produtores e eventualmente conseguir a isenção do ICMS para óleos vegetais extrativistas..

PORTANTO, ESPERA-SE DESTA PARCERIA NÃO APENAS UMA COOPERAÇÃO COMERCIAL ENTRE AS ORGANIZAÇÕES EXTRATIVISTAS E A EMPRESA MAS TAMBÉM IMPACTOS MACRO-POLÍTICOS, COM DESDOBRAMENTOS POSITIVOS SOBRE A COMPETITIVIDADE DO PRODUTO SUSTENTÁVEL.

FONTE: ADAPTADO DO BIRD, BRASÍLIA

Apêndice II Projeto RESEX - Reservas Extrativistas Borracha e Castanha

Descrição

O objetivo do projeto foi de testar em quatro reservas extrativistas na Amazônia Brasileira modelos apropriados de gerenciamento econômico, social e ambiental, aperfeiçoando os métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais na administração dos recursos naturais renováveis das florestas tropicais, por meio da co-gestão entre governo e sociedade”. A partir deste objetivo geral eram esperados os seguintes resultados:

- assegurado o direito de acesso aos recursos naturais, por parte dos moradores das reservas, mediante a regularização fundiária das mesmas;
- fortalecida a organização social dos moradores e instalada infra-estrutura social e comunitária nas reservas;
- desenvolvidas, testadas e divulgadas tecnologias apropriadas para melhorar as atividades produtivas de subsistência e comercialização, priorizando produtos florestais não madeiráveis;
- aprimorado o manejo e conservação dos recursos naturais das reservas extrativistas, e;
- promovido um método participativo de gestão e participação do projeto.

As principais linhas de atuação foram :

- organização da associação, do conselho deliberativo e fiscal e especialmente através dos núcleos de base;
- elaboração participativa do Plano de Utilização das reservas e aprovação pelos usuários;
- implantação do sistema de monitoramento e fiscalização, mediante comissões de proteção, fiscais colaboradores e agentes auxiliares do monitoramento, atuantes nas próprias comunidades.

Os projetos de agricultura foram instalados em terras já desmatadas e compreenderam dois vertentes :Alternativas de Renda e Produção de Alimentos 75 viveiros foram mantidos com uma produção aproximada de 350.000 mudas. As espécies mais plantadas foram pupunha, seringueira, castanheira, açaí, cupuaçu, graviola, maracujá, guaraná, cerejeira, mogno, itaúba e espécies madeireiras regionais.

Estratégia

- (v) Formação das Equipes de Coordenação e Execução do Projeto
- (vi) Negociação de Parcerias
- (vii) Estruturação e Criação de Associações
- (viii) Motivação dos Beneficiários do Projeto

Dentro da estratégia foram planejados três processos de intervenção:

- (i) explicar em reuniões o que era a reserva e o projeto RESEX;
- (ii) visitar todas as famílias para cadastrar sua produção
- (iii) elaborar de forma participativa o Plano de Utilização.

O Plano Operativo Anual (POA) era elaborado em base do Plano de Utilização aprovado em assembléia. Os Núcleos de Base formaram a base democrática da gestão nas comunidades. As comunidades escolheram seus fiscais colaboradores e elegeram as comissões de proteção da reserva,

Fatores Limitantes

O primeiro obstáculo era de superar as desvantagens comparativas para investimento público: eis, a localização das reservas, seu difícil acesso, sua falta de infra-estrutura e a situação de abandono em que se encontravam seus moradores, e o aumento das despesas operacionais do projeto.

Um limitante inicial foi a total falta de experiência das diretorias das associações, sendo pessoas semi-analfabetas.

Foi necessário um trabalho árduo para engendrar os princípios de auto gestão nas associações. Nas 147 assembléias regionais realizadas participaram 3.769 pessoas. Foi necessário dar especial atenção à participação das mulheres.

Foi necessário prestar contas bimensalmente, e era necessário superar a burocracia do IBAMA e BIRD com um novo conceito de projeto

Foi necessário realizar uma série de estudos visando analisar o mercado e facilitar a compreensão do processo de comercialização, examinando a viabilidade econômica de projetos novos.

Diante da crise da borracha e castanha, os extrativistas precisavam sobreviver e a lei da sobrevivência fez com que eles procurassem alternativas imediatas, na agricultura. A orientação principal do projeto sempre foi o extrativismo. é portanto indispensável continuar investindo na profissionalização dos extrativistas, cujo conhecimento de técnicas modernas de produção e administração estão muito rudimentares.

Resultados

A capacitação dos moradores, a execução dos convênios, elaboração do Plano de Desenvolvimento, a operacionalização do crédito Prodex, a comercialização e a construção de parcerias foram passos executados.

O valor da produção obtida pelas 2.900 famílias em 05 anos (1995 a 1999) é significativa: R\$ 2.784,97 por família/ano ou R\$ 232,00 por família/mês. Isto é superior à renda de 70% da população urbana residente na Região Norte, que segundo o último censo ganha até um salário mínimo, embora o fruto do seu trabalho não seja totalmente monetarizado.

A lição mais clara que nos deixa o Projeto Resex é sobre a experiência concreta de conservação da biodiversidade mediante a participação da própria comunidade; parece até, que na Amazônia este é o único caminho, devido à imensidão da área, devido à impossibilidade de utilizar transportes modernos e especialmente devido aos custos elevadíssimos para manter equipes de vigilância; o método mais correto é fazê-lo por meio da própria comunidade.

Impactos

Quanto vale, para o meio ambiente e para a humanidade, um hectare de floresta conservado ? E quanto custa conservá-lo? Não temos ainda instrumentos suficientes para traduzir estes bens comuns em valores monetários. No projeto Resex sabemos que foram conservados 2.144.996 hectares durante 4 anos, aplicando 9 milhões de dólares, ou seja foi

gasto US \$ 1.03 por hectare/ano, incluídos aqui todos os gastos do projeto, com organização, capacitação, legalização fundiária, gerenciamento, saúde, educação, estímulo à produção. etc. Analisando apenas os gastos com fiscalização e monitoramento ambiental, este custo não chega a 20 centavos de dólar por hectare/ano.

Quando foi iniciado o Projeto, em 1995, muitas pessoas pensavam que as reservas seriam invadidas e seus recursos depredados. Após 4 anos temos a prova material e concreta de que as comunidades foram capazes de manter a integridade física das áreas, não só impedindo a invasão de pessoas que pretendessem ali morar, como também daqueles que procurassem apenas a utilização dos seus recursos. O roubo de madeira praticamente desapareceu, assim como também a caça e a pesca predatórias.

O projeto Resex confirmou a hipótese da sustentabilidade de áreas de uso comum, desde que sejam cumpridas três condições principais:

- os usuários tenham organização e laços de coesão,
- exista um regulamento para uso dos recursos, e
- seja implantado um sistema de monitoramento e fiscalização.

Fonte IBRD, Brasília, Relatório Final RESEX (período 1995 -1999) .

APÊNDICE III

Reflorestamento com Teça.

Depoimento do Luis Weit, pioneiro com teca, da Serraria Caceres, MT.
(30 anos de experiência).

A Teca se adapta à mesma faixa de clima que a “zona de escape “ da seringueira, com período seco de 4 meses, no sudeste da Amazônia. .Teca madura vale até US\$50.000/hectare e sua plantação pode constituir o fundo de aposentadoria do pequeno agricultor. A madeira de primeira qualidade esta sendo atualmente exportado a China, Índia e Europa. Existem muitos usos locais para a madeira de segunda (menos de 30 cm diam.)– móveis, postes etc. A plantação madura produz madeira de primeira em 15 a 20 anos. Porém, é plantado no espaçamento adensado de 2 x 3 metros e desbastado a 3 e 6 anos em 50% do número de árvores cada vez, de modo a não criar condições de competição entre árvores, porém sempre manter o sub-bosque sombreado. Nos primeiros dois anos podem ser cultivadas culturas anuais no meio das fileiras de árvores. Teça não vai bem em solos argilosos. Porém tem a vantagem de certa resistência a fogo intermitente..

Existe uma linha especial de crédito em MT para reflorestamento, mas os pequenos normalmente não tem garantias interessantes para o Banco do Brasil, que prima mais pela segurança do empréstimo que pelo sucesso da plantação. Precisava uma campanha de conscientização para os pecuaristas e agricultores entender a plantação da teca como um bom negócio. Uma medida que ajudaria isto seria a permissão de fazer a metade da regeneração das reservas (por excesso de desmatamento) com especies comerciais para produção de madeira. Outras espécies que foram comprovadas em MT são o pinho cuiabano (paricá em Pará) com crescimento do DAP de 10cm/ano, caroba e freijó (para solos argilosos).

O acesso de pequenos agricultores ao reflorestamento seria feito através de um programa de fomento, onde as sementes seriam fornecidos pela EMATER, junto com assistência técnica. O agricultor plantaria pequenas áreas cada ano dando, no futuro uma renda constante e alta. A presença de espécies madeiras valoriza a terra. Também, tem demanda por parte de cooperativas para parcerias no plantio de teca com seus associados com a garantia de compra pela serraria.

O deputado Gilvani Queiroz está organizando uma frente para formar lobby a favor de reflorestamento.

Depoimento de Jean Dubois

(Eng. Florestal com 30 anos de experiência em Amazônia).

Agregar manuscrito.

Pré-requisitos para sucesso:

1. adequação da espécie ao solo/clima.
2. extensionistas treinados
3. disponibilidade de manuais técnicos
4. programa de fomento

Fatores positivos :

1. mudança na lei permitindo plantio/extração de espécies madeiras em 50% nas reservas legais.
2. crédito a longo prazo (20 anos)
3. parcerias com serrarias

Precisa de solos profundos bem drenados que não fiquem com o perfil saturado - a teca precisa de raízes bem oxigenadas. Exige época seca mínimo de 4 meses. Não é tão exigente em nutrientes - uma excelente característica porém, adubação deve ser rentável.

Também serve para consórcio com pupunha –(com açaí foi menos exitoso).

Experiências positivas:

- PRO-NATURA, Cotriguaçu, MT
- Serraria Alfran. Cotriguaçu, MT
- Serraria Caceres, MT

Existem plantações comerciais em Cotriguaçu e Caceres, MT e vários outros locais.

APÊNDICE IV

Extração Sustentável de Madeira com Baixo Impacto.

O manejo florestal é novo em assentamentos e não tem tempo suficiente para completar um ciclo para avaliação. Por outro lado, levando em conta uma longa experiência fora de assentamentos, a Embrapa CPAO acha que tem mais confiança em suas recomendações nessa área que em sistemas agroflorestais e em reflorestamento. Também, à nível comercial, a Fundação Floresta Tropical tem estudos que mostram as vantagens monetárias e tem ministrado cursos de treinamento em extração de madeira com impacto mínimo nos últimos 5 anos. Com os dados do estudo comparativo entre o novo sistema de extração de impacto baixo e o sistema convencional convenceu e está assessorando duas serrarias comerciais certificadas neste sistema. Inclusive elas tem adquiridos grandes blocos de floresta própria para assim manejar e garantir o fornecimento às suas indústrias. Com uma área suficientemente grande de permitir um período de retorno de mais de 245 anos, o sistema é considerado sustentável..

Pontos cruciais para o sucesso:

4. Treinamento de pessoal de todos os níveis;
5. Ser dono da floresta;
6. Obter maior preço por produto sustentável;

Os principais benefícios são:

4. Menor custo por m³ extraído (US\$5,75 vs. US\$6,18/m³);
5. Menor impacto, o que reduz tempo de chegar ao segundo corte para, digamos, 25 vs. 50 anos, aproximadamente (5,18 ha vs. 10,18 ha num bloco de 100ha - estas cifras se referem a operação com skidders).
6. Porém, custos e retornos por operação variam com a distância ao mercado e espécies, portanto, cada região/situação precisa do estudo específico.

No sul do Pará, a possibilidade de vender espécies de menor valor ao Nordeste aumenta a lucratividade. Esta oportunidade não existe no Acre, por exemplo.

APÊNDICE V

O Programa Castanha-do-Brasil na Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru, AP [COMARU]

Localização : Unidade de Conservação Estadual, denominada Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do rio Iratapuru, sudoeste do Amapá.

A RDS do Rio Iratapuru é gerenciada por um **Conselho de Gestão**, de composição *bipartite*, com representantes de órgãos governamentais e de Organizações Não-Governamentais de extrativistas do sul do Estado, a COMARU . Compreende 806.184 há, situadas nos Municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Amapari, com o objetivo de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. A RDS é a primeira Reserva Extrativista – RESEX, constituída no Brasil que visa o aproveitamento sócio-ambiental de maneira a conservar a riqueza natural. Na reserva são cultivadas, as seringueiras, a castanha a copaíba, entre outras espécies florestais.

Pontos Cruciais : um contrato de exclusividade do fornecimento de biscoitos de castanha para as merendas escolares de 5 municípios do Estado de Amapá e a concessão de crédito para a aquisição de maquinaria para processamento de biscoitos e de óleos naturais (castanha e copaíba), obtidos pela COMARU

Objetivos : Entre os macro-objetivos traçados para o programa castanha-do-brasil na região sul do Amapá, de maneira resumida, destacam-se: a contenção do êxodo rural; a geração de emprego e renda por meio de agroindústrias; a valorização comercial dos produtos da floresta; a conservação, manutenção e valoração da biodiversidade; a promoção da sustentabilidade social, econômica e ambiental no setor rural.

Análise econômica : 37 famílias com contrato de fornecimento de R\$ 399.913,92 por 2 anos, ou seja um ingresso bruto de R\$21.617 /família/ano. Se o projeto tiver uma B:C de 2:1 representaria R\$10,808 líquido/ano, ou sejam 5 salários/família/mes Investimento por família R\$5401, ou 4% do total, o restante vindo do estado (76%) e de parceiros privados. Assume-se 200 hd/ano/membro ativo da família, 2 membros ativos /família e 50% do seu tempo na atividade de castanha

Tem forte esquema de apoio na comercialização com governo de estado e ONGs internacionais e isenção do ICMS dentro do estado.

APÊNDICE V

Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA), Região de Nova Califórnia-RO.

1.2

Pontos Cruciais :

1- Os produtores do RECA se caracterizam como pertencentes à agricultura familiar e sómente 13 % empregam mão de obra externa.. Entretanto, estão inseridos totalmente no mercado, através da comercialização de seus produtos.

2- Adotam um sistema de uso da terra que se adapta às condições ecológicas da região, utiliza quantidades mínimas de insumos no sistema.e praticam uma agricultura de subsistência e comercial, fato que os leva a sustentabilidade econômica, ambiental e social.

3- Os produtores são todos imigrantes de outros estados de baixa escolaridade (87% e analfabetos (13%). A maioria tem terra titulada

4- Os produtos que foram escolhidos para compor os SAFs até o momento apresentam rentabilidade razoável, com incremento bruto anual de de R\$1750 sobre os agricultores fora da RECA, fazendo com que os produtores permaneçam nos seus lotes e façam novos investimentos. O projeto agrega valor aos produtos pelo beneficiamento dos produtos, apenas 16,67% dos produtos são vendidos na forma de produto bruto

5- O RECA adota um processo de organização comunitária que busca cooperação, solidariedade e partilha entre seus membros nas diferentes atividades. Este aspecto, é um dos fatores de sucesso do projeto.

6- Foi-se observado um processo embrionário de concentração de terra e pecuarização das propriedades. Este último, provocado principalmente pelo baixo nível das tecnologias utilizadas no sistema de exploração das lavouras anuais.

7 – Um dos maiores problemas constatado neste estudo foi o ataque da broca do fruto (**Conotrachelus sp**), que está trazendo grandes prejuízos econômicos aos agricultores.

8 – Existem 13 associações, cada um elege um membro da Coordenação Geral da RECA e a esta apresenta sugestões para os cargos de diretoria da RECA 'a AG Representativa , com 4 representantes de cada grupo.

9- A RECA presta serviços comerciais, técnicos e sociais aos produtores. Mais de 95% dos produtores estão satisfeitos com os benefícios recebidos pela entidade.

4.3. Análise da Organização Social do RECA.

O Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA), é uma Associação de Agrossilvicultores que possui 274 associados. A sua constituição como Associação é feita através de 12 pequenos grupos que estão situados nos diferentes ramais de Nova Califórnia. Esses grupos, tem sua autonomia própria e se reúnem mensalmente para discutir vários assuntos tais como: repasses de informações, difusão de tecnologias, participação em cursos e treinamentos, organização de mutirões, troca de dias para limpeza da área dos associados, e tarefas comunitárias como: consertos de pontes e ramais. Cada grupo escolhe um líder para desenvolver o trabalho de base no grupo e um coordenador, que representa o grupo na Coordenação Geral do RECA. Portanto, a coordenação do RECA é constituída de 12 coordenadores.

Para a escolha dos cargos de Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro e os 3 membros do Conselho Fiscal, para um mandato de 2 anos, são escolhidos pela própria coordenação, que apresenta os nomes a Assembléia para serem homologados ou não. Esta Coordenação se reúne mensalmente para discutir os problemas do RECA, planejar e redirecionar atividades e buscar soluções conjuntas para os mesmos, bem como representar o RECA politicamente nos eventos.

Para auxiliar os trabalhos da coordenação, existe a equipe de execução e a equipe de assessoria (organização comunitária, implantação das culturas, saúde e educação e a equipe de comercialização e industrialização).

A equipe de execução tem por objetivo executar atividades que são definidas nas assembléias gerais representativas e pela coordenação do RECA. Já as equipes de assessoria, tem a função de auxiliar tanto na coordenação como na equipe de execução. Seus membros, são escolhidos por afinidade nos trabalhos. A equipe de organização, tem como objetivo principal desenvolver o processo de conscientização dos trabalhadores, para fortalecer o aspecto comunitário e coletivo nos grupos. A equipe de implantação, tem a finalidade de coordenar e avaliar a implantação das culturas componentes dos SAFs; a equipe de saúde e educação de acompanhar e executar atividades voltadas para o atendimento médico e educacional dos famílias e a equipe de comercialização e industrialização tem o papel de acompanhar, propor e executar juntamente com a equipe de execução, o processo de beneficiamento e comercialização dos produtos.

As Assembléias Gerais Representativas se constituem no poder maior das tomadas de decisões do RECA. Nelas, são definidas as principais linhas de ação e metas a serem cumpridas pela coordenação, equipes de execução e de assessorias.

Quanto a sua composição, ela é composta por 4 representantes de cada grupo, desses representantes, tem o coordenador e o líder e mais duas pessoas escolhidas pelo grupo, totalizando um número de 48 representantes.

A estrutura de organização social do RECA em forma de grupos, coordenação, execução, equipes de trabalho e assembléias gerais representativas, possibilita ao RECA uma solidificação no seu processo de organização comunitária, melhoria na condução dos trabalhos, maior dinamismo nas tomadas de decisões, bem como proporciona maior participação, produtividade e organicidade nos trabalhos.

A figura 16 ilustra perfeitamente o organograma de funcionamento do RECA.

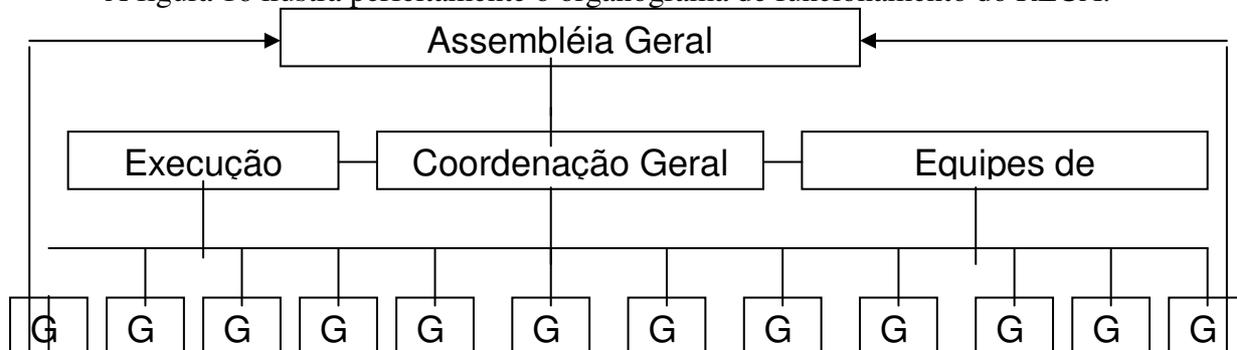


Figura 16. Organograma do projeto RECA.

4.5. Análise Comparativa de Renda dos Sócios e não Sócios

A Figura 17 representa a Renda Bruta Anual dos produtores de Nova Califórnia que participam do RECA desde 1989 e 1992, como também daqueles que não se associaram. Referindo-se a renda, observa-se que os produtores que estão associados desde 1989 apresentaram o melhor desempenho, com uma renda média anual bruta de aproximadamente de R\$ 6.500,00, o equivalente a 4,5 salários mínimos mensais. Enquanto que os produtores não associados, obtiveram uma renda média anual bruta de R\$ 4.750,00, o equivalente a 3,3 salários mínimos mensais. Ressalta-se que os produtores que estão associados desde 1992, apresentaram o menor desempenho com uma renda média anual de apenas R\$ 2.957,00, o equivalente a 2,0 salários mínimos mensais. Neste aspecto, observa-se que a renda média anual dos produtores com mais tempo no RECA, apresentam o dobro do valor da renda dos produtores que se associaram recentemente.

Referindo-se aos produtores não associados, estes apresentam uma renda superior aos que se associaram em 1992 em 60 %. Entretanto inferior aos mais antigos, associados desde 1989, em aproximadamente 40 %.

Com esses dados, pode-se concluir que atualmente os produtores que procuram o RECA para se associar apresentam baixo nível de renda, sendo movidos pelo desejo de melhorar sua condição de vida e de sua família.

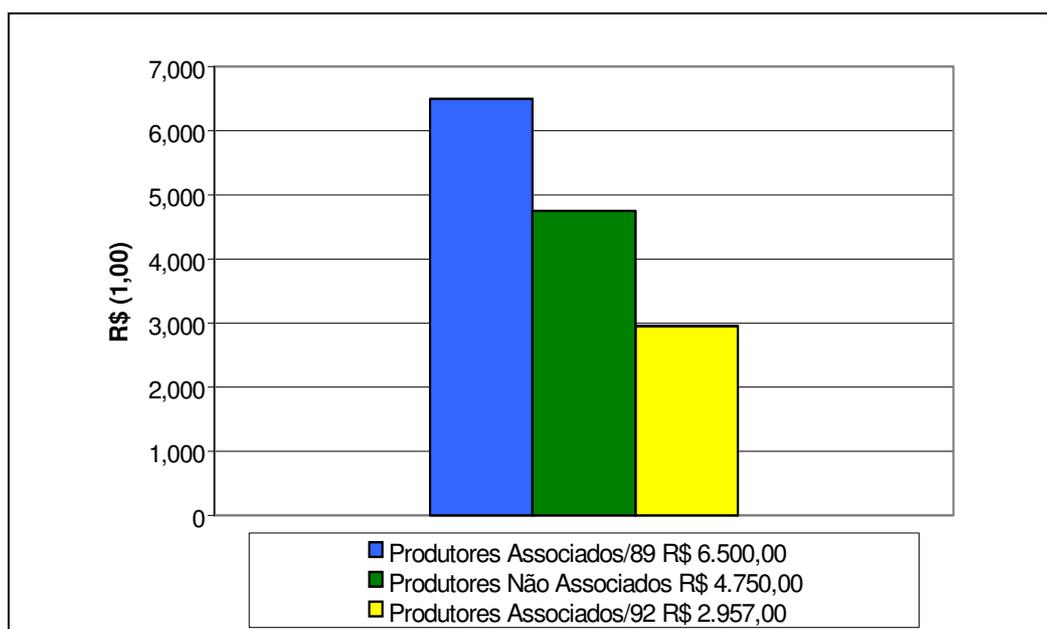


Figura 17. Renda Bruta Anual dos produtores de Nova Califórnia, segundo sua participação e não participação no RECA desde 1989 e 1992.

Apêndice VII

Sistema Tipitamba

Localização: Zona Bragantina, região de colonização de mais de 50 anos com maior parte da área em capoeira incorporada em sistema rotacional de derrubada e queimada e plantio de culturas anuais e mandioca (para subsistência e mercado). Isto é sustentável em quanto há período de pousio longo e a não destruição das espécies de repovoamento natural.

O projeto evita o emprego do fogo para plantio de culturas anuais. O emprego de um triturador pesado para converter capoeira em mulch implica no alto custo de aquisição da máquina e a necessidade ou de ser adquirido por uma associação ou cooperativa, ou de ser alugado por privados ou governos. A não queima implica na necessidade de alta dosagem de fertilizante para compensar a não liberação de nutrientes que ocorre com a queimada (Kato et al, 1999).

Uma capoeira de 10 anos demanda 8 horas-trator de 80 hp, portanto Relativamente caro. Pousios de períodos menores não seriam sustentáveis sem a adição de fertilizantes (Kato et al., 1999).

Custo e desempenho estimados de equipamentos usados para triturar capoeira:

Tritucap 2ª geração + trator John Deere 100CV	Trituradeira AHWI FM 600 + trator John Deere 166CV
Tempo médio para preparar 1ha de capoeira (4 anos) = 4,0 horas	Tempo médio para preparar 1ha de capoeira (8 anos) = 5,3 horas
Duração média estimada: Trator = 6.000 horas de serviço Tritucap = 2.500 horas de serviço	Duração média estimada: Trator = 6.000 horas de serviço AHWI FM 600 = R\$6.000 horas de serviço
Custo médio estimado: Trator = R\$ 100.000,00 Tritucap = R\$ 30.000,00	Custo médio estimado: Trator = R\$ 160.000,00 AHWI = R\$ 40.000,00
Custos fixos: Trator = R\$29.000,00 Tritucap = R\$ 28.140,00 Total = R\$ 57.140,00	Custos fixos: Trator = R\$ 46.400,00 AHWI = R\$ 8.900,00 Total = R\$ 55.300,00
Custos variáveis - R\$ 35.296,65	Custos variáveis = R\$ 39.466,62
Custo total = R\$ 92.436,65	Custo total = R\$ 94.766,62
Área preparada por ano = 37,5ha	Área preparada por ano = 283ha
Custo por hectare = R\$ 175,00	Custo por hectare = R\$ 334,84

Apêndice VIII

A Instabilidade Dos Projetos De Assentamentos Como Indutora De Desmatamentos No Sudeste Paraense²⁶

Alfredo Kingo Oyama Homma², D.Sc.; Rui de Amorim Carvalho², M.Sc.; Sandra Maria Neiva Sampaio², M.Sc.; Benedito Nelson Rodrigues da Silva², M.Sc.; Luiz Guilherme Teixeira Silva², M.Sc.; Myriam Cyntia Cesar de Oliveira³, M.Sc.

Tipos de atividades agrícolas e sustentabilidade

A estabilidade dos assentados está diretamente relacionado com o tipo de atividade desenvolvida e a capacidade de gerenciamento da dotação de recursos naturais, criando diferentes graus de sustentabilidade. É regra geral iniciar com atividades de venda de madeira, derrubada da floresta para plantar arroz, milho, feijão e mandioca e, quando possível, repetir pela segunda vez, dependendo do nível de infestação de ervas daninhas. Se estiver localizada próxima a uma área de pastagens, a entrada de capins é acelerada, reduzindo as possibilidades de plantio em anos consecutivos. Outros podem tomar o caminho pela transformação em pastagens ou do plantio de cultivos perenes como cupuaçu ou banana, ou deixar em pousio para posterior derrubada. Os recursos liberados pelo Incra para a construção de habitações e do financiamentos do Fundo Constitucional de Financiamento Norte (FNO) para atividades de lavouras proporcionam remuneração da mão-de-obra quando são executadas por membros da família. A qualidade das lideranças nos Projetos de Assentamentos apresenta diferenças marcantes que refletem nas melhorias coletivas em bens públicos obtidas mediante constante pressão e peregrinação nos órgãos públicos.

O ciclo dos cultivos anuais vai depender da área de floresta disponível que, quando esgotados, encerra-se a Primeira Sustentabilidade para uma grande categoria de produtores. Para este conjunto de produtores resta a alternativa de vender o lote para outros produtores interessados na expansão das pastagens e procurar novas áreas. O conjunto representando pelos plantadores de cultivos perenes e àqueles interessados na pecuária, inicia-se a Segunda Sustentabilidade, com possibilidade de permanência, dependendo do manejo do rebanho e das pastagens, pelos próximos dez anos.

Considerando o Projeto de Assentamento São Francisco, no período 1984 a 1999, verificou-se uma contínua drenagem dos recursos florestais (Tabela 5). Durante o período 1984 a 1997 (13 anos), os proprietários da fazenda reduziram a área florestal em 11,08%. Com a ocupação pelos posseiros, somente no período 1997 a 1999, a área florestal foi reduzida em 24,60% no período de três anos (Figura 1). Muitos dos colonos que se estabeleceram nas áreas que já eram pastagens (com diversos gradientes de degradação), por ocasião da ocupação, encontram-se em grandes dificuldades, tentando vender o lote e mudar para locais mais distantes.

Já considerando o Projeto de Assentamento Lago do Deserto, com uma área total de

²⁶ Esta pesquisa contou com a colaboração dos recursos do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodetab).

² Pesquisadores da Embrapa Amazônia Oriental, Caixa Postal, 48, CEP 66095-100, Belém, Pará. E-mails: homma@cpatu.embrapa.br; rcarv@cpatu.embrapa.br; sandra@cpatu.embrapa.br; nelson@cpatu.embrapa.br; lugui@cpatu.embrapa.br.

³ Pesquisadora do Laboratório Agro-ambiental do Tocantins (LASAT), Universidade Federal do Pará, Marabá, Pará. E-mail: mamy@skorpionet.com.br

3.253,94 hectares e com 86 assentados, constitui uma ocupação iniciada na segunda metade da década de 1980, a subtração dos recursos florestais pode evidenciar o destino para a maioria dos assentamentos no Sudeste Paraense. Enquanto em 1984, apresentava 85,05% da superfície coberta pela floresta original, semelhante a do Projeto de Assentamento São Francisco por ocasião da ocupação, treze anos depois, a cobertura florestal original era de apenas 6,91% e em 1999 reduzida para 3,14% (Figura 2). Ressalta-se que a existência de floresta não significa que estão intactas, pois todas já sofreram pesado processo de extração madeireira.

A categoria de pastos sujos e limpos são praticamente semelhantes nos dois Projetos de Assentamentos, em contraposição com a área de floresta original no Projeto São Francisco (49,65%) e os estoques de vegetação secundária no Projeto de Assentamento Lago do Deserto (53,95%).

Tabela 5 – Formas de uso da terra no Projeto de Assentamento São Francisco e no Projeto de Assentamento Lago do Deserto – 1984-1999 (%)

Uso da Terra	PA São Francisco			PA Lago do Deserto		
	1984	1997	1999	1984	1997	1999
Floresta	85,33	74,25	49,65	85,05	6,91	3,14
Floresta explorada	0,76	1,36	0,00	-	-	-
Capoeira alta	6,00	5,77	6,21	3,17	52,40	53,59
Capoeira baixa	0,39	3,04	0,06	0,17	1,71	0,00
Pasto limpo	3,91	2,79	7,90	4,91	21,95	5,59
Pasto Sujo	1,80	11,29	31,86	4,01	13,21	32,18
Solo exposto	0,85	0,04	0,56	0,00	0,30	0,00
Queimada	0,37	0,96	3,25	0,00	0,59	2,54
Água	0,58	0,51	0,52	2,70	2,93	2,96
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

APÊNDICE IX

Manejo de capoeiras e regeneração de espécies madeiras com pequenos agricultores

Na região de Amapá onde as seis espécies nobres para exportação foram extraídas no "boom" da indústria madeiras, serrarias locais tem estimulado a extração de 40 espécies madeiras por manejo de regeneração em áreas de produção agrícola (Piñedo-Vasquez et al, 2001). O ingresso líquido anual (excetuando mão-de-obra) calculado de US\$ 6240/família parece alto em função da proximidade ao mercado. Mesmo descontando para 10% o valor de varas e lenhas vendida, o ingresso líquido (incluindo remuneração à mão-de-obra a US\$ 4/dia) é de US\$ 748/família/ano, bastante significativo para uma atividade extrativa que absorve apenas 72 dias homem/ano. As espécies nobres antes extraídas são de regeneração muito lenta o que não dá continuidade de renda.

Fatores de sucesso:

6. Depressão de mercados para produtos agrícolas (doenças em bananas, e custos altos de produção de grãos básicos) forçou a busca de alternativas.
7. A população era de caboclos com apreciação para a floresta e capacidade de observação natural, acostumado à extração de madeira.
8. Os madeiros locais abriram um mercado para madeiras antes não extraídas, alguma das quais de fácil regeneração e rápido crescimento.
9. A tecnologia foi auto-gerada, não precisando de assistência técnica.
10. Existência natural de espécies de rápido crescimento (esp. *Calyco phyllum sprucanum*, espécie primeira, de madeira dura, porém de rápido crescimento)

A NEW CIFOR MANAGEMENT SYSTEM

Adaptive Co-Management (ACM) is an integrative approach for implementing sustainable forest management, based on a main hypothesis, that is: if there is a high degree of collaboration between stakeholders combined with a high adaptiveness of management systems, the result will be a higher degree of human well-being and ecological sustainability. A worldwide network under the umbrella of the *Center for International Forestry Research* (CIFOR) is engaged in researching the potential and methodological aspects related to ACM. Financed by *CIFOR* and the *German Development Cooperation* (GTZ), an *ACM* team started to work on *ACM* in Pará, in 2000.

ACM pilot activities in Pará were carried out in three sites, each reflecting different realities of communities established in the Eastern Amazon region. Research was focused on the concept of *Collaborative Diagnostic Studies* (*CDS*) as an opportunity to replace externally driven background studies which are important for documentation and impact monitoring, for a collaborative evaluation of an expert defined set of criteria and indicators for assessing sustainability (*C&I*). The research considered the definition of a set of *C&I* suitable for discussion with local actors, the test of strategies to accomplish *CDS* and the elaboration of a reporting system to document the *ACM* process.

According to the central hypothesis of *ACM*, the defined set of *C&I* was structured in three categories: collaboration, adaptive management of natural resources and impacts/conditions. A variety of participatory methods were tested, described and evaluated in relation to their contribution to *ACM*. Finally an *ACM* database system was defined, based on reports for (1) evaluation of *C&I*, (2) documentation of activities, (3) description of methods and (4) evaluation of the *ACM* process.

Pilot studies showed that *CDS* are not suitable as a substitute for background studies. Special efforts have to be undertaken so as to diminish the danger of external dominance and to ensure the participation of local actors. The pilot studies also confirmed the need for a systematic and well structured documentation of the complex and dynamic processes related to *ACM*.

Pilot studies also showed the high potential of *ACM* for implementing sustainable forest management. Due to the promising results, it is recommended to focus *ACM* research in Brazil on work shared with *Local Researcher Teams*. In order to establish *ACM* as a viable development strategy in the Amazon region, an intensive collaboration with existing community projects is desired.

APÊNDICE X.

A Exportação de Urucum pelos Índios Yawawaná

I. Introduction

In 1993, the Yawawaná Community of the of the Gregório River established a cooperation agreement with the American cosmetics company, Aveda Corporation, for the commercial farming of 30 hectares of bixa trees, in conjunction with other species of economic utility such as pupunha and Brazil nuts. This was the first experiment, in the Acre region, of partnership between a private company and an indian community in a sustainable development program. After six years of activities, with the production processing and transport already established, the community is commercializing its products (bixa seeds and colorau, food coloring) while the pupunha trees are fruiting in the dry season, complementing local nutrition.

The confluence of interests, which brought a North American company and an indian community to establish a partnership, was due to the growing international attention to environmental issues in the Amazon since the last decade. A consumer market for products deriving from ecologically sustainable sources was, thus created, as well as companies such as Aveda, whose products are directed to this public and whose philosophy is based on principles of environmental conservation. The value of institutional marketing aggregated to products deriving from such partnerships with indigenous communities contributed to make this investment economically feasible, generating an indirect benefit, which was significant for the company.

The partnership consisted of AVEDA's financing the implementation of the production and local processing, transportation and other structural investments such as warehouses and dryers, the organic certification of the product, etc. It also financed special consultants, and the coordination of the project. Although the company was initially concerned with avoiding a patronizing attitude and therefore set out to sponsor the Yawanawa's economic development so that they could cope with their own social needs, the first three years of experience convinced the company that investments in social benefits such as a health post and malaria treatment were vital to the successful completion of the project. Aveda's support included a health post with dental and medical equipment, malaria screening instruments, the purchase of an equipped office in the town of Tarauaca, a solar energy system at the village which provided for the health post and homes.

II. The Context

The Yawanawa tribe consists of approximately 330 people inhabiting the upper banks of the Gregorio River in the county of Tarauacá, Acre. They share 92.859 hectares of land with the 175 members of the Katukina do Sete Estrelas village, who arrived in the area approximately 60 years ago. In 1983, this reserve was the first to be demarcated in the State of Acre, by Decreed no. 89.257/83. The area is well preserved, still rich in game and fish.

The Yawanawá community joined the rubber extraction industry approximately 70 years ago. Rubber was their main product for exchanging with the external world, since the initial contact to the fall of the price of rubber, in 1991. The demand for external consumption goods

such as fuel, ammunition, clothes and medicines was established gradually, during this period. Until the expulsion of the rubber bosses from the area (in 1984), these goods were purchased in the stores of the Sete Estrelas Seringal (rubber extraction area) and the Kashinawá Seringal in exchange for rubber balls or for services rendered to the rubber bosses (hunting, opening trails, felling forest, transportation of cargo, etc) As the project was initiated, in 1992, the Yawanawá, like the rest of the local population, were suffering from the fall of the price of rubber, which had forced a dispersion of the members of the tribe along the Gregorio River and into the interior of the forest in search for ever bigger amounts of latex, as well as to nearby towns. For these reasons, the tribe was looking for a new economic alternative which would allow their permanence in the area and which would favor the cohesion of the group.

To assure greater control and coordination of internal work and of external market relations, in 1992 the Yawanawá created the Organização dos Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório (OAEYRG). This organization reflects the internal leadership structure by which those responsible for each activity are appointed at an Assembly. OAEYRG represents the community juridically in partnership agreements and external financing, besides effecting sales of the community's products and purchasing basic necessity goods, which are distributed by its store.

The company established, as return for the investment, a discount of 20% over the price of the product that was bought directly from the Yawanawa until the initial US\$ 50,000.00 investment was paid for.

III. The basis of Negotiation of the Project

For the Yawanawas, bixa was a good alternative because it was (1) native to that region²⁷; (2) a perennial tree which would be adequate to the recuperation of an already degraded area in conjunction with other species suitable for internal consumption; and (3) adequate to the traditional practice of collective farming of big gardens, possessing, thus, a cultural reference. Aveda, on its turn, was interested in the possibility of absorbing this raw material in its cosmetics line and saw the recuperation of degraded areas as being in consonance to its environmental policy. It also considered the fact that the product was of public domain, widely utilized by the food industry and not presenting, therefore, challenges as to the intellectual property issues on traditional knowledge of biodiversity resources. Finally, bixa also presented a potentially interesting market alternative due to the growing international demand for natural food coloring and the existence of previously established markets for these seeds in the South of Brazil - which would facilitate the community's independence in a relatively short period of 4 to 5 years, since the beginning of the project in 1992.

The Bixa Project implicated in the financing of the planting of 30 hectares of bixa in conjunction with other species (pupunha, Brazil nut, guaraná) and in the purchase of processing machinery (a de-podder). The agreement extended itself to the supply of technical and administrative support in marketing, quality control of seeds, packaging, the development of colorau (food coloring). It ended up involving the construction of houses and other works involved in the re-unification of the Yawanawa who were dispersed along the Gregorio River and in the cities of Tarauaca, Feijo and Rio Branco, the implementation of a health post and a

²⁷ O urucum, ou *Bixa orellana*, foi geneticamente selecionado em áreas adjacentes da Amazônia peruana, onde as variedades apresentam maiores teores do pigmento extraído da polpa que envolve a semente, a *bixina*. Portanto, as condições ecológicas locais favoreceriam o plantio desta espécie.

solar electric energy system which feeds both the health post as a battery bank which energizes all the houses in the village.

Following the logic of industrial production, the company believed that, since the Yawanawá would be the owners of all the production means, they should carry out the work collectively and no salaries would be paid. This concept was repeatedly established in meetings between the Yawanawa and the company representative, when the difference between “working for the boss” and the community’s own social project was discussed. Consequently, in the instances before the commercialization of bixa, when no other resources were available, the Yawanawa worked with no remuneration. This generated pressure on the Project resources and the company had to review its position.

The company established, as return for the investment, a discount of 20% over the price of the product that was bought directly from the Yawanawa until the initial US\$ 50,000.00 investment was paid for. Further donations were not included in this reimbursement contract. No exclusivity rights were negotiated, but only the preferential right of purchasing which would cover the highest market offers, only in what referred to the company’s direct consumption. In case Aveda wished to purchase for re-selling, there would be new negotiations. The Yawanawas were free to sell any excess production.

The institutional return for the investment by the association of the image of the company and that of the tribe was also appraised²⁸. So, a clause, which gave Aveda the license for the use of the Yawanawa image for the sale of bixa-based products, was included.

The community aimed at economic empowerment, which included owning the means of production (machinery, plants, warehouses, transport, etc.) and diminishing the level of dependence on external goods (from medical care to fuel, transport of goods, etc.).

Pontos cruciais :

- Havia consistência no apoio externo que gerou confiança;
- Os beneficiários eram donos dos meios de beneficiamento;
- Houve financiamento total dos investimentos, exceto contribuições em espécie e em trabalho pelos beneficiários.
- Houve um horizonte de planejamento a longo prazo
- Houve garantia de mercado em troca do uso do nome da comunidade
- Foi necessário investir em infra-estrutura social (posto de saúde)
- A tecnologia de produção da matéria prima era conhecida, somente se agregou treinamento de mão especializada (2 pessoas) no processamento..

APÊNDICE XI

A tecnologia de Plantio Direto (PD)

O Plantio Direto imita o sistema fechado e sustentável da floresta Amazônica, de reciclagem de nutrientes, protegendo o solo e incrementando a matéria orgânica no solo (sequestrando carbono) e favorecendo a biodiversidade e controles biológicos (Landers, 1998). O PD praticamente elimina a erosão e suas sequelas para o meio ambiente e, ainda, melhora a produtividade. A tecnologia é apta para plantio manual, por tração animal e mecanizado; para culturas temporárias ou perenes. Por ser sustentável, esta técnica tende a manter o agricultor sobre a mesma terra e a nova tecnologia, de rotação Lavoura PD x Pastagem, permite a expansão da produção de grãos e carne dentro da fronteira agrícola atual, sem desmatar. O sistema PD muda a cabeça do agricultor a favor do meio-ambiente. Isto permite viabilizar o agricultor no rol de guardião dos recursos naturais. O sistema de produção de soja, arroz pluvial, milho com Plantio Direto, em terras do meio norte de Mato Grosso, pode ser considerado sustentável, já que elimina a erosão e tende a aumentar a matéria orgânica do solo. A sustentabilidade em MA e PI ainda é incerto, devido às dificuldades de gerar biomassa suficiente com a pluviosidade menor. Porém, o sistema de integração da Lavoura PD x Pecuária de Corte (IL x P) tem amplas provas de sustentabilidade e tem a grande vantagem de poder acomodar todo o crescimento brasileiro de grãos e da pecuária de corte a uma taxa de 2% ao ano por mais de 25 anos sem desmatar (Landers e Freitas, 2001), vide Apêndice XI. O Plantio Direto com a Integração Lavoura x Pecuária (PD x ILP) é uma tecnologia nova, potencializada pelo Plantio Direto de culturas econômicas em pastagens artificiais degradadas. É também possível fazer a ILP em plantio convencional (sistema Barreirão), mas o preparo do solo provoca perdas da matéria orgânica que, aliadas às altas taxas de erosão do solo (média de 26,3 t/ha/ano – DeMaria et al., 2000), comprometem a sustentabilidade do sistema convencional de lavouras (Lara-Cabezas e Freitas, 2000).

Do conhecimento dos autores existem, atualmente na região tropical, seis sistemas de PD x ILP já testados e prontos para disseminação, que incluem culturas de soja, milho, feijão e arroz de sequeiro em rotação com *Brachiaria spp* e cultivares de *P. maximum*.

Entre a Amazônia e o Cerrado existem aproximadamente 80 milhões de ha de pastagens quase todas degradadas, ou em fase de degradação podendo ser aproveitadas pelo PD X ILP. (Sano et al., 1999)

- A PD x ILP pode até quadruplicar a capacidade de carga das pastagens por 2 ou 3 anos (Broch et al., 1977).
- O custo de produção de grãos e de carne é reduzido em PD X ILP e com tendências crescentes de produtividade, contribuindo para reduzir o custo da cesta básica e melhorar a competitividade das exportações brasileiras.
- O sistema absorve, concomitantemente, o crescimento do rebanho bovino e a expansão das áreas agrícolas sem a necessidade de novos desmatamentos da vegetação nativa, com reflexos positivos para com os compromissos internacionais do Brasil frente à Agenda 21.

Espécies. Madeireiras em Pimenta do reino (e Café, Cacao)

Em Paragominas existe plantação de 400 hectares de pimenta do reino com plantação entremeadada de mogno, cerejeira e jatobá.

Este sistema é muito sustentável porque as espécies madeireiras estão aproveitando os resíduos da adubação pesada da pimenta do reino, com crescimento inicial rápida.. Não foi possível avaliar os impactos a longo prazo que o emprego de pesticidas na pimenta possa causar, portanto foi dada nota 5 sobre impactos fora da propriedade e de manejo de solo nota 3, em função disso e a baixa cobertura do solo durante a fase de pimenta.

Seria perfeitamente aplicável para pequeno plantador de pimenta do reino.

Apêndice 14

A Produção de Frutas de Açaí

No estuário amazônico, o aproveitamento da extensa vegetação da palmeira açaí cobre mais de 40% dos 25.000 km² da região, gira aproximadamente 30.000 empregos e uma renda bruta estimada em US\$ 300 milhões por ano, originário da indústria de palmito, extraído dessa planta nativa (Rogez, 2000). A venda de fruta fresca é também importante, sendo transportado por via fluvial de noite, para venda em Belém (e outras cidades) antes de clarear o dia, porque os frutos colhidos não resistem o calor do sol..

Nas áreas de várzea perto de grandes cidades, como Belém, na extração de frutas e palmito de açaí, esta cultura está passando para um cultivo racional, com uma razoável estabilidade (Rogez, 2000). Os caboclos ribeirinhos tem adaptado seu sistema ao mercado, comprando alimentos com as vendas de frutas e palmito de açaí. Havia pressão nesta direção pela caída da produção de alimentos na terra firme. Em função de esgotamento da fertilidade da terra firme Os produtores tem desenvolvido sua própria tecnologia de poda, colheita e transporte do açaí de várzea, adaptada às condições locais. O sistema é limitado a várzeas ribeirinhas de água branca (barrenta), porque depende de renovação de fertilidade pelo silte trazido nas enchentes do rio. A estabilidade permite uma pequena melhoria na situação do ribeirinho, mas ele é sujeito ao preço do intermediário no caso da fruta fresca e do processamento para palmito. Esta evolução é exemplo da criatividade e adaptabilidade do produtor. Presume-se que o resultado líquido das vendas de açaí e compras de comida seria não mais de 0,5 salário/mês/família, representando um ingresso líquido incremental com o sistema..

Os Problemas com o Processamento com via de incrementar a renda do produtor.

É interessante analisar o que aconteceu com a percepção de maior preço via processamento cooperativo. Um projeto de grandes esforços de integração de 17 comunidades no estuário do Rio Guamá, esbarrou com problemas típicas de comercialização e marketing (Projeto POEMA, Comunicação Pessoal, 2001). Embora neste projeto tem havido instalação de uma fabrica modelo de processamento, esta iniciativa é exemplo dos problemas de marketing encontrados quando um novo ator entra no mercado. Porém, o

projeto havia esgotado seu capital de giro inicial em encher a câmara fria com polpa de açaí, sem gerar vendas. Um ponto problemático é que limitava suas vendas por embalar em unidades de 10 kilos, para uso do comércio de bebidas frescas e não fazia um produto imediatamente vendável ao público. Por isto ficou na mão de grandes compradores. Possivelmente a não compra deste produto visava a falência da cooperativa para aquisição da massa falida.

Presume-se, se houverem as vendas programadas, que o produtor, ao receber o dobro do preço da fruta da cooperativa, teria um incremento líquido incremental de até 1 salário/família/mês sobre a venda fresca dos frutos. Este ganho teria que ser medida contra o custo do investimento total assumindo que a fábrica cubra seus custos operacionais.

Sustentabilidade

A sustentabilidade do sistema foi fragilizada por introduzir os riscos de comercialização, via processamento, visando ganhos reais em ingressos líquidos. O produtor ficou dependente do desempenho de uma ONG, sobre a qual não tinha efetivo controle. Esta situação representa um passo crucial para ultrapassar na vida de um projeto de processamento, chegando à maturidade gerencial. Seria, provavelmente, um processo de 5 a 10 anos. Como eliminar este risco? A parceria com um fabricante de polpa reduziria o potencial incremento de renda, porém reduziria, também o risco a um nível pequeno.

Potencial

O projeto teria potencial para expansão para o processamento de polpa de outras frutas da região dependendo de um investimento incremental pequeno na fábrica. Isto utilizaria melhor a mão de obra do produtor e as instalações da fábrica, distribuindo o trabalho através do ano. Também, dependendo de definição da tecnologia, pode iniciar produção de açaí em terras altas, produzindo frutas fora de época. Até aproximadamente 60 kms de Belém, provavelmente não haveria necessidade de irrigação nas terras altas. Precisa de estudo de demanda mensal de mão de obra para otimizar as atividades com culturas de subsistência. Sistema passível de melhorar para técnicas melhoradas de produção de culturas de subsistência na terra alta (Mulching, leguminosas de cobertura ou emprego de adubo onde factível).

ANEXO D
CONCLUSÕES COM REFERÊNCIA ÀS HIPÓTESES ORIGINAIS

Os termos de referência dos estudos licitados supunham que fosse possível separar os efeitos das várias políticas sobre o manejo florestal na Amazônia. Entretanto, durante a realização do estudo, com orçamento reduzido para levantamentos, percebeu-se que isso seria um exercício que dificilmente teria êxito. As conclusões são comparadas com as outras hipóteses, sendo indicadas as fontes utilizadas, na tabela D.1.

Tabela D.1 Conclusões e as fontes de informação usadas referentes às hipóteses originais do estudo

Hipótese	Conclusão	Fontes de Informação
Que políticas em outras regiões pode haver reduzido o fluxo migratório à Amazônia.	É evidente que políticas agrárias e sociais mais fortes e eficazes em outras regiões poderia haver reduzido o fluxo migratório; hoje especialmente em MA e RO.	Estudos demográficos anteriores citados neste relatório.
Que o regime fundiário não oferece segurança aos direitos e delimitação das propriedades, sejam privadas, sejam públicas.	Síntese de conclusões sobre regimes, cadastro e anti-grilagem	Estudo IAG, entrevistas nacionais, estaduais e levantamentos de campo.
Que esta insegurança, junto com a distribuição desigual da propriedade, contribui a acirrar conflitos de terra, inviabilizando a construção de capital social.	Nenhuma conclusão explícita.	
Que a maioria dos assentamentos na Amazônia tenha sido para regularizar ocupações anteriores.	A literatura afirma mas não foi possível constatar dos relatórios dos assentamentos.	
Que os processos de ocupação e desmatamento de assentamentos estejam relacionados com processos equivalentes na região do seu entorno.	Há evidências que associa a pecuarização nos entornos com o desmatamento nos assentamentos, provavelmente por fatores econômicos e culturais.	Compreensão dos fenômenos locais a partir da leitura dos relatórios dos assentamentos.
Que a insuficiente fiscalização e controle do desmatamento e exploração madeireira mantém baixo o risco financeiro das atividades ilegais, tornando-as mais viáveis.	Não foram colhidos dados sobre a variação no grau da fiscalização nem evidências sobre seus efeitos. Entretanto, a fiscalização georreferenciada em MT pode ter reduzido o desmatamento.	Informação recebida antes do estudo.
Que, apesar dos benefícios do manejo florestal dentro de um ambiente de legalidade, ainda predomina a exploração ilegal.	Continua a predominar a exploração ilegal, pois os benefícios do manejo e o risco da fiscalização ainda são insuficientes.	Informação recebida antes do estudo.

Hipótese	Conclusão	Fontes de Informação
Que a nova regulamentação do código florestal promove o manejo florestal, mas precisa ser simplificada ainda mais.	Prevalece esta opinião, requerendo mais diálogo com a sociedade civil e maior aprimoramento.	Especialmente as entrevistas com ONGs.
Que são elevados os incentivos políticos para a atração de migrantes, reduzindo as perspectivas para o manejo florestal.	Freqüentemente são as prefeituras e as associações patronais, além das dos trabalhadores, que solicitam a criação de assentamentos em áreas ainda florestadas.	Levantamentos de campo.
Que a intensificação dos investimentos e tecnologia adequada, com parcerias de crédito, assistência técnica à educação ambiental, produção, industrialização e comercialização, poderiam aumentar o êxito dos assentamentos, reduzir as taxas de transferência e abandono de lotes.	Não foi verificada por falta de exemplos de assentamentos com estas condições favoráveis.	Não foi obtida informação.
Que, em resposta a pressões, existam planos, das unidades estaduais do INCRA, para a implantação de assentamentos novos em áreas não apropriadas.	Não foi constatada nas entrevistas com as SRs.	Não foi obtida informação.
Que a portaria 88/99, que proíbe o assentamento em florestas primárias, ainda não tenha aplicação integral e adequada por pressões e por falta de regulamentação.	Foram constatadas evidências de interpretação simplificada da portaria em TO e MT. A portaria não estendia a sua aplicação para evitar desmatamento excessivo em assentamentos recém-criados.	Levantamentos de campo.
Que o controle de grilagem, a solução participativa de conflitos de terra e a regularização das propriedades reduziriam a taxa de desmatamento.	Ainda é cedo para observar o impacto das políticas anti-grilagem sobre as taxas de desmatamento.	Não foi obtida informação.
Que os critérios de produtividade da propriedade rural não reflitam de forma suficiente os aspectos ambientais.	Apesar dos esforços para corrigir a legislação, permanecem normas que, apesar de considera conservação, não beneficia a maioria das florestas primárias.	Levantamento da legislação.

Hipótese	Conclusão	Fontes de Informação
Supondo que o registro, a delimitação, manutenção e uso de reservas também faça parte do conjunto de políticas agrárias, no sentido lato do termo, seria viável aprimorar as práticas de manejo florestal efetivo em florestas nacionais, reservas extrativistas, indígenas, etc.	Faltam políticas de manejo florestal em reservas extrativistas e terras indígenas.	Não foi obtida informação.
Que seja viável desenvolver e introduzir modelos sustentáveis de assentamentos.	Visitou-se PAEs em AC e AP. Não foi possível avaliar sua viabilidade. Insuficiente tempo para avaliar PDS.	Levantamentos de campo.
Que o licenciamento ambiental consciencioso dos assentamentos e outras políticas apropriadas de proteção das reservas legais possam reduzir as taxas de desmatamento.	É cedo para avaliar o impacto da Resolução 289/01 do CONAMA.	Não foi obtida informação.
Que a adequação dos planos de assentamento ao zoneamento econômico-ecológico estadual e municipal (legalizado ou em curso), pudesse contribuir para o seu êxito, reduzindo o incremento de áreas degradadas e improdutivas e do abandono de lotes; que este processo de abandono seja maior em áreas inaptas.	Havia muita esperança que este instrumento de orientação ao uso do solo reduzisse o processo de depredação dos recursos naturais. Não foi possível recolher detalhes sobre os trabalhos estaduais de zoneamento, nem sempre com critérios comparáveis. Entretanto, foram visitados assentamentos, especialmente em RO, com evidências de deterioração das condições de fertilidade, abandono e re-ocupação de lotes, sem condições de subsistência.	Levantamentos de campo.